

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

MEMÓRIAS DO PORTO MARAVILHA: O ECLIPSAMENTO DE VIOLÊNCIAS  
TRAÇADO POR ELEGÂNCIAS ESTÉTICAS

João Vitor Schmutzler Abrahão

Rio de Janeiro

2018

JOÃO VITOR SCHMUTZLER ABRAHÃO

MEMÓRIAS DO PORTO MARAVILHA: O ECLIPSAMENTO DE VIOLÊNCIAS  
TRAÇADO POR ELEGÂNCIAS ESTÉTICAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro

2018

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

A159 Abrahão, João Vitor Schmutzler  
MEMÓRIAS DO PORTO MARAVILHA: O ECLIPSAMENTO DE  
VIOLÊNCIAS TRAÇADO POR ELEGÂNCIAS ESTÉTICAS / João  
Vitor Schmutzler Abrahão. -- Rio de Janeiro, 2018.  
106

Orientador: Francisco Ramos de Farias.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em Memória Social, 2018.

1. Revitalização. 2. Violência. 3. Memória. 4.  
Resíduos. 5. Remoção. I. Farias, Francisco Ramos de,  
orient. II. Título.

JOÃO VITOR SCHMUTZLER ABRAHÃO

Memórias do Porto Maravilha: O eclipsamento de violências traçado por elegâncias  
estéticas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.  
Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social  
Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Banca Examinadora



---

Francisco Ramos de Farias (Orientador) - UNIRIO



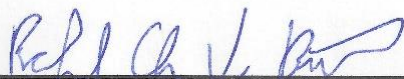
---

Lobélia da Silva Faceira - UNIRIO



---

Leila Dupret – UNIRIO/UFRRJ



---

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto – SEEDUC

Aprovada em: 14/12/2018

## DEDICATÓRIA

Ao professor Francisco Ramos de Farias, extraordinário professor e dedicado orientador, sem o qual a presente pesquisa não teria sido possível.

## AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar os agradecimentos sem exaltar as duas pessoas que sempre se preocuparam com a minha educação: meus pais Maria e Milton, que moveram mundos e fundos para que eu conseguisse estudar, em um país em que a educação de qualidade é um privilégio para poucos.

Não poderia também deixar de agradecer ao meu grande amor Naitan, também melhor amiga, que me ajudou ao longo de toda a caminhada, me dando suporte e força em todos os momentos.

Meus “auagradecimentos” à Bazuca, Marley, Lula, Sorriso, Manu, Lola, Ventania, Aya, Lion, Mel e Serena pelos momentos de descontração e “lambeijos” que foram essenciais para o desenlace desse trabalho.

Agradeço mais uma vez ao Francisco, que além de ser o professor mais dedicado e genial que conheci, se tornou um grande amigo, sempre disponível para ajudar antes mesmo que eu precisasse chamar (e, principalmente, nos momentos de “faniquito”).

À professora Lobélia, companheira que me auxiliou em tantos momentos nesse percurso.

À professora Leila Dupret, por ter aceitado fazer parte da banca e ter ajudado com valiosas orientações de pesquisa.

Aproveito também para agradecer à Aline, Hercília e Dona Fátima por sempre me receberem com um bom dia sorridente e terem um cafezinho em mãos, me ajudando continuar a caminhada da escrita.

A todos muito obrigado!

O passado não está morto; ele sequer  
passou. Nós nos separamos dele e, com isso,  
nos alienamos.

*Christa Wolf*

## RESUMO

A presente investigação tem como objetivo conhecer as novas configurações produzidas pela revitalização do Projeto do Porto Maravilha, que ocorreram na esteira de grandes eventos que a cidade do Rio de Janeiro sediou ao longo dos últimos quatro anos. Dessa forma, pretende-se abordar a questão das remoções e seus efeitos de pauperização e enriquecimento em grupos sociais no sentido de entender a que custos subjetivos são realizadas essas modificações urbanas intimamente ligadas ao desenvolvimento das grandes metrópoles. Dessa forma, os processos de remoções que a cidade do Rio de Janeiro perpassou ao longo de seu desenvolvimento foram investigados, realizando um recorte na região da zona portuária da cidade, historicamente negligenciada pelo poder público, transformando-se em um cenário de decadência, abandono e violência. Partindo-se do pressuposto de que toda transformação urbana produz alguma forma de violência (por meio do processo da gentrificação, pelo enobrecimento de antigas áreas e consequente encarecimento das mesmas ou mesmo pela remoção direta de moradores), pretende-se analisar a relação entre os grupos sociais e esse processo de revitalização pela reflexão acerca das modificações no espaço geográfico urbano e a memória local, buscando compreender de que maneira essas modificações impactaram os grupos que fizeram parte da dinâmica desses locais. Assim, o presente trabalho tem como foco o Projeto Porto Maravilha e os impactos das modificações urbanas nos grupos sociais locais. Visa também a analisar esse processo sob a perspectiva de que revitalizar, nesse contexto, consiste na produção de novos cenários. Esse processo envolve modificações urbanas, como destruições e demolições que podem relegar ao esquecimento, antigas formas ou resgatar antigos monumentos memoriais omitidos da história, como o Cais do Valongo. De resto, é possível constatar então que a gentrificação, além de causar efeitos de retrocesso social do ponto de vista econômico, também impacta a memória local, pois decorre desse processo as modificações urbanas capazes de suprimir restos e vestígios que podem ser significados como memória. Como resultado desse estudo elencamos os aspectos positivos e negativos das transformações urbanas, questionando quais seriam as formas e objetos passíveis de serem lembrados ou esquecidos. Por fim, concluiu-se que o preço da revitalização é caracterizado por uma intrincada modificação, não só arquitetônica, mas principalmente social, a qual altera completamente a dinâmica dos grupos sociais que residem, transitam ou frequentam esses “novos-velhos” lugares.

**Palavras-chave:** Revitalização. Violência. Memória. Remoção. Resíduos.



## ABSTRACT

The current study aims at knowing the new configurations produced by the revitalization of the Porto Maravilha Project, which happened to occur right before the major events that the city of Rio de Janeiro hosted over the past four years. In this way, we intended to address the issue of removals and their effects on pauperization and enrichment in social groups in order to understand to what subjective costs these urban modifications are realized, since they are closely related to the development of large metropolises. In this way, the processes of removals that the city of Rio de Janeiro went through were investigated and we also made a cutout in the region of the port area, historically neglected by the public power, turning into a scenario of decadence, abandonment and violence. Taking into consideration that all urban modifications produce some form of violence (through the process of gentrification, the ennoblement of old areas or even the direct removal of residents), we intended to analyze the relationship between social groups and the revitalization by the observation of the modifications in the urban geographic space and the local memory, trying to understand in which ways these modifications impacted the groups that were part of the dynamics of these places. Thus, this paper focuses on the Porto Maravilha Project and the impacts of urban modifications on local social groups. We also aim at analyzing this process from the perspective that revitalizing, in this context, consists of the production of new scenarios. This process involves urban modifications, such as destructions and demolitions that can relegate old forms to oblivion or to rescue old memorable monuments omitted from history, such as the Cais do Valongo. Moreover, it is possible to notice that gentrification, besides causing social retrogression effects from the economic point of view, also impacts the local memory, since that derive from this process the urban modifications that are capable of suppressing remains and vestiges that can be meant as memory. As a result of this study we highlighted the positive and negative aspects of urban transformations, questioning what forms and objects may be remembered or forgotten. Finally, we concluded that the price of revitalization is characterized by an intricate modification, not only architectonic, but mainly social, which completely changes the dynamics of the social groups that reside, transit or frequent these "new-old" places.

**Key-words:** Revitalization. Violence. Memory. Removal. Traces.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	18
Figura 2.....	19
Figura 3.....	20
Figura 4.....	30
Figura 5.....	31
Figura 6.....	38
Figura 7.....	41
Figura 8.....	45
Figura 9.....	47
Figura 10.....	52
Figura 11.....	55
Figura 12.....	64
Figura 13.....	72
Figura 14.....	74
Figura 15.....	74
Figura 16.....	76
Figura 17.....	77
Figura 18.....	78
Figura 19.....	79
Figura 20.....	81
Figura 21.....	84
Figura 22.....	87
Figura 23.....	88
Figura 24.....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	34
Tabela 2.....	91

## SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Descortinando o Porto Maravilha: memórias e silêncios.....	25
1.1. Um recuo aos cenários e <i>habitats</i> .....	26
1.1.1. Marcos e referências da reforma Rodrigues Alves e Pereira Passos.....	29
1.1.2. Acerca dos percursos do processo de revitalização da Lapa.....	37
1.1.3. Caminhos e descaminhos entrelaçados no Projeto Porto Maravilha.....	44
1.1.4. A repetição da Reforma Pereira Passos no Projeto Porto Maravilha.....	53
2. Uma viagem cartográfica nos escombros do Projeto Porto Maravilha.....	58
2.1. Pistas metodológicas.....	64
2.1.1. Perscrutando diferentes materiais.....	67
3. Considerações.....	90
Referências.....	97

## Introdução<sup>1</sup>

O olhar que construiremos sobre a cidade do Rio de Janeiro, especificamente a Zona Portuária e seus entornos, deve fazer referência ao percurso histórico do Brasil. Na qualidade de um país de extremos, em termos de diversidades culturais, diferentes relevos e biomas, oscilação econômica entre miséria e riqueza e cenários arquitetônicos ressaltam-se também experiências extremas de violência e massificação de ideologias autoritárias que, entre outros fatores, dificultam o debate e a reflexão sobre a desigualdade social. Contudo, desde as suas origens, predominou no Brasil a visão de mundo das elites dominantes, bastante arraigadas na manutenção da mentalidade escravocrata que por si só pode ser considerada uma forma crucial de violência para homens e mulheres, crianças, negros e pobres. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos afirmar que a memória do *modus vivendi* da sociedade brasileira carrega experiências de opressão calcadas na idolatria de um patrimônio cultural referido a valores estéticos, os quais, muitas vezes, sequer apresentam indícios de nacionalidade.

Eis um aspecto relevante na escolha dos vestígios selecionados para serem lembrados e outros para serem esquecidos, sem que esse processo resulte de um amplo debate em relação ao qual haja o confronto de ideias e experiências. Com isso, aventuramo-nos a indagar se o mascaramento e a negação de determinadas experiências não são a contrapartida da elite hegemônica do Brasil que, sob disfarce, age de forma autoritária? Temos certa clareza quanto a essa modalidade de abordagem do nosso passado histórico pois, de acordo com Ginzburg (2017, p. 201), “aos regimes autoritários interessa enfocar o passado como totalidade fechada, frequentemente como mistificação unificadora, a fim de controlar as imagens das identidades coletivas”.

Em face do exposto, circunscrevemos o campo das cidades. No entanto, faz-se necessário indicar de que posição falamos: a remissão que fazemos ao passado na análise do processo de revitalização de espaços urbanos envereda pelo caminho que considera a possibilidade de reinterpretação constante do passado, razão pela qual não pretendemos apresentar um trabalho completo. Humildemente, em nossa pesquisa, tentamos construir, em termos de memória social, apenas um sentido e uma significação para as diferentes

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ocorrências que marcaram as transformações responsáveis pelos distintos cenários das cidades brasileiras, destacadamente a do Rio de Janeiro.

Especificamente falando, pretendemos: elicitamos o projeto do Porto Maravilha e suas consequências nos bairros da Zona Portuária do Rio de Janeiro, bem como esperamos lançar um olhar crítico sobre o processo de revitalização, entendendo que revitalizar consiste na produção de novos cenários e que esse processo envolve destruições, demolições, abertura de novas vias de tráfego e modificações nos fluxos. Por fim, intentamos também explorar a interface entre o espaço zona portuária e a memória local por meio da observação de mapas cartográficos, planos diretores e documentos imagéticos.

Tendo em vista essas constatações, indagamos: a quem interessa o processo de revitalização de uma região urbana (aos atores sociais, aos especuladores ou ao Estado)? E, ainda, quais os posicionamentos éticos e políticos que determinam quais ocorrências devem figurar na construção e difusão de memórias? Quer dizer, entendemos que um processo de revitalização não surge do acaso, pois existem forças poderosas para efetivá-lo nas escolhas de restos e vestígios patrimoniais a serem preservados ou destruídos e o conjunto de ocorrências marcadas pela violência que são intencionalmente mascaradas ou propositadamente silenciadas, podendo ser comparadas, por analogia, a um verdadeiro eclipse.

A nossa indagação permeia a seguinte situação: a que custo subjetivo são promovidas essas transformações? Quer dizer, como o Estado se posiciona eticamente em relação aos atores que foram removidos para assentamentos longínquos de seus postos de trabalho e também do contato com pessoas amigas já que os assentamentos aconteceram em áreas geográficas distantes nas regiões periféricas da cidade? Diante desse cenário, quais vestígios e indícios são valorizados e legitimados no processo de construção de memória? Se quisermos mapear um traçado para deixar como legado da Rio 2016 seremos obrigados a incluir paisagens e paragens diversas.

Na tentativa de refletir a partir dessas circunstâncias nos debruçaremos sobre a problemática da violência nas remoções, bem como o processo de gentrificação da área do porto e adjacências, procurando perscrutar os impactos e resultados que essa ação gerou, tanto aos moradores da região, quanto aos próprios moradores da cidade, já que uma das principais ligações entre a zona norte e a zona sul da cidade foi interrompida. Todavia, não é nossa intenção ignorar os aspectos positivos decorrentes dessa transformação, como o embelezamento estético, a transformação da região em um polo

de atração turística, trazendo dividendos para a cidade, a criação de áreas de convivência e utilização dos espaços como novos locais para realização de eventos.

Embora seja notória a existência de diversos estudos acadêmicos sobre a revitalização da zona portuária no Projeto Porto Maravilha, a maior parte aborda principalmente as questões urbanísticas e econômicas, resultando em uma lacuna no que tange ao estudo dos impactos das modificações urbanas nos grupos sociais e suas dinâmicas.

Julga-se de grande relevância, então, conhecer as novas configurações produzidas por esses processos de revitalização, pois suas conseqüentes remoções acabam por gerar efeitos de pauperização nos grupos que são deslocados, gerando, simultaneamente, um enriquecimento dos novos grupos que ocupam esses “novos velhos” espaços revitalizados. Assim, justifica-se a relevância da realização da presente pesquisa, que tem como finalidade contribuir, de alguma maneira, para o preenchimento dessa lacuna, por se tratar de uma modificação urbana recente, iniciada em meados de 2011, visando os grandes eventos mundiais para os quais a cidade foi escolhida para sediar: a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos da XXXI Olimpíada, de 2016.

A partir da circunscrição do *corpus* teórico temos a intenção de estabelecer um diálogo entre geógrafos, urbanistas, arquitetos e pensadores do campo da memória social com o intuito de entender como se refletem as transformações de cenários naturais e artificiais no âmbito das relações sociais. Quer dizer, que interações se estabelecem no âmbito das novidades e dos atores sociais e também como os novos atores (comerciantes, turistas, proprietários de imóveis, transeuntes) se posicionam eticamente em relação às edificações demolidas, pessoas removidas, monumentos criados, vias abertas e às demais modificações que se sucedem.

A proposta metodológica consistiu em, ao subverter as normas dos métodos tradicionais de pesquisa, traçar no próprio percurso de realização as metas da pesquisa, ao invés de se estabelecer metas a priori. O percurso tem como implicação a presença de afetos, memórias de fluxos dos acontecimentos e das rupturas de continuidade, a ponto de nos posicionarmos em termos de uma contínua construção de memória fundamentada em preceitos éticos e políticos. Sendo assim, a intenção é, enveredando pelas sendas a nossa disposição (mapas, planos diretores, documentos, fotografias), cartografar uma miríade de acontecimentos que resultaram em marcantes transformações, tanto nos cenários, quanto na vida das pessoas. Por essa razão, situamos uma proposta de

intervenção cujo fundamento é uma intervenção política, conforme assinala Passos, Kastrup e Escócia (2009).

Assim, no primeiro capítulo, circunscreveremos o Projeto Porto Maravilha, no eixo axial de suas memórias e silêncios, situando antecedentes diretamente relacionados do ponto de vista histórico em termos da revitalização de zonas de grandes metrópoles. Ainda, focamos no cenário anterior da Zona Portuária do Rio de Janeiro, trazendo a lume sua complexidade em relação às habitações, vias de acesso, setores do comércio, espaços de entretenimento, frequentadores. Essa remissão ao passado será realizada, na medida do possível, pela criteriosa análise dos rastros que sobreviveram ao eclipse causado pelos imponentes e modernos monumentos, novas ruas e avenidas e restauração de avenidas antigas, como a Avenida Rio Branco ou a Avenida Venezuela, por exemplo. Por fim, moveremos nossas pegadas na visada do cenário atual considerando suas consequências positivas e negativas. Queremos sinalizar que essas três nuances serão focalizadas em termos do atravessamento de ações relacionadas à violência e ao poder, tanto no âmbito das realizações do aparato estatal, quanto no contexto dos grandiosos projetos arquitetônicos que, com intenção ou não, se esmeram em sinalizar para o ser humano a sua insolúvel impotência.

No segundo capítulo realizaremos uma viagem cartográfica nos arquivos disponíveis pelos meios midiáticos e em sites no sentido de apresentar filigranas que se insinuam nas tentativas de ocultamento e apagamento, como restos indestrutíveis, insistem e resistem ao esquecimento conforme sinaliza Debary (2017).

Por fim, apresentaremos nossas considerações em relação à afetação decorrente do percurso realizado. Tencionaremos apresentar pontos para a reflexão que se convertam em abertura para novos processos investigativos.

Seguindo essa linha de raciocínio, queremos ressaltar que esse é um ensaio sem maiores pretensões, mas que se objetiva a mapear e apresentar a Zona Portuária, precisamente, como um lugar de memória na acepção de Nora (1993). Ainda, queremos destacar que o projeto de revitalização dessa região, de certo modo, atende aos auspícios imaginários de setores da comunidade que sonham com a modernização e o progresso, mesmo que nem sempre avalie adequadamente os danos subjetivos causados. De resto, esperamos comparecer, com nossa reflexão, a um debate sobre os interesses precedentes à transformação, do ponto de vista estético, de uma zona urbana na qual fervilham vidas, muito embora muitas delas não sejam consideradas dignas da condição de cidadania.



Que as cidades são complexas, isso não é nenhuma novidade. Como decidimos refletir sobre um aspecto do *modus vivendi* relativo aos grandes conglomerados arquitetônicos que respondem pela fixação e imobilidade de inúmeras vidas, podemos afirmar que as cidades, em suas versões polimorfas, as quais deixam restos e vestígios, sinalizam vidas em presença, mas vidas ausentes e silenciadas, que são evidenciadas pelos restos persistentes às tentativas de apagamento ou eliminação. Possivelmente, as sombras engendradas pelo desaparecimento de cenários arquitetônicos e de pessoas podem ser compreendidas como feixes de luminosos em uma superfície opaca. Todavia, aquilo que se oculta nos escombros das demolições ou no âmbito da subjetividade corresponde a, de acordo com Jeudy (1990, p. 27):

[...] objetos que podem ser sempre descobertos pois não estão ausentes da história. As ruínas das abadias e dos castelos criam uma estética do passado. Mas as forjas, as olarias ou as fábricas de vidro abandonadas as urtigas, parecem destinadas ao esquecimento

No segundo caso não se trata de vestígios ameaçados de sumirem em relação aos quais haveria recusa de reconhecimento. Sem dúvida, o desaparecimento desses rastros de vida apresenta-se de certa forma natural em um processo de decomposição desses feitos humanos.

Comparada a um organismo vivo, pode se admitir que as cidades surgem, transformam-se e algumas desaparecem apenas fisicamente, quer dizer, as cidades progridem embora apresentem decadência e mazelas que deixam marcas dificilmente sanadas. Ainda, valendo-nos desse argumento reflexivo, adotamos a posição de um cartógrafo, travestido de guia turístico, com a função de mostrar a cidade, no caso, a cidade do Rio de Janeiro, palco de grandes acontecimentos, tanto positivos quanto negativos. Esses acontecimentos a projetaram mundialmente no século XX como cidade maravilhosa, a partir de um olhar estrangeiro que se deliciou com o cenário estético após a reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX (BENTO FILHO, 2017).

Como qualquer cidade, o Rio de Janeiro tem suas particularidades e singularidades, sendo, ao mesmo tempo, objeto de atração (pela beleza e aspecto geográfico único nas cidades do mundo, já que congrega a copresença do mar, montanha e florestas) e também de repulsa, intimidação e medo (pelas ocorrências que a mídia se encarrega de utilizar para divulgação, preenchendo páginas e páginas de jornais e ocupando intervalos em horários nobres nos jornais televisivos). Contudo, podemos refletir também em função de suas peculiaridades (favelas, encravadas em morros

próximos de bairros nobres) conforme admite Lessa (2001, p. 10) ao concebê-la “um laboratório para renovadas experiências cognitivas e emocionais, um ambiente desafiante do espírito e da carne. Teve e tem legiões de amantes”.

É fundamental, antes de prosseguir em nossa reflexão, fazer alguns esclarecimentos. Em princípio, como cidade, o Rio de Janeiro, na sua adversidade geográfica, é um espaço construído que segue certa diretriz condicionada por determinantes naturais os quais, de certo modo, ditam o rumo do seu progresso, ao mesmo tempo que possibilitam também a existência e proliferação de áreas decadentes. Em segundo lugar, a cidade é um conglomerado de atores sociais (LATOUR, 2012) em constantes interações, em uma dinâmica que produz diferentes cenários objetivos e subjetivos. Em terceiro lugar, o fato de ter sido um polo geopolítico e ter um porto (o primeiro da América do Sul) representa um aspecto característico de sua gênese, ou pelo menos de sua evolução, que deve ser considerado em qualquer análise. De certo modo, conforme assinala Lessa (2001, p.11), “até o início do século XX, o Centro da cidade e o porto estiveram superpostos: a cidade dialogava com a baía, atenta a barra de entrada”.

Seguindo essa viagem imaginativa, vamos nos valer de um argumento. Supomos que estamos frente ao mapa da cidade e elegemos alguns cenários significativos decorrentes de grandes eventos:

- 1) A chegada da família real portuguesa alavancou uma onda de progresso que se edificou pela construção de grandes monumentos e instituições das quais podemos destacar quatro (JACÓ-VILELA, 2011): o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant em 1854); o Instituto Nacional de Educação de Surdos em 1857; o Hospício Pedro II em 1852 e a Casa de Correção da Corte em 1850;
- 2) A instauração do samba e seus desdobramentos como uma expressão genuinamente brasileira, embora sem aceitação pela elite (JOST, 2015);
- 3) A construção do Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã) para a realização da Copa do Mundo de 1950 (ALMEIDA, 2014);
- 4) A primeira edição do festival Rock in Rio em 1985 (JORDÃO, 2017);
- 5) A realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), para a qual foi montado um esquema especial de segurança, com a presença das forças armadas na cidade e a remoção temporária das pessoas adultas em situação de abandono social para municípios vizinhos (NOVAES, 1992);

- 6) A realização dos Jogos Panamericanos, no ano de 2007, época de remoção de famílias do bairro Engenho de Dentro para a construção do Estádio Olímpico Nilton Santos (conhecido como Engenhão) e um grande impulso imobiliário da Barra da Tijuca com a construção da Vila Olímpica, cujos apartamentos foram adquiridos por setores da iniciativa privada;
- 7) A Copa das Confederações FIFA de 2013, época em que se iniciaram ondas de protestos e movimentos sociais reivindicatórios, em um período em que se difundia no Brasil a ideia de uma grande prosperidade, inclusive econômica;
- 8) A realização dos Jogos Olímpicos de 2016, evento idealizado para ser a grande transformação da cidade do Rio de Janeiro em termos econômicos, culturais, estéticos e etc.

Contudo, corre em paralelo uma outra faceta da cidade, não tanto revestida de luz e brilho, uma vez que vive praticamente às sombras, marcada pela violência sobretudo em rastros de sangue. A esse respeito podemos mencionar:

- 1) O extermínio de pessoas adultas em situação de abandono social no início da década de 1970 com a justificativa de preparar a cidade para receber a Rainha da Inglaterra, Elizabeth II, que visitou a cidade em 1968. Esses episódios da história da cidade tiveram bastante repercussão no início da década de 1970, sendo noticiado em jornais e programas de rádio.

Porém, com a implantação do regime militar de governo, essas memórias foram aterradas e os processos supostamente desapareceram, vindo a lume, quase cinquenta anos depois, na produção cinematográfica intitulada “Topografia de um Desnudo”, da diretora Teresa Aguiar, lançado em 2010 (VILLAMEA, 2017). Esses acontecimentos tiveram tamanha repercussão a ponto de serem frontispício de jornais de grande circulação, em manchetes contundentes conforme podemos depreender na seguinte ilustração;

Figura 1: Reportagem Operação Mata Mendigos.



Fonte: Candiru, 2017.

- 2) O surgimento da primeira facção criminosa do Brasil na Ilha Grande (AMORIN, 1993), denominada Falange Vermelha, sendo depois rebatizada para Comando Vermelho. Essa facção originou todas as facções atualmente existentes na cidade, com tentáculos pelo Brasil (MESQUITA, 2017). Cabe sinalizar o esmero dessa organização criminosa em demonstrar sua ação mortífera e intimidação pelo distintivo escolhido para representá-la: armas e sangue, cujo olhar à figura abaixo, por mais desprezioso que seja, não pode se esquivar em constatar;

Figura 2: Emblema do Comando Vermelho.



Fonte: Crime News RJ, 2014.

- 3) A iniciativa de criação de um grupo de extermínio, formado por homens reconhecidos da Polícia Civil, denominado Esquadrão da Morte, o qual teve como bando representativo mais temido a *Scuderie Detetive Le Cocq* em referência ao seu mentor e executor, Milton Le Cocq (BERTOLUCCI, 2015). O grupo liderado por esse homem tinha distintivo e era respeitado pelo esmero na aplicação de métodos de execução das vítimas. Tamanha é a idolatria dessa organização criminosa que, até a atualidade, há propagandas em sites da internet para venda de busto de seu criador, além de chaveiros.

Em relação à escolha de distintivos intimidativos, esse grupo de execução parece ter seguido a mesma lógica do Comando Vermelho, porém com um agravante: o referido distintivo contém a palavra esquadrão, a qual por si só é bastante elucidativa na alusão às ações de natureza militar, além de conjugar-se à palavra morte, escrita próxima ao nome Brasil, e traz ainda uma caveira com olhos vermelhos e ossos cruzados, fazendo repercutir no imaginário a analogia bastante comum em corporações militares pelo simbolismo relacionado à disposição de armas em formato de cruz.

Pode se depreender, dessa imagem, também uma alusão às práticas de pilhagem dos antigos piratas, o grande terror dos mares, reconhecidamente identificados por ações ilícitas e cruéis. Vale salientar que, de forma

intimidativa, esses saqueadores utilizavam emblemas de identificação em seus navios, os quais tinham conteúdo similar ao escolhido pelo *Scuderie Le Cocq*.

Figura 3: Emblema da *Scuderie Detetive Le Cocq*.



Fonte: O Globo, 2015.

- 4) A chacina de crianças em situação de vulnerabilidade social por agentes de segurança do Estado, em frente à Igreja da Candelária em 1993, e a de civis na favela de Acari em 1990, as quais, mesmo tendo, à época, grande repercussão nos meios midiáticos, atualmente é relegada praticamente ao esquecimento;
- 5) A execução de pessoas, por agentes da elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro, nos morros Chapéu-Mangueira e Babilônia, em junho de 2018. Curiosamente, a justificativa apresentada para o fato de que se tratava de marginais contumazes foi suficiente para o episódio não fazer parte dos meios midiáticos.

Interrompemos a enumeração de progressos, grandes eventos e momentos amargos para sinalizar que as cidades são um cenário de grandes contrastes, os quais devem ser considerados como parâmetros importantes em reflexões quando se pretende planejar o que se quer para o futuro.

Se apresentamos as cidades pelos seus grandes históricos monumentos, não devemos esquecer que, ironicamente, nesse imaginário mapa destinado a guias turísticos, muita coisa é varrida para debaixo do tapete, principalmente as ocorrências violentas que sequer são reconhecidas, nem mesmo monumentalizadas. Somente alguns mortos são merecedores de serem lembrados em monumentos imponentes, como o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, conhecido como Monumento dos Pracinhas, construído no Aterro do Flamengo para lembrar os soldados brasileiros mortos nessa guerra. Curiosamente não há monumentos para os brasileiros mortos nas chacinas de

Acari e da Candelária, salvo uma escultura que lá existe, mas que lembra muito mais a artista do que as crianças mortas. Cabe levantar, a esse respeito, uma indagação: quais vidas brasileiras merecem ser lembradas e quais delas são passíveis de luto? (BUTLER, 2015)

Feita essa pequena digressão, é preciso salientar que saímos do escopo do mapa geral e nos detivemos em alguns cenários da cidade. Ao focar um cenário específico corremos o risco de perder a dimensão da totalidade da cidade. Todavia, esse é o encaminhamento que elegemos para nossa reflexão: recortar a região da cidade conhecida atualmente como Porto Maravilha, radicalmente transformada em pouco menos de uma década em razão da preparação da cidade para a realização dos Jogos da XXXI Olimpíada em 2016.

O projeto de transformação da região foi planejado sob a alegação da revitalização da Zona Portuária, aspecto de extrema importância a ser considerado, se desdobrarmos os componentes da palavra (OLIVEIRA, 2001). Revitalizar, considerando o prefixo “re”, significa oferecer a possibilidade de uma nova vida, o que certamente não alude aos mortos vivos que como espectros urbanos geralmente acinzentados faziam parte do antigo cenário e representavam pessoas as quais se encontravam vivendo, segundo Bursztyn (2000):

[...] no patamar inferior do circuito econômico, sendo jogadas para fora do sistema. São excluídas do processo de geração de riquezas (emprego) e da distribuição de seus frutos (consumo). Sobrevivem, mas valendo-se apenas de um acesso precário a mecanismos públicos (BURSZTYN, 2000, p. 20)

A nova vida pressupõe que circulem, na região, outros atores sociais tingidos por um matiz escolhido em uma palheta de cores que sejam agradáveis aos olhos de seus habitantes, visitantes e frequentadores. Não temos dúvida de que a ação de dar nova vida a uma região de uma cidade parte, sobretudo, de interesses econômicos, sendo planejada sistematicamente para provocar radicais mudanças no cenário; tanto as consideradas positivas (embelezamento, locais de lazer, atração de turistas, criação de espaços seguros de convivência) quanto negativas, pois cada aparição de um novo prédio, a abertura de uma via, a construção de um túnel e os espaços desapropriados indicam que por esses lugares existiram e passaram vidas que foram violentamente removidas e, mesmo que continuem vivas, são impedidas de neles circular em face das novas condições imobiliárias, a elevação dos preços dos serviços de lazer e, principalmente, pela cor esfumada, vista pela ótica das elites, da qual não conseguem se livrar.

Da visão panorâmica que dissolve e esconde lugares taciturnos da cidade, além de contar com certo esfumaçamento, chegamos a um foco: o Porto Maravilha, que antigamente denominada Zona Portuária, caracterizava-se por ser uma região notoriamente heterogênea. Essas heterogeneidades, no que podemos aventar, não são decorrências diretas das estratégias de planejamento urbano, pelo menos espera-se, uma vez que refletem diretamente a realização de programas relacionados à aplicação, ou não, de políticas públicas, por um lado, e à distribuição de rendas, por outro. Esse último fator é a principal causa da desigualdade social, aspecto que se evidencia, com maior contundência, se lançarmos um olhar para a panorâmica da cidade.

Não devemos esquecer que essas diferenças estão também, ainda que em menor grau, presentes no meio rural, principalmente se pensarmos nos trabalhadores e nos latifundiários a quem se encontram ligados.

A cidade do Rio de Janeiro, concebida como espaço heterotópico, idealizado em um projeto de utopia pelas elites e realizado pelo Estado reproduz, quase que integralmente, os auspícios da Velha República com duas características: o sonho dos brasileiros da antiga capital federal de viverem em uma cidade que se assemelhasse, em termos de progresso, às grandes metrópoles do primeiro mundo e a vivência arraigada de um complexo de inferioridade em razão dos períodos colonial e imperial conforme podemos depreender em Ribeiro (2000). A isso devemos também acrescentar que o Brasil, além de ter sido o último país escravagista das Américas, foi o único que de colônia passou a império, o que refletiu em um atraso cultural em função da dependência a Portugal pela perpetuação da Monarquia. Cabe assim salientar que a situação era de um grande contraste: enquanto no Brasil a sociedade era praticamente pobre, a Europa transpirava ares de prosperidade em pleno desenvolvimento industrial. Eis uma marca do nosso passado que é decisiva para pensarmos o percurso do Brasil e em particular da cidade do Rio de Janeiro em relação às condições de desenvolvimento e progresso.

É pertinente salientar também que a modernização resultante da reforma Pereira Passos teve como significado principal mudanças próprias do sistema capitalista, na medida em que alterou as estratégias de obtenção de renda. Contudo, a modernização, conforme aponta Ginzburg (2017, p. 208):

[...] ocorreu dentro de uma política de elites, dotada de lógica de dominação, construída na política oligárquica e herdeira da exploração colonial. A reificação crescente das classes de baixa renda, no mundo do mercado, foi acompanhada de uma desumanização no plano dos conflitos entre o indivíduo e o Estado.

Obviamente, nessa queda de braços, o indivíduo esteve em posição de fragilidade no que tange ao autoritarismo do aparelho estatal. Quer dizer, de um lado, há a violência da criminalidade frequentemente associada à desigualdade social e, de outro, há a violência institucional cujo encargo esteve nas mãos do poder público. Dessa conjuntura, a população brasileira acompanhou o processo de modernização sob uma sombra de ameaça, sendo constantemente submetida à diferentes modalidades de manipulação ideológica, justificadas, sobretudo, em nome do bem e da ordem social.

A partir dessa breve incursão sobre as cidades, lançamos um olhar para a cidade do Rio de Janeiro, particularmente a região da Zona Portuária, objeto de nosso estudo, em relação a qual elencamos os seguintes aspectos:

- a. A construção de memórias em função de um processo de transformação urbana e social de uma região;
- b. Projetos de leis para transformar determinadas regiões em áreas de interesse público;
- c. A ação de políticas públicas no processo de desapropriação de imóveis e terrenos;
- d. Eclipsamento e negação da violência na remoção e assentamentos de atores sociais;
- e. A oferta de um novo cenário estético como uma pastagem agradável ao olhar decorrente de projetos arquitetônicos grandiosos e artísticos;
- f. A valorização da região em termos do mercado imobiliário, turismo, lazer, etc.

Antes de finalizarmos, consideramos necessário tecer considerações acerca do conceito de gentrificação, retomado ao longo da nossa reflexão, intimamente relacionado ao enobrecimento de uma dada região. Em termos gerais, a gentrificação consiste na transformação de regiões urbanas, cuja característica principal recai sobre os grupos sociais em função de mudanças econômicas, ou seja, o espaço urbano torna-se inviável economicamente para os grupos sociais de baixa renda, ao mesmo tempo que se torna convidativo para pessoas de camadas sociais economicamente favorecidas. Cabe salientar que mesmo que o foco da gentrificação seja determinado pelo cenário imobiliário, seus resultados são visíveis nas populações de baixa renda, as quais são forçosamente obrigadas a procurar um novo *habitat*. Eis um tipo de violência que sequer aparenta sê-lo, uma vez que as transformações arquitetônicas são plenamente justificadas em nome



do progresso, do combate à violência, de atração turística com novos polos de lazer, entretenimento e gastronomia.

## 1. Descortinando o Porto Maravilha: memórias e silêncios

**“a maior parte da população não dispõe dos conhecimentos e métodos necessários para avaliar as relações entre sua miséria social e econômica, a formação histórica do país e os atos dos grupos em lideranças”  
Ginzburg (2017, p. 206)**

Nessa seção dirigimos o nosso olhar para um panorama de reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro e suas principais motivações, considerando os diferentes cenários históricos e políticos, a começar pela época na qual o Brasil passou a ser a sede do Reino Unido de Portugal e Algarves, quase dez anos após a chegada da Família Real. Esse acontecimento exigiu mudanças radicais para acomodar a Família Real e sua comitiva, do que decorreu a desapropriação de imóveis no entorno do local em que essa família viveu.

Vale salientar que a desapropriação não ocorreu em termos pacíficos de negociação, uma vez que os habitantes eram informados de que deveriam imediatamente deixar suas residências sob pressão de forte aparato policial. Consideramos, então, esse marco como o primeiro projeto que foi executado em relação à remoção forçada de pessoas em detrimento dos interesses de um segmento social dominante.

Passados quase cem anos, a cidade do Rio de Janeiro, sob a pretensão de se tornar uma Paris dos Trópicos, conforme aponta Lessa (2001), foi palco de uma grande reforma na então conhecida Avenida Central. Essa reforma foi justificada por dois condicionantes: em primeiro lugar, as autoridades difundiram a ideia de ser necessário o combate às grandes epidemias que dizimavam centenas de vidas. Apontava-se como causa para a disseminação de doenças e o contágio as habitações de pessoas pobres e ex-escravos (DAMAZIO, 1996). Sob essa alegação, teve lugar a operação bota-abaixo, caracterizada pela destruição das residências e expulsão de seus habitantes, tendo, pela primeira vez, a institucionalização do processo de remoção para regiões longínquas do centro da cidade, criando bolsões de pessoas em condições precárias de transporte, bem como condições sanitárias e habitacionais. Em segundo lugar a cidade aspirava ter ares europeus a exemplo da metrópole parisiense, conforme podemos observar nas edificações monumentais que foram construídas no início do século: o Palácio Monroe (demolido na década de 1960), o Theatro Municipal, a Fundação Biblioteca Nacional, o Palácio Pedro Ernesto. Ao lado de todo o embelezamento, não podemos deixar de mencionar que o

processo consistiu em uma espécie de “limpeza étnica”, uma vez que se exigia um tipo de vestimenta para circular nas ruas após a reforma.

Na década de 1970, uma nova reforma tem lugar no bairro da Lapa, o qual, à época, era conhecido como uma região degradada, principalmente pela violência, e mal visto em função de habitações coletivas conhecidas como cortiços. Em função dessas características, a região perdeu seu *glamour* e sua valorização econômica, motivos pelos quais as autoridades municipais empreenderam uma grande revitalização, cujos resultados foram observados visivelmente na sofisticação da arquitetura, o que trouxe em paralelo a elevação de impostos, impossibilitando, assim, que determinados habitantes continuassem a viver no bairro, fazendo eco desse modo à gentrificação. Essa transformação ocorreu de forma sutil e sofisticada, a ponto de transformar o bairro da Lapa e seu entorno em uma região de entretenimento destinada apenas às camadas de alto poder aquisitivo. Do ponto de vista imobiliário, a região conheceu um certo progresso, porém às custas de uma marcada segregação social.

Por fim, quarenta anos depois, o centro da cidade sofre modificações, sob a justificativa da preparação para os grandes eventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, por um lado, e a recuperação da região que se estende da Praça XV até o Cais do Valongo como polo de entretenimento, por outro. Cabe acrescentar que, mais uma vez, difunde-se a ideia de que a reforma traria grande benefício em termos de segurança, pois a região passou a ser evitada sob a ameaça de roubos, assaltos, entre outros. Não resta dúvida de que a reforma produziu benefícios para o setor turístico, no entanto, como as demais, teve seu custo: a gentrificação e a remoção de pessoas, sem um planejamento para acompanhar os reassentamentos.

### 1.1. Um recuo aos cenários e *habitats*

As cidades, desde as suas origens, são organismos vivos com redes intrincadas de relações que fazem parte da história da humanidade. Salvo raríssimas exceções, são lugares bastante heterogêneos em vários aspectos: cenários estéticos, *habitats*, pessoas, serviços, lazer, segurança, espaços de convivência, valorização imobiliária, configuração arquitetônica na organização de vias de circulação, ruas, casas e prédios. Acrescente-se também o tamanho das habitações que variam consideravelmente de bairros mais valorizados economicamente para espaços nos quais vivem populações de baixíssima renda. Além disso, devemos considerar também que algumas regiões da cidade oferecem

melhores qualidades de vida em comparação com outras, o que reflete decididamente em processos de segregação; seja pelas condições econômicas, seja pela grande oferta de serviço em algumas regiões e a precariedade desses mesmos serviços, em outras.

Ainda, as cidades têm regiões nas quais os aparatos de segurança mantêm vigilância e controle, no sentido de evitar confrontos, assassinatos, roubos. Por outro lado, outras regiões são relegadas ao completo abandono permitindo essas ocorrências à luz do dia. Como podemos constatar, a expressão da violência conhece lugares previamente demarcados pelo Estado. Considerando esse contexto, vamos nos guiar pela contundente escrita de Lessa (2000, p. 17): “a violência é inerente à vida das metrópoles”. Desse modo, a vida nas cidades é marcada por um grande contraste, praticamente insolúvel em razão da desigualdade social, especialmente traduzida pela qualidade de vida e acesso aos bens e serviços públicos.

De resto, cabe salientar que, com o passar do tempo, as cidades acabam criando suas próprias “cidades”, a exemplo dos bairros privilegiados, organizados a partir de inspirações de cidades estrangeiras como o bairro da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, que sonha um dia ser Miami ou Nova York. Em outro contexto, as classes menos favorecidas economicamente, ou seja, a pobreza e a miséria “organizam” outra cidade, que dá suporte aos serviços lícitos e ilícitos para a elite, contribuindo diretamente para que as “cidades sonhos” mantenham sua alta qualidade de vida, uma vez que essas regiões privilegiadas dispõem de serviços a um preço relativamente baixo.

O cotidiano e a história das cidades são marcados por processos em diferentes níveis, desde reformas de sua arquitetura até mudanças significativas de *habitats* e habitantes que conformam percursos sociais específicos, bem como estão diretamente atrelados à produção econômica e cultural. A conjuntura desses processos é justificada em nome de crescimento econômico, lazer, bem-estar, progresso, segurança. Contudo, essas transformações nem sempre incidem na redução da desigualdade social. Além disso, por mais que se deseje, não é possível dar cabo às diferenças étnicas e de baixa condição econômica que insistem em se fazerem presentes, mesmo na contramão de movimentos que tentam sucumbir as suas expressões. Quer dizer, tanto o processo de remoção de pessoas pobres quanto a demolição de antigas edificações deixam vestígios, por vezes invisíveis, mas que a todo momento sinalizam os rastros de histórias de vida.

Nesse sentido, a depender da distribuição geográfica de uma região urbana e dos atores que nela circulem, temos modos próprios de relacionamento social, afetações, interferências, interações. Sendo assim, queremos sinalizar que a estrutura arquitetônica

não só se configura um *topus* dinâmico mas interfere no modo de ser e agir das pessoas que cotidianamente interagem com esse espaço, a ponto de deixar vestígios e produzir traços de uma história que podem transformá-lo em um lugar de convivência em que vida, ruas, avenidas, prédios, casas, praças se harmonizam formando um todo.

A organização heterogênea da cidade varia segundo determinados critérios. Em princípio, tem lugar as atividades produtivas estruturadas por movimentos do poder público e pela iniciativa privada, bem como outras possibilidades, tais como as relações sociais, políticas e culturais de grupos locais. Há de se considerar também o caráter movediço do fluxo de pessoas, dependendo de deslocamentos para postos de trabalho ou para entretenimento, além da tão frequente população adulta em situação de abandono social que povoa determinadas regiões das grandes cidades, caracterizando-se pela permanência, mas sempre à deriva. Considerando essa dinâmica pulsante, o espaço urbano é constantemente reorganizado e reconfigurado devido aos processos que produzem novas dinâmicas, no sentido da produção de novos cenários físicos e humanos. No entanto, esses resultados, muitas vezes, são alcançados às custas de apagamentos propositais e modalidades de omissão em relação àquilo que fazia parte da paisagem antiga, agora revitalizada. Cabe salientar que, qualquer que seja a modalidade desse processo, estaremos diante de vestígios os quais representam indícios de vida, elementos vitais para a construção da memória da paisagem que outrora vivia nesse lugar.

Em face do exposto, direcionamos o olhar para o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro que, assim como outras cidades, foi palco de grandes transformações arquitetônicas que repercutiram diretamente na reconfiguração de grupos sociais em razão de destruições e aberturas de avenidas e ruas, construções de praças, utilização de terrenos onde casas são destruídas para projetos de grandes edifícios, elevação das taxas de impostos obrigando pessoas a abandonarem determinados bairros, bem como a retirada forçada de outros grupos e o processo de gentrificação, conforme assinala Smith (2007), decorrente da ação de aparatos estatais conjugada com interesses econômicos e investimentos da iniciativa privada com vistas ao retorno econômico em regiões degradadas, que a partir da revitalização, se transformam em polos economicamente seletivos e segregatórios.

A cidade do Rio de Janeiro tem, na sua história, retratos de diversos e significativos processos de reformas urbanas segundo critérios os mais diversificados possíveis, muitos das quais espelharam-se em modelos e projetos de revitalização de grandes metrópoles americanas e europeias, em especial, a grande reforma da cidade de Paris. Os

determinantes das reformas do Rio de Janeiro foram condicionados tanto por fatores paisagísticos como humanos.

A esse respeito cabe situar algumas ocorrências: a abolição da escravatura, na última década do século XIX e a grande migração de pessoas de outros estados, desde as primeiras décadas do século XX, acabaram por produzir sérios problemas de urbanização à então pacata Corte Imperial que já se encontrava em extinção iminente, conforme nos sugere Lessa (2001). Diante dessa situação, a cidade viveu um clima de grandes convulsões sociais em termos habitacionais, pelo fato de que pessoas que até então eram impedidas a circular pela pólis agora são transeuntes e nômades indesejáveis convivendo com pessoas da alta sociedade carioca.

#### 1.1.1. Marcos e referências da reforma Rodrigues Alves e Pereira Passos

A prática de reforma urbana e remoção de pessoas remonta à época da chegada da Família Real ao Brasil, ocasião em que, para acomodar as famílias nobres portuguesas recém-chegadas, foi determinado pelo Poder Real que brasileiros fossem desalojados de suas propriedades. As autoridades monárquicas, ao desapropriarem uma residência, identificavam-na pelas letras PR, cujo significado é Propriedade Real. O aspecto da cidade não agradava a nobreza real, razão pela qual fez-se necessário uma remodelação estética segundo critérios vigentes na Europa, conforme destaca Conceição (2017).

Na virada do século XIX para o século XX, a cidade do Rio de Janeiro aspirava ser uma grande metrópole, nos moldes de cidades europeias. Ainda embalada nos respingos do período imperial, sendo a capital do país, apelava por uma nova imagem a qual Pereira Passos, juntamente com o Presidente Rodrigues Alves e o Médico Oswaldo Cruz, teve a incumbência de concretizá-la. No entender de Azevedo (2015a), na verdade nesse período aconteceram duas reformas: uma, sob os auspícios do Governo Federal para a modernização do porto do Rio de Janeiro e outra, ao encargo do então Prefeito Pereira Passos, que embora tivesse como foco a integração de diferentes regiões do centro da cidade, teve conotação social especialmente em relação ao processo segregativo, cujo foco foi uma massa de pessoas que viviam em condições bastante precárias à margem dos postos de trabalho.

Muitas delas, por dificuldade financeiras, apinhavam-se em habitações de qualidades discutíveis em termos higiênicos e de sua exiguidade, sendo então o alvo preferido das autoridades para justificarem as medidas de reforma, com a destruição

dessas habitações e a remoção de pessoas. Nesse sentido, reportamo-nos à Mbembe (2017, p. 34), quando nos lembra que “os sem-lugar não têm qualquer direito a ter direitos. São regidos pela lei da desigualdade. Essa desigualdade e a lei que a institui e na qual se baseia, fundam-se no preconceito da raça”. Assim se produzem comunidades segregadas inscritas negativamente no contexto das relações sociais pelas elites.

As questões de preconceitos raciais foram a força motriz da reforma Pereira Passos sob a alegação da necessidade de combate às epidemias (LESSA, 2001). Cabe salientar que tanto o preconceito quanto a lei que o fundamenta são instrumentos eficazes na manutenção de um fosso intransponível, entre uma comunidade que se apreende como igual e pacífica na convivência e, outra, considerada diferente e perigosa.

A essa época esperava-se uma reforma urbanística, esteticamente inspirada em cidades da Europa consideradas modelos de desenvolvimento e cultura. Para edificar seu sonho, o então Prefeito inspirou-se, segundo Abreu (2008), nas reformas urbanísticas da cidade de Paris sob a alegação de que precisava, com a máxima urgência, livrar-se das marcas sombrias da era escravocrata, construindo praças e grandes edificações, abrindo avenidas e ampliando ruas, além de um projeto pioneiro em termos de saneamento básico.

Coube ao então Presidente da Primeira República não poupar recursos para a realização das reformas iniciadas em 1903 e, ao médico sanitário Oswaldo Cruz, o encargo do projeto de higienização, em um plano de modernização da zona portuária, a criação de três grandes avenidas: Avenida Central (atualmente Avenida Rio Branco), Avenida Beira-Mar e a Avenida Maracanã.

Figura 4: Avenida Central.



Fonte: Rio de Janeiro Aqui, s/d.

Destacamos essa imagem icônica da antiga Avenida Central pela sua importância considerando dois aspectos. Em primeiro lugar, a Avenida da Cidade do Rio de Janeiro

tem marcantes semelhanças em comparação ao *Boulevard Haussmann*, da capital francesa, pelo menos na configuração estética das duas fotografias:

Figura 5: Boulevard Haussmann.



Fonte: Zoover, 2017.

Em segundo lugar, é pertinente lembrar que a reforma da Avenida Rio Branco para os Jogos Olímpicos guarda, em devidas proporções, semelhanças consideráveis com a Avenida Central de 1906, ambas inspiradas em modelos parisienses. Podemos refletir que estamos diante de uma reparação nostálgica em termos de memória, no sentido de elevar o Rio de Janeiro à categoria de metrópole europeia, no caso a capital francesa?

Os impactos urbanísticos causados por essa reforma resultaram, por um lado, em um inchaço demográfico de ex-escravos, ambulantes, imigrantes na recém capital dos Estados Unidos do Brasil. Esses contingentes de pessoas viviam amontoadas em habitações precárias, insalubres, retratadas por Aluísio de Azevedo na obra *O Cortiço*, de 1890. Por outro lado, acarretou a segregação da população pobre, em especial os negros que forçosamente se distribuíram pelas periferias e morros da cidade, dando origem ao processo de favelização que conhece, a cada momento, um crescimento incontável por parte das autoridades estatais. De certo modo, a dinâmica das favelas, conforme conhecemos atualmente, é o reflexo da proposta civilizatória dessa reforma e causa danos até os dias atuais. A esse respeito, Cantisano (2016, p. 403) assinala que “ao crescimento espontâneo e caótico das cidades, planejadores buscam impor um design racional, nesse sentido, planos urbanos são análogos ao direito porque representam ideias particulares sobre como as coisas devem ser”.



Assim, podemos dizer que a tentativa de recriar o Rio de Janeiro ao estilo *Belle Époque*<sup>2</sup> teve um alto custo subjetivo, pelo menos se tratando da população negra, visto que não houve nenhuma política ou mesmo cuidado em reintegrá-la à sociedade, bem como garantir seus direitos. De certo modo, o projeto dessa reforma trazia implícito em suas linhas de ação, segundo Silva (2018, p. 48), “uma limpeza étnica e racial, por detrás de ideais reformadores... A especulação imobiliária contribuiu para que a classe social economicamente mais baixa não ocupasse áreas agora destinadas aqueles que mereciam desfrutar de tal processo urbanístico”.

O auspicioso projeto teve como meta adaptar regiões da cidade para a circulação de automóveis e de pessoas, sobretudo em uma estratégia de reorganização do espaço urbano, com profundas transformações sociais: a remoção de vinte mil pessoas, segundo Azevedo e Faulhaber (2015, p. 36), e a demolição de habitações consideradas inóspitas pela saúde pública, sob a alegação de serem grandes focos de doenças, razão pela qual deveriam ser eliminados preventivamente no combate às epidemias.

Cabe salientar que uma primeira medida do Prefeito Pereira Passos, segundo Lessa (2001), foi a proibição do comércio informal com consequência, por um lado, para ambulantes que foram impedidos de exercer seus ofícios e, por outro, para comerciantes que, com a expulsão dos ambulantes, expandiram suas vendas avolumando seus lucros; muito embora essa segunda alternativa sequer foi veiculada socialmente. Consta-se que uma medida proposta para solucionar um suposto problema social objetiva indiretamente beneficiar um segmento social relacionado ao setor econômico.

Vale assinalar que o plano diretor idealizado para essa grande reforma, amplamente inspirado no sucesso da reforma parisiense do Plano Haussmann, fundamentou-se em uma perspectiva dupla, urbana e cultural, além de um forte apelo de controle e coerção para regulamentar o espaço urbano, sob a alegação, segundo Azevedo (2015b), de transformar a sombria cidade do Rio de Janeiro, ainda sobre os destroços da época Imperial, em uma cidade civilizada, porém às custas de segregação maciça de parte da população negra e pobre. Quer dizer, a nova estética destinou-se exclusivamente às pessoas de alto poder aquisitivo. As repercussões positivas da reforma parisiense foram trazidas e implantadas na cidade do Rio de Janeiro, sem maiores questionamentos, mesmo

---

<sup>2</sup> Expressão da língua francesa, do século XIX, que se traduz literalmente por “Bela Época”, mas que designa um período da história do continente europeu caracterizado por um ambiente artístico e intelectual no intervalo que perdurou do início de uma guerra no século XIX, ao término de outra no século XX.

considerando que as finalidades eram díspares, além de não levar em conta as peculiaridades de cada metrópole.

Acredita-se que essa medida tenha tido como resultado imediato a favelização da cidade, pois as pessoas proibidas de trabalhar, de circular no centro da cidade e as consideradas com potencial risco de contágio tiveram como rumo a migração para a periferia da cidade ou escalaram íngremes morros para construir lugares precários para viver. Esses aspectos, entre outros, foram considerados para justificar a reforma bem como a escolha, em função do percurso de seu idealizador (OLIVEIRA, 2006). É preciso atentar para uma peculiaridade dessas regiões: eram espaços relegados pelo poder público, inabitados e sem valor econômico, fatores que facilitaram sua rápida ocupação e espraiamento. Vale ressaltar ainda que as precárias condições da vida nos cortiços considerados pelo poder público como promíscuos e foco de disseminação de doenças se perpetuaram nas favelas, principalmente pela ausência total de condições higiênicas e saneamento básico.

Tanto uma opção (subir aos morros), quanto a outra (condenação as pessoas obrigando-as a viver em periferias) são igualmente problemáticas: por um lado em ambas as situações houve o crescimento populacional desenfreado e, por outro, o abandono do Estado pode ter contribuído para tornar essas regiões violentas, ou seja, conforme afirma Lorenz (1974, p. 28), “amontoar pessoas em espaços limitados leva, de forma indireta, a atos de desumanidade provocados pelo esgotamento e desaparecimento progressivo dos contatos e é a causa direta de todo um comportamento agressivo”.

Os ex-escravos e os migrantes eram vistos como pessoas desprovidas de hábitos refinados ou modos adequados para interagir com a casta da cidade carioca. O maior reflexo dessa disparidade foi registrado na região central da cidade, constituída por ruas e vielas nas quais existiam pequenos prédios e imensos cortiços. As condições de higiene e saneamento básico eram quase inexistentes, e essas, associadas ao relevo peculiar da cidade, a exemplo dos morros que dificultavam os fluxos de um bairro para o outro, foram elencadas como as causas das epidemias de febre tifoide, varíola e febre amarela.

A grande disseminação de doenças atribuída a essas camadas da população aliada à má fama de cidade pestilenta pela qual o Rio era conhecido, chamaram a atenção das autoridades para uma urgente reforma desse cenário que conhecemos, segundo Abreu (2008), pela denominação Reforma Pereira Passos. As linhas de ação do Plano Diretor justificavam-se em face dessas constatações, razão pela qual a medida imediata sugerida pelos médicos sanitaristas consistia no aterramento dos pântanos, demolição de morros e

mudança radical das condições de habitação por imposição dos aparatos estatais. Essas medidas eram apresentadas como o combate efetivo aos aspectos negativos, até então identificados pela desordem urbana como prováveis indícios de degeneração física e degradação moral.

Em face dessa situação, as autoridades do governo obrigavam as pessoas a permitirem que suas casas fossem revistadas sob a alegação do combate à contaminação pelo contágio, campanha capitaneada pelo então sanitarista Oswaldo Cruz, que por esse motivo, segundo Lessa (2001, p. 196):

[...] foi reconhecido internacionalmente, inclusive com uma condecoração na Alemanha, no ano da erradicação da febre amarela, em 1907. O estigma sobre a cidade começou a ser dissolvido. O Rio estaria assumindo condições de recepção de visitantes internacionais.

Vale ressaltar que a campanha não foi tão pacífica uma vez que grande parte da população se mostrou reticente em relação à obrigatoriedade da vacina, pelo temor de morte iminente em decorrência de sua inoculação, fato esse frequente na população negra, segundo dados da Secretaria Especial de Comunicação Social (PREFEITURA, 2006). Aliado a esse temor, pairava sob essas pessoas a ameaça de que as autoridades estatais pretendiam desalojá-las de suas habitações, o que efetivamente se concretizou.

Corroborava a esse respeito o fato de nas duas últimas décadas do século XIX a cidade do Rio de Janeiro ter sido atingida por vários surtos epidêmicos de febre amarela, cólera, varíola, tuberculose, conforme podemos depreender na análise realizada por Damazio (1996, p. 75), na tabela abaixo:

Tabela 1: Mortes por doenças transmissíveis.

<b>Doenças</b>	<b>1886/1890</b>	<b>1891/1895</b>	<b>1896/1900</b>	<b>1901/1905</b>	<b>1906/1910</b>
<i>Tuberculose</i>	10.471	11.239	13.073	14.008	14.607
<i>Malária</i>	6.351	9.157	7.407	3.649	1.106
<i>Febre Amarela</i>	5.211	15.261	5.241	2.204	85
<i>Variola</i>	4.662	6.329	2.508	6.621	6.829
<i>Tifo</i>	567	531	548	528	260
<i>Beribéri</i>	1.022	919	1.152	489	179
<b>Total</b>	28.284	43.436	29.929	27.499	23.066
<b>% de mortes transmissíveis/gerais</b>	49,9%	47,4%	41,0%	39,0%	36,2%

Fonte: Damazio, 1996.

Ao se lançar um olhar em retrospectiva sobre o elenco de doenças transmissíveis, organizado por lustros, constata-se que após a reforma Pereira Passos somente a tuberculose e a varíola apresentaram índices elevados; a febre amarela foi praticamente extinta; a malária, o tifo e o beribéri tiveram sua incidência reduzida mais que a metade. Recorremos a essa fonte pela sua importância na demonstração dos aspectos positivos da reforma, porém não devemos deixar de considerar que “naquele chuvoso quinze de novembro, quando Rodrigues Alves e seus auxiliares diretos inauguravam oficialmente a Avenida Central, 1681 habitações haviam sido derrubadas, quase vinte mil pessoas foram obrigadas a procurar nova moradia em um curto espaço de quatro anos”, segundo Azevedo e Faulhaber (2015, p. 36).

Essa reforma visava não apenas a transformação do espaço físico em uma arquitetura considerada aprazível aos olhos da classe dominante mas também a prevenção de doenças mediante o controle de determinadas camadas da população, as quais foram forçosamente deslocadas, por serem consideradas inadequadas à circulação e à vivência naquela região; seja pela alegação de que seriam potencialmente difusores de doenças graves, seja para evitar que pessoas da alta sociedade carioca convivessem com outras estigmatizadas pela imputação de hábitos abomináveis e diferenças étnicas, econômicas e culturais. Quer dizer, a reforma que redefiniu a estrutura urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro e adjacências, além da transformação estética, teve como finalidade precípua a imposição de novos hábitos e costumes por intermédio de leis e decretos, os quais influenciaram decisivamente a vida dos habitantes, principalmente os de baixo poder aquisitivo e negros. Conforme assinala Barbosa (2011, p. 228), essa reforma no seu teor ficou conhecida como o “bota-abaixo do Prefeito. Essa identificação também ocorreu por causa das medidas impostas pela prefeitura”. Nessa operação, as pessoas removidas não tinham forças nem argumentos para justificar a sua permanência no lugar, no momento da remoção, bem como posteriormente, pois suas habitações já não existiam mais.

Em certo sentido, essa reforma é o reflexo da desigualdade social que evidencia, de forma contundente, uma estrutura social hierárquica. A esse respeito evocamos Tuan (2005, p. 251), quando nos ensina que existem “conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada paisagem do medo [causando] a queda da ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis; aversão e medo dos pobres”.

O plano diretor dessa grande mudança, segundo Lessa (2001), apresentado sob a alegação de uma transformação estética da cidade pela edificação de imponentes obras

arquitetônicas e implementação de saneamento básico caminhava passo a passo com estratégias de ocultamento e silenciamento de grupos sociais que deveriam ser mantidos à distância dos locais de convívio da classe detentora do poder aquisitivo. Ressalta-se mais uma vez que, a essa época, o Brasil ensejava incluir-se na rubrica de progresso, almejando equiparar-se a países da Europa e da América do Norte, o que exigia não só uma boa apresentação da arquitetura da cidade, bem como uma “purificação” de seus habitantes, mesmo que fosse às custas do movimento higienista, e até certo ponto, eugênico.

É interessante salientar que, ao invés de o Estado empreender políticas para solucionar a situação desses grupos sociais (ex-escravos sem condições de trabalho e sem lugares para morar, migrantes pobres recém-chegados para serem absorvidos pela construção civil) adotou estratégias punitivas que culminavam no impedimento da circulação dessas pessoas em determinados espaços, exceto durante o período em que eram utilizadas como força de produção, ou seja, deviam trabalhar e depois se confinarem nos morros ou em regiões bem distantes do centro da cidade, muitas das quais o transporte público tinha horário de término. Nesse sentido, podemos fazer uma analogia à situação retratada por Foucault (2010) acerca das medidas de criminalização da pobreza na França pelo aparato estatal que ao invés de lançar políticas públicas para distribuição de renda, condenou e puniu os miseráveis.

Há de se falar, enfim, na reforma urbana executada por Pereira Passos, baseada no modelo de revitalização ocorrido na cidade de Paris. Como esse plano serviu de inspiração para a revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, faz-se necessário apresentar algumas das características que refletiram diretamente no plano diretor esboçado na época. O Plano Haussmann, como era denominado, objetivava, segundo Benévolo (2009), implementar condições para uma maior fluidez no tráfego urbano. Sendo assim, o plano urbanístico deveria atender a princípios racionalistas enfatizando o aspecto técnico, deixando em segundo plano a dimensão histórica, visto ser fundamental a modernização para o fluxo de pessoas, bem como para o desenvolvimento de estratégias visando a melhoria da circulação.

Destaca-se, ainda, que essas transformações têm uma imensa repercussão positiva a partir de um olhar inocente que não se preocupa ou tem conhecimento sobre os impactos que essas modificações causam à vida de atores sociais, além de desconsiderarem que a configuração arquitetônica existente anteriormente, quando modificada, altera cenários de modo a produzir uma verdadeira transfiguração da cidade.

O projeto de revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro buscava torná-la mais aprazível do ponto de vista estético, a fim de agradar a burguesia e a cidade ser bem avaliada aos olhos de detentores do capital estrangeiro, bem como fazer do centro o seu espaço administrativo, capaz de abrigar importantes instituições como bancos e empresas, além de teatros, cinemas, restaurantes, passeios públicos, praças, museus e bibliotecas, criando assim novas áreas de lazer.

As modificações urbanas na região central da cidade consistiram na abertura de largas avenidas, acarretando na destruição maciça de cortiços, justificada em nome da erradicação de doenças, reorganização urbana e, principalmente, da remoção da população pobre e negra. É importante ressaltar que essa reforma urbana se fez necessária pois a industrialização do Brasil e do Rio de Janeiro já era tardia e precisava de condições favoráveis para acontecer (ABREU, 2008). Dessa forma, pode-se constatar que a iniciativa pública, por meio de um movimento de reorganização do espaço urbano, prevaleceu-se do real objetivo de adequar a cidade ao novo cenário iminente: o da industrialização da cidade ante a necessidade de estar nas mesmas condições das grandes metrópoles mundiais.

Na esteira das reformas urbanas motivadas por outros determinantes, como interesses econômicos principalmente, a cidade focaliza uma região para transformá-la arquitetonicamente e, indiretamente, em relação aos cenários dos coletivos fixos e nômades. Acrescente-se que, a essa época, havia um lamento das autoridades municipais em relação à perda de escritórios de grandes empresas que foram transferidos para a cidade de São Paulo ou para outras regiões do Rio de Janeiro. Nessa ótica, justificava-se a reforma como possibilidade de atração e retorno desse contingente responsável pela movimentação econômica, o que verdadeiramente aconteceu no bairro da Lapa, também pelo cenário que se afigurou em termos dos novos proprietários e locatários de imóveis e casas de lazer e entretenimento.

#### 1.1.2. Acerca dos percursos do processo de revitalização da Lapa

Em pleno período de austeridade e coerção social em decorrência do governo militar, especialmente no final da década de 1970, o centro da cidade e regiões circunvizinhas que se estendiam em direção à zona norte conheciam um processo gradativo de franca decadência, ocasionada pela crescente onda de violência e inúmeras casas de prostituição, saunas para executivos com serviços de massagens, roubos e

assaltos e o esvaziamento de prédios renomados pela criação de novos polos regionais mais atrativos. Nesse contexto, a Prefeitura da Cidade decretou a execução de um projeto de preservação visando à transformação estética e à implementação de medidas de segurança no combate à violência, que em uma aproximação superficial, parecia fora de controle. Apresentaremos a seguir, em um convite à reflexão, a seguinte imagem que, historicamente e até os dias atuais, é o cartão postal de divulgação da região:

Figura 6: Bairro da Lapa.



Fonte: Foi um Rio que passou, 2006.

A estrutura arquitetônica dos Arcos da Lapa, de inspiração na arquitetura romana, na sua criação denominado Aqueduto da Carioca, remete à função de abastecer os chafarizes da cidade do Rio de Janeiro com as águas do Rio da Carioca, que eram utilizadas pelos moradores. Após o advento de novas alternativas para o abastecimento, a edificação perdeu sua função antiga de abastecer a cidade e então se tornou um viaduto para a passagem dos bondinhos, recebendo assim uma nova função a ser desempenhada, além de ter se configurado como um cartão postal da Lapa, que nos dias atuais foi cuidadosamente restaurado para chamar a atenção dos transeuntes.

O plano de reforma denominado Projeto Corredor Cultural, segundo Macedo (2004), destinava-se sobretudo ao bairro da Lapa, incluindo o Largo da Carioca, o Largo de São Francisco e a região conhecida como Saara. Efetivamente, essas regiões foram modificadas em termos paisagísticos, porém o efeito principal foi a mudança de perfil dos frequentadores, moradores e consumidores da região. No intuito do entendimento acerca da dinâmica desse plano de revitalização, em termos históricos, devemos considerar a trajetória do bairro da Lapa vinculada à boemia, sendo conhecida como as sendas dos grandes malandros, aspecto esse que mudou de conotação pela modificação urbana, responsável pela transformação da região em polo de lazer e entretenimento destinado a consumidores de alto poder aquisitivo. Mudança semelhante aconteceu também no âmbito imobiliário, pois os novos condomínios tornaram-se inacessíveis economicamente

aos antigos habitantes da região que, forçosamente, procuraram outros espaços, condizentes com suas condições financeiras para sobreviver. O enobrecimento da região pode ser considerado, dentre as muitas circunstâncias, como aquele que repercutiu incisivamente na construção de uma história que “sufoca e mata as vivazes memórias particulares e locais” (ROSSI, 2010. p. 28), pois mesmo os vestígios deixados pelas antigas vidas que nesses espaços circulavam são cotidianamente esfumados por ações dos novos habitantes e aparelhos estatais. Contudo, queremos lembrar que a mesma potência com a qual se tenta apagar um resto presentifica-se na insistência em seu retorno.

A paisagem completamente remodelada apresenta-se, por um lado, como um cartão de visita na atração de novos moradores e frequentadores, e, por outro, é o espelho mais vívido da impotência de quem foi obrigado a abandonar a região, considerados seres perigosos e repugnantes. Cabe sinalizar que o plano diretor não previa a remoção de pessoas para a reforma. Contudo, forçosamente as pessoas foram impossibilitadas de conviver na região, tanto em decorrência da elevação das taxas de serviços, preços de alugueis, impostos, quanto devido aos altos preços pelo surgimento de casas sofisticadas de comércio e de entretenimento que surgiram.

Os novos ares do bairro da Lapa influenciaram diretamente o cotidiano da região, a exemplo dos donos de antiquários da Rua do Lavradio que, na década de 1990, sensíveis às novas mudanças e visando a obtenção de maiores lucros, tiveram a iniciativa de promover feiras mensais para o comércio de antiguidades, seguindo o modelo bem-sucedido de outras metrópoles para atrair pessoas com alto poder aquisitivo a circularem na região. Disso resultou a expansão dos antiquários e ainda a radical transformação de suas dependências: doravante passaram a ter nos seus interiores restaurantes, salões de festa e pequenos palcos para espetáculos, em um projeto claro de ampliação de funções, cujo espaço mais ilustrativo a esse respeito é o *Rio Scenarium*. A transformação desse espaço evidencia a rugosidade, conforme assinala Santos (2006), considerada pela transformação meteórica funcional de um mesmo espaço: o casarão de três andares anteriormente servia de moradia; foi transformado em antiquário e no alvorecer do século XX em restaurante, bar e casa noturna, conforme explicita Requião (2009).

Apesar das grandes mudanças e do processo de “higienização” do bairro, até o presente momento a violência e a miséria convivem lado a lado, sendo constantemente ignoradas pelo controle e repressão dos aparatos estatais, a exemplo da Lapa Presente, e também constantemente negadas pelos meios midiáticos os quais amenizam o teor das informações sobre essas ocorrências, a fim de não macular a ideia de progresso e nem



espraiar a má fama da região. Acredita-se que esse modo de proceder dos aparatos midiáticos seja motivado por dois fatores interligados: de um lado, há a precaução de que a divulgação dos fatos como acontecem pode causar um grave desequilíbrio econômico em termos de prejuízo para donos de bares, restaurantes e casas noturnas, uma vez que os frequentadores se afugentariam, e por outro, divulgar a existência de violência na região repercute negativamente na valorização imobiliária dos imóveis, indo de encontro aos interesses de especuladores.

Além disso, as imagens divulgadas apresentam uma Lapa cartão postal, com realce aos grandiosos arcos restaurados, para atrair turistas e moradores, conforme podemos apreender, em um olhar despretenso, pela retratação aprazível, em detalhes monumentais de um recorte que nos brinda com um conjunto arquitetônico bastante heterogêneo.

Cabe salientar que a visão dessa paisagem é de tal forma contundente a ponto de qualquer *flâneur* transitar incólume diante dela, a qual em seus contornos pode muito bem ser considerada um espaço híbrido constituído pelo transcorrer de diferentes épocas. Configura-se assim, uma conjugação de restos de um antigo cenário que insiste em se fazer presente, na corrente contrária do processo de modernização da arquitetura urbana, o qual visa produzir edificações grandiosas as quais, por um lado, têm a finalidade de soterrar, apagando os vestígios dos antigos sobrados e casarões, e por outro, demonstrar quão pequenos e efêmeros são os transeuntes que circulam nesse espaço.

Há de se falar ainda em dois aspectos: em princípio, a valorização imobiliária de uma região praticamente determina, em curto espaço de tempo, a exiguidade do espaço para novas construções, o que é decisivo para, em segundo lugar, a busca de outras alternativas como a verticalização dos grandes centros urbanos e dos bairros de alto poder aquisitivo. Essa invenção pode ser considerada indício da valorização, em termos do alto preço do metro quadrado da região e também pela circulação de um *status* diferenciado para quem habita às alturas.

Uma mutação dessa natureza apresenta a combinação quase imposta de cenários do passado com os do presente, que gradativamente encontra, pela convivência, certo grau de harmonia, além de traduzir-se em uma imagem que, paradoxalmente, revela a presença de uma temporalidade que dá outros contornos aos espaços (VIRILIO, 2002), estendendo seus efeitos, também, às pessoas, como podemos imaginar no impacto, admiração, perplexidade diante do seguinte cenário:

Figura 7: Arcos da Lapa.



Fonte: Flickr, 2015.

As transformações do espaço físico da cidade do Rio de Janeiro exigiram uma grande mobilização de pessoas, as quais foram obrigadas a abandonarem seus locais de moradia, convívio social e de lazer. De certa forma, essas ideias do início do século se perpetuaram e tomaram corpo, pelo menos parcialmente, no projeto de Revitalização da Lapa Carioca, na década de 1970, e na segunda década do século XXI, na Revitalização da Zona Portuária, projeto conhecido como Porto Maravilha (SARUE, 2014). Como se trata de uma política de Estado caracterizada pela continuidade, a diretriz norteadora dos referidos projetos perpassa os diferentes planos diretores, seja no tocante ao embelezamento e valorização imobiliária de determinadas áreas, seja na preparação para a realização de grandes eventos.

Diante da realização de eventos de grande porte, a cidade deve estar inserida em um processo de transformação contraditório: de um lado, há a valorização urbana enquanto, de outro, a remoção de pessoas. Cabe acrescentar que, no tocante ao processo de revitalização da Lapa, não havia expectativa de grandes eventos, sendo, por isso, a remoção de pessoas determinada pela gentrificação: construção de condomínios luxuosos, casas de entretenimento exclusivos destinados a um certo nicho de frequentadores, além da abertura de espaços gastronômicos cujos proprietários não pouparam esforços na formulação de cardápios sofisticados pela contratação de *gourmets* de fama internacional.

Essa fachada de sofisticação tem uma consequência: selecionar moradores e frequentadores da região, tornando impossível a convivência e circulação de pessoas que não disponham de poder aquisitivo condizente. Assim, lançam-se feixes de luz no esfumaçamento relacionado à decadência do bairro e aos seus nômades habitantes, considerados pelo poder público inoportunos e errantes. Sobre essa questão recorreremos a Furtado (2015, p. 344), para quem “o processo de gentrificação é um visível componente espacial da transformação social”. Ou seja, os projetos de revitalização são apresentados

com justificativas voltadas para a mudança dos aspectos arquitetônicos, porém seus resultados respingam em transformações sociais consideráveis as quais, em princípio, não são previstas, porém sem a advertência quanto os seus possíveis desdobramentos no escopo do plano diretor.

Acrescentamos ainda a esse fator o implemento da indústria turística massificada imposta às pessoas, a exemplo dos chamados programas de revitalização de regiões urbanas que são marcadas por episódios de violência por parte dos aparatos estatais a determinadas camadas da população. Considerando essa situação, levantamos o questionamento: como ocorreu o acondicionamento das famílias removidas que passaram a habitar em regiões distantes de seus postos de trabalhos? Nesse sentido, faremos uma remissão ao processo semelhante que ocorreu na reforma Pereira Passos, ou seja, houve por parte das autoridades estatais uma preocupação com as pessoas negras e pobres que escalaram os morros e migraram para as regiões longínquas dos bairros onde viviam as elites cariocas?

Os deslocamentos de pessoas impostos pelo Estado em detrimento do processo de revitalização nas áreas supracitadas produziram rupturas e estranhamento para as pessoas desalojadas de suas antigas habitações construírem novos hábitos a fim de se integrarem à nova situação, como por exemplo passar horas em transportes coletivos para irem e retornarem do trabalho. Nesse sentido, cabe salientar que o processo de acondicionamento das pessoas removidas não apresentou um programa de assistência e acompanhamento por parte dos órgãos públicos.

Finalmente, convém salientar que as obras de renovação da cidade têm um alto custo subjetivo, mas apenas para a parcela mais pobre da população, considerando que transtornos como engarrafamentos, fechamento de ruas e mudanças de sentido do trânsito, para a execução de obras, são pacientemente suportadas pelos mesmos.

A principal consequência negativa da revitalização é a remoção de pessoas que são reassentadas em regiões precárias do ponto de vista de saneamento básico, segurança, saúde, educação e transportes. Há ainda um outro fator a ser considerado: geralmente os assentamentos são construções com restrições do ponto de vista estrutural e as habitações são exíguas e dispostas sem espaçamentos mínimos necessários, de modo que as pessoas que habitam um grande conjunto habitacional têm sua privacidade delimitada em face do aglomerado dinâmico que com o passar do tempo se conforma. Esse efeito tem um reflexo direto na vida das pessoas, visto que conforme assinala Lorenz (1974, p. 27) “o ajuntamento humano nas cidades modernas é, em grande parte, responsável por não

sermos mais capazes de distinguir o rosto do próximo nessa fantasmagoria de imagens humanas que mudam, se superpõem e se apagam continuamente”. Essas mudanças efêmeras e incessantes, pelo seu dinamismo, produzem certo tipo de monotonia que leva as pessoas a fazerem a pior das escolhas no tocante à solidariedade: vive-se, mas sem qualquer envolvimento com o próximo, sendo que, segundo Farias (2009, p. 55) “nesse contexto, o homem vive momentos de indeterminação, entre a serventia de seus arquivos de memória e o material disponível para agir nesse novo cenário”.

Retomando o panorama da revitalização do bairro da Lapa, localizado na região central da cidade, constatamos a sua diversidade: zona residencial, pequenos comércios e casas noturnas. Ainda, nessa época, veiculava na mídia que a região estava em derrocada devido à violência, ao tráfico de drogas e à prostituição. Esse cenário não era então interessante para atração turística, nem aos objetivos econômicos aos quais a cidade projetara, bem como era imputado como responsável pelo afastamento paulatino das pessoas do comércio, restaurantes, casas noturnas, sendo também a grande motivação do desinteresse de grandes companhias em manterem seus escritórios em locais próximos à região. Essa foi a principal justificativa, entre outras, para o desmonte de pequenos comércios e demolição de sobrados, nos quais viviam pessoas, em grande quantidade, nas mais precárias condições, mas mesmo assim interagindo com a dinâmica local, sem causar maiores danos.

Analisando a dinâmica do processo de revitalização em suas filigranas, somos levados a concluir que, além das melhorias estéticas e valorização da região, estamos diante de um verdadeiro mecanismo de segregação de pessoas que, ao serem obrigadas a se ausentar, deixam vestígios e rastros indestrutíveis, apesar do empenho dos aparatos estatais em apagá-los. Quer dizer, a revitalização será sempre uma zona de tensão, em razão do incômodo, por um lado, dos novos habitantes e proprietários e, por outro, das perduráveis lembranças de pessoas que, como indícios de vida, jamais são silenciadas, sendo, portanto, o fio condutor no processo de construção de memória, pois como afirma Assmann (2011, p. 317) “grande é a força da memória que reside no interior dos locais”. Por esse motivo, podemos afirmar que, mesmo tendo havido a remoção de pessoas, a demolição de prédios, a abertura de ruas e avenidas, a instalação de casa noturnas, bem como empreendimentos comerciais, as lembranças das paisagens que mudaram tornam-se ativas, atravessando os novos ambientes transformados e os novos coletivos, apontando um além sufocado ou impedido de expressão, mas que deve ser considerado como um grito lancinante que ecoa à busca de um sentido ou mesmo de reconhecimento.

### 1.1.3. Caminhos e descaminhos entrelaçados no Projeto Porto Maravilha

Com a escolha do Brasil, no ano de 2007, para sediar a Copa do Mundo de 2014, iniciou-se uma disputa interna entre as capitais que aspiravam a ser sedes de jogos e eventos. A cidade de São Paulo foi escolhida para a cerimônia de abertura e a cidade do Rio de Janeiro para a cerimônia de encerramento, além da realização de jogos. Posteriormente, em 2009, a cidade do Rio de Janeiro ganha a concorrência para ser cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Por esse motivo acentuou-se ainda mais a visibilidade e protagonismo, do ponto de vista econômico e político, do que decorreu a facilitação de grandes investimentos para a realização de obras como revitalizações, construções de estádios, melhorias no transporte urbano, ampliação da rede hoteleira, melhoria na segurança, projetos de recuperação ambiental, além de gigantescas arenas para jogos, tendo sido utilizadas para a realização de eventos de outra natureza.

Uma dessas obras foi o Projeto Porto Maravilha concebido, segundo a Prefeitura, para qualificar o sistema de infraestrutura de saneamento, de iluminação pública, de telecomunicações, de mobilidade urbana, prover a região com equipamentos públicos e estimular a construção de imóveis comerciais e residenciais. Abarcando os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos da região central da cidade, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão, o Projeto denominado Consórcio Porto Novo, formado pelas empreiteiras Odebrecht, Carioca Engenharia e OAS ficou conhecido como a maior parceria público-privada da história do Brasil (FRANCISCO, 2016).

A extensão de intervenção desse projeto urbano cobre uma rede de regiões com características próprias; algumas delas já trazem o reflexo da modernização, como a Avenida Rio Branco, enquanto que em outras ainda respingavam vestígios do início do século, a exemplo da Rua Rodrigues Alves, reformulada quase na sua totalidade com a demolição do viaduto da Perimetral, a restauração dos armazéns da zona portuária, a criação da via binária e do túnel Marcelo Alencar, a retirada de um pequeno terminal rodoviário municipal, a transferência de setores da Polícia Federal e Polícia Civil em cujos espaços atualmente encontra-se o Museu de Arte do Rio (SILVA, 2016).

A conexão dessas regiões circunvizinhas, conforme depreende-se na figura 8, decorreu da iniciativa para a implantação de uma nova modalidade de transporte urbano, altamente moderno e ecologicamente correto, que é o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Na tentativa de equiparação aos moldes de algumas cidades europeias, esse meio de

transporte adotou a mesma política: a modalidade de pagamento sem catraca, em um firme propósito dos aparelhos estatais em demonstrar a credibilidade e confiabilidade de seus usuários, situação atualmente em vigor passados dois anos.

Figura 8: Interior do Veículo Leve sobre Trilhos.



Fonte: Veiga, 2016.

É importante salientar que o perímetro do projeto para a revitalização apresenta tentáculos que se estendem desde áreas nobres e sofisticadas como o Aeroporto Santos Dumont, até áreas pouco recomendadas para circulação e visitação pela violência como Central do Brasil, os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, a Praça Mauá, e a Avenida Francisco Bicalho onde se situa a Rodoviária Novo Rio, lugar de trânsito de pessoas de um segmento social menos abastado.

Efetivamente, o ponta pé inicial do projeto foi dado em 23 de novembro de 2009, quando a Lei Municipal 101 modificou o Plano Diretor e autorizou o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada na Região do Porto do Rio. É interessante aqui atentarmos à questão das datas. A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como cidade-sede, conforme explicitado anteriormente, em 2 de outubro de 2009, em Copenhague (Dinamarca), quando desbancou a cidade de Madri em uma disputa acirrada, fato esse que foi comemorado com explosão de alegria por um enorme grupo que, na praia de Copacabana, assistiam: na época o Presidente Lula, o ex-jogador da seleção brasileira de futebol Pelé, o governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e o até então prefeito da cidade Eduardo Paes, que tiveram suas emoções expressas em olhos lacrimejantes, agarrados a uma bandeira do Brasil, momento esse transmitido nos telões instalados na praia e propagado pelo mundo inteiro.

É possível visualizar, no caso do Porto Maravilha, um processo de revitalização baseado nas experiências europeias como a de Barcelona, na Espanha, que em sua preparação para os Jogos Olímpicos de 1992, assim como a cidade do Rio de Janeiro, procedeu a uma série de modificações urbanas, principalmente no antigo porto da cidade, o *Port Vell*, que se torna uma grande área revitalizada destinada a eventos culturais e atividades turísticas, onde foram construídos museus como o Museu de História da Catalunha e Aquário de Barcelona. O porto, por causa da realização dos jogos, passou a ser conhecido como *Port Olímpic*. Qualquer semelhança com o MAR, Museu de Arte do Rio, e AquaRio, Aquário Marinho do Rio de Janeiro, não é mera coincidência. Na cidade do Rio de Janeiro, o termo “olímpico” permaneceu apenas na adjetivação do *Boulevard* (LIMA, 2013).

Portanto, pode-se falar na importação de um modelo de revitalização, que na esteira de eventos tais quais a Copa do Mundo ou Olimpíadas traz consigo modificações em determinados espaços visando eternizar feitos que, em um olhar criterioso, pouco se distanciam de “pseudolegados” devido ao fato de não levar em conta diferenças entre os Estados e cidades sedes, sem se preocupar prioritariamente com as marcas subjetivas de cada cultura, dos atores sociais locais ou mesmo o deslocamento de capital governamental de outros setores para dar cabo a empreitadas de tal envergadura.

Vários são os fatores que transformaram a zona portuária do Rio de Janeiro, desde o início de sua ocupação, degradada e destinada a atividades consideradas desprezíveis pela elite, como por exemplo, o tráfico de escravos. Do ponto de vista histórico, a própria região da zona portuária conhecia práticas segregativas, pois o cais da Praça XV era destinado somente para turistas e famílias brasileiras de alto poder aquisitivo, sendo que havia um lugar específico para a recepção de pessoas negras, longe dos olhos da elite carioca, sem ter contornos de sofisticação conforme podemos evidenciar a seguir: uma grande edificação e a visão do mar que, à primeira vista, suscitam a imagem de um ambiente isolado e de grande desolação.

Eis a impressão que temos desse vestígio imagético de memória conhecido como Cais do Valongo, para o qual houve a transferência do mercado de escravos da Rua 1º de Março, transformando o local em um polo central desse tipo de comércio. Segundo Paradedá (2015, p. 119), “a área abrigava o “cemitério dos pretos novos”, onde eram sepultados os escravos recém-chegados ao país, que não resistiam aos maus-tratos decorrentes da longa viagem”. Esse cenário de horror e mortífero precisava ser afastado para uma região distante que não era objeto de cobiça e interesse pelos setores

econômicos, nem pretendida como lugar de moradia, além de ser omitida pelo abandono das políticas do Estado.

Figura 9: Cais do Valongo no passado.



Fonte: Baratto, 2014.

À exceção dos grandes compradores de escravos, essa região não devia ser um espaço de circulação de pessoas de classe social abastada com o intuito de lazer, nem mesmo de apreciação estética de suas paisagens, mesmo que fúnebres, pelos turistas. Sem sombra de dúvida, a região não figurava entre os cartões postais que apresentavam, ao mundo, a paisagem do Rio de Janeiro, a qual deveria ser mostrada como a realização mais próxima dos modelos de metrópoles europeias.

Situamos ainda, a esse respeito, segundo Betim (2017), em reportagem no Jornal *El País*, o Cais do Valongo que, em uma certa causalidade, foi desenterrado no momento de execução das obras do Projeto Porto Maravilha, sendo, por isso mesmo, atualmente considerado um lugar de memória, pelos seus marcantes vestígios que nos reportam à crimes atrozes praticados contra seres humanos. O cais, nesse sentido, faz remissão a um conjunto de lembranças, segundo Nora (1993), as quais são o retrato vívido da escravidão e um passado de crimes, cujos rastros se perpetuam em memórias dolorosas até os dias atuais. Temos assim um indício que, com grande potência, tem um reflexo direto em atitudes de discriminações raciais hodiernas.

Disso tiramos magistral lição: quanto mais se tenta apagar e destruir os vestígios do passado, mais os mesmos insistem em aparecer, com maior contundência e apelo contra o esquecimento (RICOEUEER, 2007). Na tentativa de desvendar essa questão, lançamos mão da ideia de que o passado jamais desaparece, apenas desliza, às nossas costas. Tentar apagá-lo, escondê-lo, ocultá-lo ou despistá-lo, confundindo seus vestígios, corresponde ao afastamento e destruição da verdade, pois segundo Orwell (2009, p. 211):

O passado jamais foi alterado em nenhuma instância específica. Isso porque nas ocasiões em que é recriado na forma exigida pelas circunstâncias, a nova versão passa a ser o passado, e nenhum outro passado pode ter existido algum



dia. Esse sistema funciona inclusive quando — como acontece muitas vezes — o mesmo fato precisa ser profundamente alterado diversas vezes no mesmo ano. Em todas as ocasiões, o Partido detém a verdade absoluta, e fica evidente que o absoluto jamais poderia ter sido diferente do que aquilo que passou a ser. Veremos que o controle do passado depende acima de tudo do treinamento da memória.

Retomando o tema do Cais do Valongo, há um fato que merece ser discutido: essa região temida por macular o passado da história foi propositadamente soterrada, durante a revitalização Pereira Passos, para não mais figurar em seus aspectos cenários que pudessem evocar a escravidão, em uma espécie de assepsia e higienização, visando banir definitivamente qualquer vestígio daquele lugar. Curiosamente, esse esforço foi pouco consistente, pois a zona soterrada insistiu em ser restituída ao seu local de origem, emergindo, quase que por acaso, em um outro processo de revitalização, mais de cem anos depois. Diante do inusitado, os agentes estatais tiraram proveito da situação para consolidar mais um monumento comemorativo, mas com outros atores que não esfumaçassem o brilho da cidade e nem incomodassem pessoas da elite carioca e visitantes do Brasil, já que os cartões postais retratam mais a beleza do lugar do que os corredores de sofrimento e morte.

Atualmente o local faz parte das rotas turísticas, sendo recomendada a sua visita para que as pessoas possam refletir, a partir do eclipsamento estético, sobre as vidas dizimadas que ecoam, como vozes estridentes, à procura de uma explicação sobre a situação em que se encontravam, como bem retratou Castro Alves, em *O navio negreiro*, cujos versos falam por si só, dos quais transcrevemos somente duas estrofes:

Era um sonho dantesco... o tombadilho  
 Que das luzernas avermelha o brilho.  
 Em sangue a se banhar.  
 Tinir de ferros... estalar de açoite...  
 Legiões de homens negros como a noite,  
 Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas  
 Magras crianças, cujas bocas pretas  
 Rega o sangue das mães:  
 Outras moças, mas nuas e espantadas,  
 No turbilhão de espectros arrastadas,  
 Em ânsia e mágoa vãs!

Após essa breve incursão, salientamos que desde seu advento a zona portuária abrigava parte da população menos abastada já que naquela época existia pouco ou

nenhum poder de mobilidade, quer dizer, por não possuírem recursos, bem como pelo fato de que o transporte público era acessível somente a uma certa camada social, era imperioso residir em lugares próximos aos postos de trabalho. Certamente, as pessoas abastadas poderiam deslocar-se de charretes, bondes e cavalos. Por isso, a população que vivia praticamente na miséria necessitava ficar próxima ao centro da cidade, local onde a economia da cidade pulsava, ou seja, essa população poderia exercer seus ofícios e dessa maneira conseguir, com grandes dificuldades, condições mínimas de sustento.

No intuito de elencar os antecedentes que contribuíram para a última revitalização da região central da cidade, faremos ainda um reposicionamento, para traçar algumas peculiaridades da reforma Pereira Passos, em razão da possibilidade de continuidade entre ambas. No início do século XX, houve uma grande reforma urbanística na cidade com a finalidade de modernizá-la, seguindo as formas arquitetônicas e hábitos das cidades europeias (ABREU, 1988). Dessa maneira, o centro da cidade transformou-se em um imenso canteiro de obras: algumas ruas deixaram de existir, outras foram ampliadas; avenidas foram abertas; realizou-se mudanças nas estruturas de saneamento básico, além da construção de praças e jardins. Essas obras contribuíram para, conforme já nos referimos, a desapropriação de habitações coletivas, forçando seus proprietários ou locatários a migrarem, parte para a periferia da cidade, e parte para terrenos pouco atrativos devido a sua localização nas encostas dos morros, dando início ao processo de favelização.

Algum tempo depois, ainda nos respingos de um regime ditatorial, conhecida como Era Vargas, na década de 1950, devido à evolução tecnológica nos transportes, armazenamento e carregamento dos produtos, o porto passou a operar com contêineres e guindastes, sendo necessário que as operações portuárias fossem realizadas em outro local: uma nova área localizada na ponta do Caju. Devido a essas mudanças nas operações, os armazéns e galpões da zona portuária foram então esvaziados e abandonados, incluindo a ferrovia do porto, ou seja, esse processo resultou na intensificação do estigma da zona portuária como espaço de degradação e abandono por parte do Estado, contribuindo para ocupações por atores sociais nômades que, diante das dificuldades enfrentadas na vida pelo desemprego e precárias habitações, recorriam a meios ilícitos de sobrevivência. Esse processo foi provavelmente responsável pelo grande esfumaçamento da região em função da crescente onda de violência que perdurou praticamente até a primeira década do século XX (GIANNELLA, 2013).

Mais tarde, na década de 1960, é então construído o Elevado da Perimetral, que vem a ser uma ligação entre as zonas norte sul da cidade, construído a fim de desafogar o cada vez mais intenso trânsito de veículos no centro. Assim, outra vez o espaço da zona portuária é ainda mais degradado pela nova paisagem do elevado que, além de encobrir permanentemente o céu, acabou por gerar uma enorme poluição sonora, devido aos ruídos do grande fluxo de veículos que agora por ali passariam, ou seja, além de um espaço abandonado e degradado, torna-se também um espaço de passagem, isolado por vias expressas e estruturas portuárias abandonadas. Cabe ainda acrescentar que pela sua extensa estrutura essa obra urbana passou a ter outras funções: lugar de pequenos comércios ambulantes, abrigo para pessoas adultas em situação de abandono social e também espaços, devido a precária luminosidade, convidativos para a prática de roubos e assaltos, especialmente no entroncamento da circulação de pessoas entre a cidade e os municípios de Niterói e São Gonçalo (GIANNELLA, 2013).

Depois da construção desse grande viaduto, a zona portuária praticamente permaneceu sem grandes alterações, mas desprezada pelo poder público, vindo a se firmar nos anos de 1970 como o grande palco de casas de prostituição e habitações insalubres. Essa situação manteve-se e foi decisiva para justificar o lançamento do Projeto de revitalização do Porto Maravilha, objeto recortado para nossa reflexão.

Antes mesmo de adentrar no perímetro idealizado para a execução do Projeto Porto Maravilha, alguns esclarecimentos são necessários. Em princípio, as cidades como organismos pulsantes desenvolvem-se de forma irregular, ou seja, umas regiões progridem cultural e economicamente enquanto que outras conhecem a estagnação ou entram em profundos processos de degradação.

É sabido que as modificações urbanísticas alteram o espaço, entendido conforme Santos (1985), como *locus* da reprodução das relações sociais de produção. Com respeito aos empreendimentos revitalizadores, se faz necessário livrar-se das formas que não mais atendam aos padrões de *design* modernos para dar uma espécie de nova vida ao local, muito embora a utilização do termo revitalização remeta ao fato de que esse fosse um espaço anteriormente tido como “morto”, o que deprecia sobremaneira as relações sociais, as formas e as memórias dos atores sociais que ali não somente viviam, como também sobre-viviam.

Dessa modo, é pertinente situar a reconstrução da cidade de Berlim, que como afirma Huyssen (2000), a principal preocupação dos empreendimentos e a reconstrução dos lugares mais importantes do centro da cidade parecem estar mais focados na sua

imagem do que com seu uso efetivo, servindo mais como atração para turistas e visitantes do que com a construção de um espaço heterogêneo para os próprios moradores da cidade viverem, mais relacionado com o apagamento das memórias do que com a sua preservação. A grandiosidade dos monumentos dessa cidade, entretanto, tem uma finalidade latente de demonstrar para o mundo a força e a potência dessa pólis, que praticamente, em uma alusão ao mito da Fênix, ressurgiu do rescaldo produzido pela barbárie da Segunda Guerra Mundial, como bem acentua Morin (2009, p. 15), foi “uma barbárie que toma forma e se desencadeia com a civilização”.

Considerando os *topus* urbanos, o trabalho de memória deve acontecer sem impedir que sejamos visitados pelos fantasmas das barbáries que assolaram a humanidade: sujeição, segregação, tráfico de pessoas, colonização, racismo e todas as expressões de totalitarismo. Esses fantasmas que nos revisitam frequentemente fazem parte da nossa história e seria inútil querer negá-los ou deles fugir, se quisermos construir um instrumental para superar os novos riscos impostos pela desenfreada civilização que, em seu aspecto técnico-econômico, assume proporções dificilmente controláveis, porém naturalizadas em nome do progresso e bem-estar, mesmo que seja por um pequeno período, pois dificilmente podemos fomentar qualquer expectativa quanto ao futuro.

Com esse retrato nuançado de melancolia, apresentamos o novo cenário da zona portuária revitalizada que, entre os inúmeros aspectos positivos, escondem dramas humanos consideráveis, especialmente relativos ao período de execução. O novo cenário, com endereço certo, tem também destino certo para determinados atores sociais, seja pela sofisticação ou mesmo pela segregação no tocante aos espaços produzidos acessíveis praticamente a pessoas que dispõem de um certo percurso sociocultural. Seria muito indagar se os operários da construção civil, que construíram o Museu do Amanhã, têm motivações para frequentá-lo? E ainda, a imponência dos monumentos aliada ao seu caráter estético e artístico não seria sugestiva para atrair pessoas de uma dada camada social? A imagem seguinte fala por si mesma:

Figura 10: Museu do Amanhã.



Fonte: Canônico, 2017.

É claro que não estamos advogando contra a beleza do cenário que foi produzido com a revitalização. Seria ingênuo não considerar o novo *status* criado pelos espaços de convivência que foram produzidos, a abertura de corredores culturais, o surgimento de belos e imponentes edifícios, a circulação do Veículo Leve sobre Trilhos, considerando a praticidade sendo, ao mesmo tempo, uma solução para deslocamento na região. Contudo, não podemos jamais esquecer que esse conjunto de obras, marcadas pela beleza e funcionalidade, encobrem as inúmeras vidas que foram violentamente impedidas de circular nesse espaço. Seja pelo fato de que os locais onde viviam não existem mais, seja em consequência da gentrificação, fator que impediu pessoas de manterem seus hábitos mínimos de sobrevivência nos novos pontos de comércio.

Queremos, por fim, chamar a atenção para um aspecto que merece a nossa consideração: certamente as autoridades estatais contam com a anuência de parte da população, principalmente investidores e pessoas da classe média alta e também com a cumplicidade na execução de práticas violentas dirigidas a determinados personagens que povoam, de forma movediça, os espaços urbanos. Sendo assim, constrói-se a imagem de uma história que, no entender de Rossi (2010, p. 28), “sufoca e mata as vivazes memórias particulares e locais. Essa imagem irá exercer uma sedução enorme, vai combinar-se de forma variada a um difuso e persistente clima de polêmica anticientífica e disso irá alimentar-se”. Por esse motivo, a construção de uma história é paradoxal, no sentido de presentificar alguns fatos do passado, deixando de fora outros. Porém, no tocante à memória, mesmo fragmentária, há a aposta em uma reconfiguração do passado em razão das exigências do presente. Quer dizer, o que idealizamos para o futuro jamais pode dispensar a recorrência a um passado ao qual deve ser conferido um sentido.

#### 1.1.4. A repetição da Reforma Pereira Passos no Projeto Porto Maravilha

Ambos os projetos de revitalização devem ser considerados, pelo menos, de duas maneiras: por um lado, há um aspecto positivo que consiste na transformação estética da região, na erradicação de doenças transmissíveis, no combate aos “inimigos sociais”<sup>3</sup> na implantação de novos serviços e na construção de grandes imóveis para fins administrativos e residenciais. Por outro, a remoção forçada das pessoas em decorrência da impossibilidade de se manterem no local, seja pela ação direta de órgãos governamentais, ou indiretamente pela gentrificação, o principal aspecto negativo que expressa uma modalidade de violência escamoteada. Contudo, seja por uma vertente ou por outra, os novos cenários sinalizam imperiosamente a presença de restos, seja das vidas que foram deslocadas, seja das edificações destruídas, considerando também os inúmeros acontecimentos que tiveram, como palco, os locais transformados pela revitalização.

É na esteira desses vestígios que enveredamos, conforme assinala Debary (2017), para a construção da memória que insiste em fazer-se presente nesse local; seja pelo olhar que lancemos aos novos edifícios, fazendo-nos lembrar que antes ali interações entre atores sociais (humanos e não humanos) se sucediam; seja pelos restos que ecoam em vozes que retratam insatisfação e estranhamento em função da imposição de um novo *modus vivendi*. Convém salientar que as operações de remoção e deslocamento são, até certo ponto, frágeis no sentido de controlar a situação, visto que as pessoas removidas de uma certa região urbana e confinadas a outras acabam por se organizar, adquirir novos hábitos e produzir meios de perpetuar, tornando-se cada vez mais grupos sociais fora do controle repressivo da sociedade, uma vez que são entregues ao próprio destino.

Todavia, a história da cidade do Rio de Janeiro tem um capítulo sobre uma solução bem-sucedida para afastamento definitivo de pessoas socialmente indesejáveis, como na Operação Mata-Mendigos, realizada no início da década de 1960 pelo governo de Carlos Lacerda. Como depreendemos da própria denominação, as pessoas que eram consideradas incômodas às classes sociais da elite carioca foram deslocadas e prontamente eliminadas, em uma espécie de carnificina única em nossa história, por um

---

<sup>3</sup> As pessoas consideradas perigosas ao Estado e à sociedade eram, no início do século, aquelas que viviam em insalubres habitações, tendo sido responsabilizadas como agentes transmissores das grandes epidemias. No final do século, o inimigo social foi configurado como pessoa violenta, ou seja, contágio e violência foram fortes motivadores para justificar a transformação dessas regiões. Cabe lembrar que a revitalização do bairro da Lapa foi também justificada como um processo de combate à violência, entre os outros objetivos.

processo de violência em ações simultâneas, pois, conforme afirma Bursztyrn (2000b, p. 39):

[...] o processo de ocultação simultânea da violência social e das populações que delas são vítimas, se instala em três etapas que se sucedem. A primeira é a da elaboração de um discurso ideológico de desqualificação, no qual é construída uma imagem demonizada do outro associada a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade, servindo de legitimação a uma ruptura do contrato social. A segunda, é a desvinculação, que expressa a rejeição, pela sociedade, dos indivíduos desqualificados ou afastados dos processos produtivos reconhecidos. A desvinculação se reflete em baixa autoestima e tende a implicar o isolamento social e psíquico. A terceira, que radicaliza as precedentes, é a eliminação e pode se dar tanto pelo extermínio, tanto pela esterilização, pelo genocídio cultural, ou mesmo pela deportação.

Sob essa perspectiva, quando o Estado não planeja uma vida minimamente adequada no reassentamento de pessoas removidas, acaba por fomentar verdadeiros focos de violência, como aconteceu nas favelas cariocas, nos subúrbios parisienses e de um modo geral, nas periferias das grandes metrópoles. Essa massa de pessoas que sobrevive à sombra e esquecimento dos poderes estatais se fortalece em ações de resistência e violência dirigidas aos seguimentos das classes abastadas que estão sob a proteção do Estado.

As pessoas excluídas de grande parte de seus direitos persistem em condições mínimas de sobrevivência, quando são atores sociais, com certa capacidade de reação, como os integrantes do Movimento dos Sem Terra e do Movimento dos Sem Tetos, os quais mesmo diante da exclusão social, conseguem minimamente um poder de reação, por isso resistem para sobreviver, ficando alheios, muitas vezes, ao usufruto das produções culturais e de proteção dos aparatos estatais em termos de segurança, habitação e educação. Na falta do cumprimento desses direitos determinados atores excluídos em pouco tempo sucumbem sem deixar praticamente nenhum rastro ou vestígio.

Com isso, queremos sinalizar que, da mesma forma que as plantas do projeto diretor apontam uma direção, os relatos de grupos sociais inseridos na rubrica da gentrificação são igualmente importantes, pois, segundo Gohn (2011, p. 335) são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas”. Contudo, vale lembrar que, salvo raras exceções, como aconteceu na redescoberta acidental do Cais do Valongo, as regiões revitalizadas nem sempre incluem em seus planos menções às vozes das pessoas que atualmente figuram como espectros silenciados, visto que os aparatos do poder público, quase sempre, agem para impedi-las de expressão quando essas ainda sobrevivem.

Por fim, vale destacar que o processo de revitalização, focalizado nessa reflexão, data de mais de um século, tendo suas raízes no panorama que se afigurou para a cidade do Rio de Janeiro assimilar feições de metrópoles europeias. Esse intento mudou radicalmente a vida das pessoas que viviam nesse lugar de estratificação social, o qual foi definitivamente remodelado, sob a égide civilizatória no início do século XX, no ocaso do Período Imperial e implantação do primeiro sistema republicano de governo no Brasil.

Atualmente, as regiões revitalizadas da cidade, como o bairro da Lapa, que passou por uma revitalização e a região central por duas converteram-se em grandes polos de lazer, convivência, grandes escritórios e espaços habitacionais sofisticados, destinados especificamente a uma camada social que dispõe de condições socioeconômicas para frequentá-los, serem proprietários e locatários, em cenários estéticos dignos de um cartão postal, o que efetivamente já circula nos panfletos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Turismo.

É interessante notar que houve um acréscimo na utilização de símbolos icônicos, na difusão da beleza da cidade em guias turísticos, anteriormente restritos a imagens da praia de Copacabana, do Morro da Urca, do Cristo Redentor, da Lagoa Rodrigo de Freitas, do estádio do Maracanã, da Passarela do Samba. Sendo assim, passaram a figurar referências imagéticas a locais revitalizados do Centro da cidade e entornos, como os Arcos da Lapa, o bondinho de Santa Tereza, o Restaurante *Rio Scenarium*, visões panorâmicas de grandes torres comerciais, o Centro Cultural do Banco do Brasil e praticamente todas as inovações que decorreram da realização do Projeto Porto Maravilha, como o Museu do Amanhã, o *Boulevard Olímpico*, a nova “antiga” avenida Rio Branco e os suntuosos trajetos com o Veículo Leve sobre Trilhos.

Figura 11: Arcos da Lapa.



Fonte: Caldas, 2015.

A metropolização e a expansão do Rio de Janeiro, durante o século XX, causou uma transformação da função do centro da cidade, caracterizada, sobretudo, pelo seu



esvaziamento. Algumas funções centrais passaram a ser desempenhadas nos bairros localizados nas zonas sul, norte e oeste da cidade. A cidade deixou de ter como único e principal polo o centro, à medida que se constituíram centros regionais nos bairros, principalmente na Zona Oeste, dado ao surgimento e rápido crescimento do bairro da Barra da Tijuca (ABREU, 2003). A consequência mais imediata dessa transformação consistiu na alteração significativa do cenário de centro da cidade, que conheceu um profundo esvaziamento de pessoas de negócios e investidores, passando a ser ocupada pelos transeuntes nômades, à deriva, sem domicílios fixos.

A alegação do Estado de que esse novo contingente de pessoas foi responsável por vários problemas à região, como tráfico de drogas e violência, encobre uma nuance de violência do próprio Estado, quando se omite em realizar programas de assistência para camadas em vulnerabilidade social da população, sendo somente um agente que mostra, de forma disfarçada, conforme assinala Pinheiro (2007), a face mais oculta e dissimulada do terror. Por fim, seria pertinente assinalar que o deslizamento de funções do Estado da aplicação de políticas assistenciais para a imposição implícita de violência, acontece também em outros domínios.

Eis uma nuance de violência que sequer é aventada. Isto nos faz pensar que o processo de remoção teve efeitos devastadores em nome do progresso, visto que a consequência mais imediata consistiu na modificação radical da vida dessas pessoas, que tiveram que construir novos hábitos para se adaptarem às exigências em face do novo padrão de vida. Essas pessoas tiveram que reorganizar o seu cotidiano, reajustando seus ritmos em função de deslocamento para o trabalho e, possivelmente, lazer. Além de serem obrigadas a se adequar as restrições relativas às novas condições de sobrevivência.

É interessante observar que os grupos de pessoas removidas e reassentadas se comportaram de forma heterogênea: uma parte aceita passivamente, sem maiores questionamentos, receber indenizações e, em certo grau de conformismo, reconstroem precariamente suas vidas em espaços distantes, mas sem deixarem de expressar sensações de impotência, devido ao fato de desconhecerem a verdadeira intenção de determinados setores. Outra parcela, não afeita à negociação com o Estado, insistiu, sem sucesso, em permanecer no lugar, marcando, assim, uma forma de resistência, o que entendemos, conforme assinala Gondar (2003), como uma produção de memória na formação de uma dobra.

Sabe-se que esses grupos não obtiveram êxito, pois na condição de populações vulneráveis foram prejudicados, conforme afirmam Rogers e Ballantyne (2008, p. 32),

“quando são negados, injustamente, direitos sociais e políticos. (...) A discriminação institucionalizada pode empurrar os grupos afetados para uma posição subalterna dentro da hierarquia social”. Contudo, mesmo diante de um Leviatã poderoso, esses grupos se mantiveram ativos na reivindicação de seus direitos clamando para que suas vozes fossem ouvidas. Com respeito às tentativas do Estado em abafar e silenciar essas pessoas, é interessante recorrer ao pensamento de Latour (2012, p. 97), ao afirmar que:

Uma ação é assumida por outras, mais marcada pela constatação ética, política e empírica de que existem hierarquias, assimetrias e desigualdades; de que o mundo social é uma paisagem tão variada quanto um terreno irregular e montanhoso; de que nenhum grau de entusiasmo, livre-arbítrio ou engenhosidade pode eliminar tais assimetrias; de que todas elas pesam tanto quanto pirâmides, embaraçando a ação individual e explicando porque a sociedade deve ser considerada uma entidade *sui generis*; de que, o pensador obstinado em negar essas desigualdades e diferenças é crédulo ou reacionário.

Sem a menor sombra de dúvida, qualquer empreitada que não considere a assimetria social tem a conotação de ridicularidade, comparável ao treinamento de um atleta fundista, amarrando-lhe as pernas. De resto, é conveniente salientar que a presença e vozes dessas pessoas, da mesma maneira que seus rastros, são indícios de um mal-estar próprio do tempo em que vivemos, por sermos responsáveis pela construção dos conglomerados urbanos, sem a advertência quanto as condições mínimas necessárias à sobrevivência e à qualidade de vida.

Em relação ao referido mal-estar, sigamos o encaminhamento proposto por Finnazi-Agro (2012, p. 20), que nos recomenda “ter a coragem de desfazer os velhos nós, atados ao longo do século passado”. Essa advertência nos faz indagar de que maneira devemos considerar a ação dessas pessoas tratadas historicamente como marginais invisíveis em outra interpretação que não seja apenas a de pessoas violentas, perturbadoras e desnecessárias. Eis uma via de abertura para considerarmos restos, resíduos e vestígios na construção de uma memória que produza sentido para o processo, bem como para o modo de vida das pessoas que se acomodam, daquelas que resistem e daquelas que, infelizmente, não fazem mais parte da lista dos atores sociais que se encarregam da construção de uma história.

## 2. Uma viagem cartográfica nos escombros do Projeto Porto Maravilha

No tocante à metodologia, gostaríamos de começar por uma advertência: ensinamos Pollak (1990, p. 16) que “toda pesquisa é uma aventura”. E é com espírito de aventureiro que nos balizamos por determinantes do método para chegar a algum lugar, depois de ter iniciado o rastreamento teórico.

Sob esse prisma, sinalizamos que nos distanciamos radicalmente da lógica binária que dispõe, de um lado, o pesquisador e, do outro, o objeto pesquisado, pois entendemos, conforme assinala Latour (2012), que qualquer análise do fenômeno da revitalização de uma região somente deve ser pensada em termos de uma interferência simultânea da diversidade e dos atores que se encarregam da escrita de mais um capítulo da experiência humana. Queremos dizer com isso que, aquilo que sistematicamente é produzido durante o processo investigativo representa o reflexo de interpretações e afetações múltiplas dos atores implicados (pesquisador, objeto pesquisado, situação de pesquisa, consequências). Para tanto, em lugar de hipóteses preestabelecidas, somos guiados por pistas múltiplas que são abertas no momento em que chegamos ao campo, pois fazem parte de um processo que envolve particularidades no sentido das possibilidades de desenhos cartográficos: o plano macropolítico que se desdobra na captura dos territórios, de um modo geral, e o micropolítico, que resulta de movimentos, ritmos, linhas de fuga criadas como modalidades de resistência no campo em questão, conforme sinalizaram Deleuze e Guatarri (2012).

A proposta metodológica em tela consiste no enfrentamento da situação para a realização de operações visando a desmontagem dos dispositivos pela análise de seus componentes e indícios (visíveis e invisíveis), considerando as trajetórias produtoras de linhas de fuga, rupturas e resistências. Quer dizer, como afirma Foucault (2000), “o dito e o não dito são os elementos dos dispositivos. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos”. Podemos depreender, desse modo, que a aplicação de estratégias pautadas na cartografia consiste em: entender que teoria e prática, reflexão e ação são processos inseparáveis, de modo que as observações, análises e interpretações são, enfim, um compromisso ético que carrega uma posição do ser humano acerca de si mesmo e do mundo.

A cartografia deve ser concebida em função da inquietação dos seres pensantes em conhecer o espaço que habitam. Etimologicamente, cartografia, diretamente vinculada aos conceitos de mapa e carta, quer dizer, segundo Oliveira (1993, p. 31):

A palavra mapa significava toalha de mesa. Os navegadores e os negociantes, ao discutir sobre rotas, caminhos, localidades, etc., em locais públicos, rabiscavam diretamente nas toalhas (mappas), surgindo, daí, o documento gráfico, donde a antiguidade, tão útil a todos. A palavra carta, igualmente, parece ser de origem egípcia, e significa papel, que vem diretamente de papiro. Num caso ou outro, é o material através do qual a comunicação se manifesta.

O sentido mais direto da palavra cartografia alude à descrição por cartas, da qual decorre o traçado de mapas que devem seguir como pistas e aberturas para o encaminhamento de uma dada situação. Por isso, o pesquisador que utiliza a cartografia deve considerar dois aspectos: a flexibilidade do mapa e sua provisoriade, razão pela qual sua postura é a de quem lança um olhar desinteressado, sem se fixar a nenhum ponto específico. Isso quer dizer que o caminho do pesquisar deve ter primazia com relação aos objetivos e metas do estudo, pois, como afirmam Souza e Francisco (2016, p. 819), a cartografia “visa acompanhar processos, mais do que representar estado de coisas; intervir na realidade, mais do que interpretá-la; montar dispositivos, mais do que atribuir a eles qualquer natureza; dissolver o ponto de vista dos observadores, mais do que centralizar o conhecimento”.

No intuito de melhor abordar a questão a que nos propomos refletir, consideraremos a seguinte estrutura que, com sessões concatenadas, nos leva a traçar entradas de múltiplas experimentações para enfim apresentar a realidade cartográfica como um mapa dinâmico, móvel e vivo. De maneira geral as cartografias são cenários móveis, dinâmicos e provisórios que funcionam até o momento em que novas cartografias, quer dizer, novas paisagens advenham.

O desenho metodológico construído para realizar o percurso pretendido além-se, principalmente, a uma particularidade acerca do método e das ferramentas utilizadas, visto que esses dispositivos são inventados no processo de interação com os diferentes atores sociais: pesquisador, material imagético, textual, mapas, arquivos, resoluções do plano diretor do Projeto Porto Maravilha, entre outros vestígios de memória disponíveis. Essa condição justifica-se sobretudo pelo fato de o *corpus* teórico fundamentar-se, principalmente, nas contribuições da Memória Social, campo que tem, como

característica principal, a constante construção, sendo esse seu caráter de permanência, pois as demais características são dinâmicas e móveis.

Em nossa aproximação metodológica partimos do entendimento de que a memória social é um fenômeno complexo construído coletivamente nas representações, rituais, comemorações, textos, restos, rastros, objetos, instituições e outras manifestações da cultura e da sociedade. Por esse motivo, as investigações encarregadas de abordar temas, nesse campo, devem considerar um trabalho contínuo e conjugado de teorias e métodos, considerando tanto o diálogo com campos disciplinares do saber, como também com as práticas de cunho interdisciplinar.

Tendo em vista essa particularidade do campo no qual se insere a nossa reflexão, nosso ponto de partida se fundamenta em uma visão interdisciplinar voltada para a compreensão da memória social, concebida como o resultado de uma necessidade epistemológica e de uma exigência da realidade contemporânea, em relação às quais uma abordagem meramente descritiva deixa de fora muitos aspectos relevantes. Contudo, estamos cientes de que esse é um grande desafio: analisar e interpretar um recorte da realidade, adotando uma postura de abertura, no confronto com os fenômenos sociais, em relação às novidades que podem se apresentar no campo de investigação.

Trata-se de uma abordagem que, segundo Alvarenga et alii (2011, p. 61), “não define a priori a natureza e os tipos de trocas teóricas, metodológicas e tecnológicas a realizar, uma vez que as necessidades se manifestam no processo de trabalho”. Quer dizer, não é tarefa fácil intervir na produção de saber a partir da criação de um objeto reflexivo que engendre a transmissão de conhecimentos, em uma abordagem interdisciplinar. Conforme nos guiamos pela bússola construída por Latour (2001) com a teoria-ator-rede, entendemos que a emergência de novos paradigmas parte do pressuposto de que o mundo real, com o qual a experiência humana se confronta, pode ser apreendido por intermédio de interações, o que põe em xeque a ideia de causalidade apriorística.

O modo de compreensão, pautado em interpretação de causa e efeito, presume a ideia de fronteiras estanques no campo do conhecimento, uma vez que se assenta em projetos de leituras fundamentadas no conceito de identidade, entendido como uma unidade com limites definidos. Mas, como a realidade não apresenta fronteiras, a ciência da atualidade se empenha na demonstração dessa maleabilidade, ao encampar, ao mesmo tempo, a ideia de um mundo fechado e a ideia de um universo infinito, sem se anularem, pois um e outro devem ser compreendidos em termos de complexidade e não como meras

oposições. A esse respeito vale situar o encaminhamento proposto por Koyré (2006, p. 1), para quem:

[...] o surgimento da nova cosmologia – que substituiu o mundo geocêntrico, ou mesmo o antropocêntrico, da astronomia grega e medieval, pelo universo heliocêntrico e posteriormente, acêntrico, da astronomia moderna – desempenhou um papel fundamental nesse processo, alguns historiadores, interessados principalmente nas implicações sociais das mudanças espirituais, têm dado realce à suposta conversão do espírito humano da teoria para a *práxis*, da *scientia contemplativa* para a *scientia activa*.

Notadamente esse acontecimento revolucionário foi responsável pela transformação da condição de espectador e senhor da natureza do ser humano para uma posição ativa e reflexiva, principalmente pela mecanização da concepção do mundo com o processo de matematização. Considerando esse marco, qualquer investigação não pode ser conduzida sem considerar a história do desmantelamento do cosmo aristotélico e a infinitização do universo. Por essa razão, é preciso inventar formas de aproximação de questões pela utilização de novas ferramentas, se considerarmos a indicação de Raynault (2011, p. 69) acerca de que “o movimento atual, dessa vez em âmbito nacional, apela por novos paradigmas, novas categorias de pensamento, novas metodologias de pesquisa”. Uma vez cômicos dessas advertências, devemos estar disponíveis para enfrentar as dificuldades no confronto com situações de pesquisas de natureza complexa no âmbito dos fenômenos sociais. Para tanto, há uma exigência que não deve ser deixada em segundo plano: é necessário estabelecer diálogos, com campos diversos do saber, do que resulta conhecimentos com características híbridas.

Seguindo as diretrizes dessa indicação a nossa proposta de intervenção na leitura e análise do Projeto Porto Maravilha tem como meta a difusão de uma visão esclarecedora e representativa do movimento marcado por fatos visíveis e invisíveis, em ondulações e ritmos, a serviço do processo de construção do conhecimento, para fazer brotar, na medida do possível, ocorrências silenciadas em razão de diferentes interesses. Isso quer dizer que, certamente, nos depararemos com situações imprevisíveis, exigindo de nós a superação dos modos tradicionais de pensar.

Sendo assim a nossa investigação tem como característica principal o imprevisto, como alternativa diante dos impasses e obstáculos com os quais somos constantemente confrontados ao tentar entender a complexidade de um projeto de revitalização, suas motivações, interesses e consequências. Atentos a essas singularidades, nos movemos, no campo investigativo, a partir de um olhar diferenciado que traduz matizes da interdisciplinaridade e aborda a complexidade no âmbito dos fenômenos sociais. Todavia,

advertimos que a referência à complexidade não parte da premissa de oposição à simplicidade, visto que essas duas dimensões podem conviver harmonicamente.

Uma vez assentado o universo no qual nos situamos em nossa investigação, é preciso esclarecer que vamos nos fundamentar em balizadores do pensamento kantiano, no sentido de estabelecermos três interrogantes (KANT, 2016) inter-relacionados que serão as ferramentas que nos guiarão em nossa reflexão. Certamente, quando nos propomos debruçar sobre o tema abordado, tínhamos clareza que queríamos produzir um saber, por intermédio de ações, movidos por um tipo de expectativa: o que é possível conhecer, em todos os detalhes o Projeto Porto Maravilha? Quais ações serão necessárias nessa empreitada? E, o que esperamos, em termos de transformação social, com as evidências encontradas? Em princípio, nos indagamos o motivo da escolha de um assunto atual bastante divulgado nos meios midiáticos. Em seguida, nos defrontamos com uma delicada questão: quais decisões serão tomadas em relação aos vestígios que foram silenciados, omitidos ou apagados, quando pretendemos evidenciar esses achados? Por fim, sabemos que devemos dar um retorno acerca das marcas construídas pelas pegadas por onde passamos no nosso exercício de trabalho contínuo com os diferentes materiais com os quais nos confrontamos, sendo essa uma preocupação que nos guiou desde o momento em que escolhemos abordar esse aspecto da realidade, ou seja, conforme propõe Farias (2010, p. 15), “não podemos dizer que nada esperávamos desde o início, pois sabíamos de nossa pretensão em chegar a algum lugar”.

Eis a retratação que podemos fazer de nossa condição de ator social engajado, com outros atores sociais, em uma investigação. Assim, ao invés da busca de generalizações, nossa inquietação teve como suporte um encaminhamento acerca da singularidade, a qual decorre da posição dos atores sociais que simultaneamente são afetados pelo processo de investigação devido aos possíveis encontros inusitados. Esse fato justifica tanto a delimitação do método que será o caminho a ser aberto nessa investigação no próprio processo de investigar, quanto das ferramentas que utilizaremos para subsidiar as nossas análises.

Certamente nos servimos de um método, a cartografia, para duas finalidades diretamente interligadas: primeiramente, constituir-se em uma visão panorâmica do lugar, espaço e paisagem que analisaremos e, em segundo lugar, possibilitar a realização de um percurso seguindo as pistas traçadas por uma espécie de mapa configurado por textos, fotografias, plano diretor, ordens de remoção, entre outros. Essa tipologia de diferentes materiais conforma traçados, os quais devem ser considerados, tanto do ponto de vista

arquitetônico, como indicativos de vidas que, um dia, ali estiveram ou passaram, evidenciadas pelos escombros das demolições, quanto pelos suntuosos monumentos que pretendem apagar esses escombros, mas que paradoxalmente dão um contorno de vivacidade impressionante, em termos de rastros e restos de memória indestrutíveis, dos quais ouvimos ecos, no sentido de serem significados.

Servimo-nos como bússola as regras estabelecidas por Latour (2000) para nos orientar na construção da rede que pretendemos abordar; rede na qual se entrelaçam monumentos, escombros e pessoas. As regras são: 1) objetivar um fato sempre em ação, considerando a dinâmica decorrente da presença de controvérsias; 2) considerar que a condição de artificialidade ou de natureza de um fato resulta dos processos que circulam nas redes; 3) admitir que a estabilização provisória de um aspecto da natureza decorre da resolução de controvérsias; 4) admitir que a estabilidade de um contexto social específico também decorre da resolução de controvérsias; 5) entender que não há simetria e nem polaridade, uma vez que todas as malhas da rede são simultaneamente atingidas; 6) considerar que a rede é construída em situação de controvérsias e 7) rastrear a rede que dá suporte à qualidade espacial, a qual é atribuída um momento de estabilidade.

Quer dizer, tanto as evidências monumentais quanto os rastros insinuados em marcas que insistem em se fazerem presentes devem ser considerados fontes para o processo interpretativo acerca da última revitalização da Cidade do Rio de Janeiro: o Projeto Porto Maravilha, no sentido de abertura ao questionamento de como o passado foi acondicionado, caso tenha sido, no cenário do presente? O que dizem as produções imagéticas do cenário antigo e também do novo cenário? Há em ambas um denominador comum que, independentemente dos anseios dos agentes estatais com relação aos novos cenários, os antigos são expressões genuínas de vidas em movimento, principalmente na zona portuária: lugar de chegada e partida de pessoas, nômades em pequenos negócios comerciais, casas de entretenimento, além dos transeuntes que circulavam em relação aos seus postos de trabalho ou para tomarem condução no retorno aos seus lares. É importante lembrar que nessa região, bem próximo da Praça Mauá, havia um terminal de ônibus para bairros mais distantes da cidade, o que dava o caráter de nomadismo contínuo à região, conforme podemos capturar na imagem seguinte, por si só, bastante ilustrativa:



Figura 12: Terminal Rodoviário da Praça Mauá.



Fonte: Notícias, 2011.

A região cuja imagem evidencia durante muitos anos assistiu o trânsito de pessoas apressadas que se enfileiravam na disputa de lugares em coletivos, os quais se deslocavam para regiões da cidade hoje municipalizadas. Embora a imagem não faça essa retratação, nossa escolha deveu-se principalmente ao fato de seu conteúdo trazer o coletivo e os atores sociais. Como condição prévia para a reforma, esse terminal foi transferido para uma outra região próxima.

### 2.1. Pistas metodológicas

O procedimento de construção do material organizado no campo de estudo em questão inclui dois momentos: um primeiro, baseado em uma análise do plano diretor, leis e decretos que foram as bases de sustentação para a execução do projeto, além de analisar fotografias da zona portuária antes dessa intervenção urbana; o segundo momento pautará as “maquetes virtuais” e fotografias dos novos cenários atuais, ou seja, do momento pós-revitalização.

Em primeiro lugar, tomamos essa tipologia de informações para considerar as narrativas sobre a experiência realizada nas veredas do processo de revitalização concernente ao Projeto Porto Maravilha. Esperamos traduzir os efeitos dessa experiência nas interpretações que apresentaremos, no sentido de tracejar linhas de transformações, tanto do ambiente físico, quanto dos atores sociais envolvidos, considerando os diferentes rumos que tiveram. Assim, esse material, de natureza diversificada, será focalizado como uma espécie de escrita, da qual depreendemos duas facetas: a necessidade de se realizar a transformação de uma região urbana em uma dada época e as consequências desse processo em termos subjetivos. Quer dizer: qual posicionamento ético de um empreendimento dessa natureza em relação à vida dos atores sociais (humanos e não humanos), que são diretamente afetados? Aliás, conforme nos adverte Tuan (2013, p.

240) “que realização futura poderá justificar a remoção de qualquer tecido urbano que ainda mostra sinais de vida?”.

Vale lembrar que teremos a preocupação de dar sentido aos rastros, restos e vestígios dos diferentes movimentos de tensão que podem ser configurados, por um lado, sob a égide do progresso (embelezamento da cidade e criação de novos pontos turísticos) e, por outro, sinais bem evidentes dos traçados da desvalorização pela vida (processo de gentrificação, violência nas remoções e descaso nos reassentamentos).

Em segundo lugar, acreditamos que encontraremos fragmentos que, como filigranas, nos darão pistas para refletir sobre a situação crítica, considerando o cenário das cidades como uma necessidade e criação puramente humanas e também quais os sentidos de existência que o ser humano produziu para si próprio ao habitar esse *topus*. Essa afirmação e essa indagação nos servirão de parâmetros na análise das condições históricas relativas aos diferentes cenários, em diferentes épocas que se conjugaram, de certa forma, nos programas de revitalização, especialmente a reforma Pereira Passos, na primeira década século XX, e o Projeto Porto Maravilha, na segunda década do século XXI.

Em terceiro lugar, a prática em questão, circunscrita por pistas cartográficas, é orientada pelo acompanhamento de percursos, considerando os diferentes processos que resultaram em mudanças significativas nos cenários físicos e na configuração dos coletivos que viviam em interação com esses cenários. Pois, como afirma Passos, Kastrup e Escóssia (2012, p. 10) “com essa direção a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*”. Essa reversão, na qualidade de uma experimentação do pensamento, implica no engajamento incondicional do pesquisador sem se diferenciar do objeto-pesquisado, quer dizer, não pretendemos realizar a aplicação de um método e sim apostar em uma implicação em função da qual assumimos a postura de olhar, em ínfimos detalhes, o processo de transformação da região portuária da cidade do Rio de Janeiro pelo Projeto Porto Maravilha. Ao invés de métodos recorremos a pistas para orientar, como uma bússola, a nossa posição no campo de experimentação. Em outras palavras, a diretriz que baliza a dinâmica da cartografia corresponde a pequenos indícios, por vezes nem sempre visíveis, que acionam o processo, considerando os efeitos dessa empreitada nos atores sociais (humanos e não humanos) envolvidos.

Sendo assim, quando nos debruçamos sobre o material que nos servirá de guia, estaremos realizando um tipo de intervenção; seja pelo olhar com o qual capturamos as nuances e sutilezas dessa tipologia documental; seja pela tentativa de dar sentido aos atravessamentos com os quais somos constantemente afetados. Eis o que queremos apresentar como um mergulho em um tipo de experiência, em relação a qual as fronteiras entre os atores são abrandadas ou inexistentes, como também o fosso que separa o campo da teoria do campo da prática, pois ambos coemergem no âmbito do traçado das vivências.

Por esse motivo, abrimos mão de toda a pretensão de neutralidade, pois o plano do conhecimento e o plano da produção de conhecimento são inseparáveis, quer dizer, conforme afirmam Passos e Barros (2012, p. 30) “conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas”. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo o conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. O método assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo traçado sem determinações ou prescrições de antemão dadas.

Enveredando nessa direção, gostaríamos de salientar que a análise que pretendemos realizar sobre o Projeto Porto Maravilha busca fundamentalmente acompanhar os traçados das duas grandes raízes (reforma Pereira Passos, revitalização do bairro da Lapa) que contribuíram para a sua constituição. Por isso, a incursão que fazemos aos documentos do plano diretor e às fotografias corresponde à imersão, em termos de um caminho sugerido pela experiência no ato de experimentar, aos cenários de ontem e hoje. Então, seguiremos, passo a passo, acompanhando os processos desde o momento em que foi planejado, pelas autoridades municipais, um empreendimento dessa envergadura. Caminharemos, na medida do possível, pelas vias sinuosas, com as quais seremos confrontados, com essa gama de material, para construir um caminho. Esperamos chegar a algum lugar e, em algum momento, dizer alguma coisa. Para tanto, indicaremos como realizaremos esse processo. Em primeiro lugar, nos posicionamos como um ator que, na condição de geógrafo, lançou um olhar com uma curiosidade aguçada às reformas urbanas em seus múltiplos sentidos. Em segundo lugar, deslizamos para a posição de quem, voluntário ou não, foi testemunha do processo de transformação, mesmo que, por ação indireta, pelo pagamento de impostos, tornou-se um colaborador. E, em terceiro lugar, como autor-narrador de uma escrita, movido pelas inquietações

constantes sobre os diferentes acontecimentos do processo e aqueles que os acompanhava.

Por fim, salientamos que o encaminhamento metodológico nessa reflexão delinea linhas de ação que acionam diretamente o autor-narrador em suas singularidades, razão pela qual sabemos tratar-se de um caminho a ser construído, para permitir o acesso às circunstâncias dessa mobilização que se caracteriza por uma escolha existencial do autor (geógrafo de formação) em se prontificar a escrever e teorizar sobre os progressos e retrocessos de um plano de revitalização de uma região urbana da cidade na qual está sendo escrita a sua história.

Movidos pelo cartógrafo e na posição de narrador configuraremos um tipo de participação nuançada em duas vertentes. Por um lado, adotamos uma perspectiva realista para a construção da ação na tentativa de retratar na medida do possível os acontecimentos, valendo-nos do reconhecimento social das transformações. Por outro lado, adotamos uma perspectiva ficcional a qual pressupõe não haver garantias acerca dos traçados que foram apagados e os que agora figuram no cotidiano da vida da cidade. Sendo assim, os encaminhamentos que apontaremos representam uma das múltiplas possibilidades de sentido sobre a revitalização da zona portuária.

A esse respeito cabe indagar: o que mobiliza o narrador a se dispor a uma empreitada dessa envergadura? Em primeiro lugar, precisamos construir argumentos históricos sobre os lugares que se transformaram, as vidas removidas, os espaços de lazer que deixaram de existir, bem como os novos que surgiram, considerando o impacto desse projeto em atores sociais (edificações, maquinário, pessoas e determinações legais) e os recursos empreendidos para enfrentá-lo, atentando sobretudo aos efeitos sofridos.

Queremos registrar que aquele que testemunhou essa travessia pode adotar uma das duas posições: ficar à distância com neutralidade fazendo uma seleção dos aspectos considerados importantes para a cidade ou ser afetado pela situação em razão dos constantes, mas suportáveis efeitos devastadores os quais têm a potência de fazer sucumbir, mas que podem mobilizar forças para resistência.

### 2.1.1. Perscrutando diferentes materiais

Em nosso procedimento de análise nos serviremos da orientação proposta por Latour (2012) sobre a teoria ator-rede para evidenciar o percurso cartográfico que realizamos no projeto de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. É

de suma importância explicitar o sentido dessa teoria, pois o mesmo indica o nosso modo de ação em relação ao recorte de nossa reflexão.

Os passos investigativos concernem ao próprio significado da sigla em inglês ANT, palavra que se traduz por formiga e se alinha às nossas intenções quando recorremos à acepção de Latour (2012, p. 18) sobre formiga como “um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário”.

Tomemos cada uma dessas palavras para explicitar o nosso encaminhamento: a ideia de viajante cego nos reporta à possibilidade de agirmos, de uma forma descompromissada, sem focos delimitados *a priori*, pois qualquer nuance que emergir durante o processo deve ser considerada. No tocante a miopia, a palavra nos remete a possibilidade de termos de nos aproximar, ao máximo, em interação simultânea com atores humanos e não humanos indistintamente, sem privilegiar qualquer um que seja, visto que, ao invés de nos concentrarmos em um ponto específico, adotamos a postura de atenção flutuante que considera todos os aspectos possíveis sem se deter em nenhum. A expressão “viciado em trabalho” que aparece na exortação indica o nosso compromisso e a nossa disponibilidade ao entrar em campo imbuídos do espírito de se deixar levar pelas circunstâncias que se configuram no decorrer do traçado. A entrada no campo, na medida em que acontece, nos coloca forçosamente em ação de trabalho constante. Quanto ao quarto elemento, farejador, a analogia nos serve muito bem quando dispomos escavar os escombros e cotejar indícios que se insinuam nos suntuosos e belos monumentos que cumprem duas funções, pelo menos: criar um novo cenário cultural compatível com questões de ordem econômica, sobretudo, e tentar apagar as ruínas de um passado de uma zona urbana que conheceu um estado de decadência. Por fim, o termo gregário serve de contorno para situar o nosso posicionamento ético com relação ao trabalho em realização: a ação que empreendemos é resultado de um conjunto de forças de todos os atores que participaram, foram afetados e contribuíram na sua realização, sugerindo que o trabalho é de um agrupamento de atores em situação de simetria, pois não adotamos, em nossa cartografia, qualquer configuração hierárquica.

Desse modo, são equipotentes: as ruínas que existiam, as pessoas que emprestavam vida à paisagem, os pequenos traçados por onde essas pessoas se deslocavam, os automóveis que circulavam em determinadas rotas, o viaduto da Perimetral, ruas reformadas, novos prédios, vias que foram abertas, o Veículo Leve sobre Trilhos, a visão para o mar, para o horizonte e para o céu, a paisagem das novas acomodações arquitetônicas, as pessoas que foram removidas e ainda os movimentos que se fizeram

presentes nessa dinâmica. Esses e tantos outros que não aparecem nessa lista compõem uma rede dinâmica que, para fins das nossas observações, têm caráter paradoxal, uma vez que, simultaneamente, significam coerção e abertura; movimentos importantes na construção do nosso traçado pelas forças constituídas que são identificáveis, a uma primeira vista, e aquelas, que em um olhar mais acurado podem ser consideradas no produto social do Projeto Porto Maravilha que, embora seja o efeito de uma rede de materiais, traz consigo a dimensão social dos atores engajados diretamente e indiretamente na condição de quem se inquieta a pensar sobre o assunto como o narrador dessa escrita.

Interessa-nos, sobretudo, estar em um solo movediço, em constante transformação, em que as novidades irrompem repentinamente. Por isso, nosso caminhar cartográfico não pretende produzir respostas e sim indagações quanto à natureza dos agrupamentos humanos, das coisas e dos restos para, enfim, apreendermos uma tessitura do contexto social que se recorta nesse projeto de reforma, sem fronteiras delimitadas em suas linhas de interferências: a reforma preconizada pelo Projeto Porto Maravilha modificou o cotidiano da cidade, não só no local em que aconteceu, mas em capitalizações para diferentes bairros da cidade. Trata-se de uma rede de atores heterogêneos que, uma vez associados pelas circunstâncias, demonstra ser uma força propulsora para a formação de novas redes que se superpõem, em uma dinâmica com conexões, articulações, fluxos, ritmos e mediações, conforme assinala Lazzarato (2002).

Os componentes heterogêneos que compõem essa rede, uma vez conectados e em interação, são considerados por Latour (2001) como actantes, termo utilizado para significar o conjunto de atores humanos e não humanos, no sentido de que actante é aquilo que gera uma ação a qual mobiliza forças para a produção de movimentos na conjugação de mediadores específicos, ou conforme assinala Lemos (2013, p. 42), o actante é o “mediador, o articulador que fará a conexão e montará a rede nele mesmo e fora dele em associação com outros. Ele é o faz-fazer”. No entender de Latour (2012) o actante deve ser concebido na acepção de quase-sujeito e quase-objeto simultaneamente, evidenciando que, em situação de campo de trabalho, não há uma separação entre sujeito e objeto, mas um traçado híbrido no qual se entrelaçam sujeitos e objetos em associações participando, tanto como mediadores (no caso, o Plano Diretor do Projeto Porto Maravilha e as pessoas envolvidas); quanto como intermediários (no caso, maquetes, leis, edificações, arquivos, fotografias, notícias).

No âmbito da ação em que aplica o princípio da assimetria, “segundo o qual os atores têm as mesmas possibilidades de produzirem interferência e mediação, não sendo eles hierarquizados, dessa maneira, um mediador pode se tornar um intermediário assim como um intermediário pode se transformar em um mediador”, conforme pontua Cavalcante et. al. (2017, p. 4). Contudo vale salientar que nas redes que se dispõem em camadas dinâmicas temos circuitos que forçam a transformação da configuração formada na associação dos actantes, ou seja, conforme evidencia Latour (2008, p. 156), a “coerção faz os outros fazerem coisas” construindo uma fileira de mediadores em modulações complexas e articulações diversas que, paulatinamente, transforma a realidade dos fatos.

Contudo, convém esclarecer que quando situamos o mediador estamos indicando o actante que promove uma modificação na rede, enquanto que o intermediário realiza o transporte das modificações, mas sem modificá-la. Por esse motivo, o direcionamento indicado pela cartografia que tomamos como bússola nos orientou em termos do acompanhamento de processos acerca dos movimentos dos actantes em suas interações mútuas e contínuas, descrevendo, quando possível, as suas vinculações, as quais como configurações mutáveis indicam a dinâmica do processo. Esses actantes imprimem suas pegadas nos lugares por deixarem rastros de vida e também sugerem que houve realização em serem partes ativas dos diferentes cenários. Mesmo aqueles que foram removidos demonstram sinais de “excitação de sentidos que remontam à memória de cores e tons, o ângulo da luz, o sólido aterramento das árvores e a subida dos morros. Muitas vezes, andando a esmo, repentinamente se insurge a lembrança de que cada coisa estava em um lugar” (TSING, 2015, p. 181).

Eis o mais preciso retrato que configura a nossa posição de cartógrafo em ação. Quer dizer, equiparamo-nos, de acordo com Nobre e Pedro (2010, p. 54), a um “detetive que rastreia as ruelas enigmáticas de seu caso investigativo, seguindo as pistas que aparecem a cada momento, os mediadores que nos convocam a desviar, construir caminhos, costurar circuitos”. Nesse sentido, a postura que nos orienta consiste em não selecionar materiais e sim registrar, na medida do possível, tudo aquilo que surge em nosso horizonte de farejador investigativo, além de não nos atermos ao processo de categorização e nos conformarmos em realizar descrições, por simples que sejam. Em certo sentido, tentamos configurar os rastros produzidos pelos mediadores que propiciam a produção do conhecimento, à medida em que, ao chegarmos a um sentido estamos apresentando uma possível tradução, entre muitas, em nossas narrativas.

O relato que descrevemos do percurso realizado pelos mediadores se converte, ao ser produzido, também em um mediador que opera consistentemente na rede. Assim são traçadas as linhas do processo cartográfico na operacionalização que fazemos em função dos instrumentos da teoria ator-rede na análise do novo cenário e da nova paisagem da Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, explorando polêmicas e controvérsias, mas principalmente, atentos à observação no processo de caracterização do debate social. Com isso nos desvencilhamos de representações apriorísticas, consideradas pela estaticidade que pode ser depreendida por um mapa para nos reportarmos ao âmago pulsante das regiões tomadas para reforma para construir paisagens detectadas nos movimentos provisórios e dinâmicas dos actantes acerca dos diferentes *scripts* (plano diretor, maquetes, leis, decretos, fotografias antigas e novas, depoimentos de pessoas, pessoas que povoaram a região anteriormente e as novas tribos urbanas que agora são frequentadores habituais e nômades) que tecem um tipo de memória híbrida do espaço em questão.

Assim, apresentamos o nosso esquema de análise que se assenta em quatro vertentes inter-relacionadas considerado os materiais nos quais vamos nos deter a partir dos operadores conceituais que tomamos na caminhada quando nos dispusemos a acompanhar processos, rastreando pontos da rede na medida do possível, entendendo que como uma grande malha, quando mapeamos um ponto, produzimos um efeito que se estende aos demais, uma vez que estão diretamente conectados. Por esse motivo, consideramos os materiais, mas igualmente os fluxos produzidos em função de suas associações, admitindo que as controvérsias e os traçados cartográficos são sempre provisórios. Contudo esses traçados funcionam até o momento em que novas cartografias se imponham em razão de novos mediadores e transmissores que se associem. Seguindo a orientação de Cavalcante et. al. (2017, p. 6), compreende-se que “para se consolidar um estudo utilizando a cartografia de controvérsias faz-se necessário que o pesquisador seja capaz de cartografar as redes em termos de sua geografia – principais actantes, portavozes e respectivas conexões – e de sua dinâmica – fluxos das diferentes traduções”.

Essa orientação aponta para a circunscrição que a Zona Portuária, recortada para fins do Projeto Porto Maravilha, seja considerada uma rede dinamicamente conectada e em constante associação de seus actantes. Na condição de mais um actante que testemunhou e teve experiência do antes, durante e depois, propomos essa aproximação visando fazer uma tradução, dentre as inúmeras possíveis já feitas e as que venham a ser produzidas.



Como um plano de guia de nossa análise, interagindo com os materiais disponíveis, nos fundamentaremos em quatro tipos de oscilações comparáveis às ondas do mar que com seus movimentos produzem nuances distintas para o cenário.

Começamos nesse movimento ondulatório pela demarcação de uma porta de entrada (LATOURE, 2000), mas com uma advertência: não temos nenhuma garantia de que o lugar no qual pretendemos entrar sequer exista, pois aventuramo-nos a construí-lo, mesmo considerando as grandes transformações físicas com as quais nos deparamos. Assim, com o Plano Diretor, entramos na rede e, estrategicamente, nos dispusemos a acompanhar os atores, sempre atentos aos rastros decorrentes dos movimentos que esses atores puderam traçar. Nesse sentido a cartografia obedece rigidamente ao movimento dos atores, conforme pode ser depreendido a seguir nos materiais selecionados para esta finalidade:

Figura 13: Mapa da Cidade do Rio de Janeiro e área de Revitalização Projeto Porto Maravilha.



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2012.

Essa imagem é a tradução mais ilustrativa do recorte geográfico de um cenário dinâmico composto por três bairros, Santo Cristo, Gamboa e Saúde; e partes de três outros, São Cristóvão, Centro e Cidade Nova, correspondente a uma área de cinco milhões de metros quadrados na qual viviam, à época, mais de vinte e dois mil habitantes. Esse contingente humano sofreu flutuações, para menos com as remoções, e para mais com o fluxo turístico, resultando de um processo do qual houve, segundo Sánchez, Bienestein e Oliveira (2016, p. 97):

A concentração de investimento público nas áreas mais ricas da cidade, a privatização de áreas públicas e comuns, a violenta remoção de milhares de pessoas residentes em assentamentos populares e a intensificação, em uma escala sem precedentes, do processo de expulsão dos pobres para áreas periféricas, sem empregos ou serviços adequados. A cidade olímpica emerge, assim, mais desigual.

Vale lembrar que a referida região apresenta um dos menores índices de desenvolvimento humano da cidade do Rio de Janeiro.

O perímetro idealizado para a reforma, do ponto de vista geoeconômico e social, espelha uma significativa heterogeneidade, não só em termos de áreas em processo de abandono e decadência, como também pelos suntuosos prédios, a exemplo Edifício Rio Branco 1, sede de escritórios de grandes empresas e que atualmente convive frontalmente com o Museu do Rio e lateralmente com o Museu do Amanhã.

A imagem também nos mostra uma particularidade do centro da cidade em razão do grande congestionamento causado pela maciça verticalização, pela carência de espaços para acomodar novos empreendimentos do setor econômico. Devido a essa circunstância, o projeto previu a revitalização de áreas periféricas portuárias subutilizadas no sentido de ampliar o horizonte do centro da cidade com as megaconstruções, como o setor hoteleiro, administrativo e estatal.

Cabe salientar que o plano original contemplava projetos arquitetônicos, muitos dos quais não chegaram a ser efetivados, por razões diversas, como a crise econômica e o descompromisso da atual gestão municipal em dar continuidade às obras em processo de realização.

A título de ilustração, para um encaminhamento em nossa análise, no sentido de aprofundá-la, resgatamos do Plano Diretor, referente ao Projeto Porto Maravilha, a maquete digital. Em sua proposta original, havia a previsão de construção de um complexo imobiliário de cinco grandes torres, patrimônio do empresário americano Donald Trump, à época interessado em investir em solo brasileiro. Cabe salientar que o nome desse empresário já tinha alcançado repercussão mundial em virtude do sucesso de seus empreendimentos no âmbito econômico, razão pela qual o seu nome pesava favoravelmente para a realização do Projeto.

Esse conjunto arquitetônico, que ficou somente no âmbito das maquetes digitais, pela sua grandiosidade e imponência, foi planejado para ser considerado o maior complexo de escritórios entre os países conhecidos pela sigla BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Logo, dispensavam quaisquer comentários e críticas, dada a promessa de grande progresso para a cidade, além de sua beleza estética, como observamos a seguir:

Figura 14: Maquete digital do complexo Trump Towers Rio.



Fonte: Boeckel, 2016.

Uma vez tendo realizado o acompanhamento desse percurso no recorte da região que foi reformada, lançaremos mão dos indicadores que em sua maioria possibilitaram essa reforma:

Figura 15: Maquete digital do Projeto Porto Maravilha.



Fonte: Arraes e Silva, 2014.

O apelo dessa maquete está contido na escrita, de forma contundente, de sua apresentação, ou seja: a revitalização da zona portuária era esperada como um foco de luminosidade para toda a cidade, dando ao centro os ares de imponência que teve outrora, causando interesse nas pessoas para morar nessa região, que são reticentes em função da decadência e violência. Conseqüentemente visava atrair também o retorno dos escritórios que foram para bairros em ascensão e outras capitais. Imaginava-se criar um espaço público agradável para trabalho, convivência e lazer, além do foco principal que incidia na sua transformação em um polo turístico, especialmente pela retirada do fluxo de veículos, fonte de poluição e ameaça de acidentes. Fazia parte da mentalidade dos idealizadores, segundo Arraes e Silva (2014), a ideia de que a reforma conseguiria transformar o centro e suas capilarizações em uma cidade incluyente no sentido da oferta de oportunidade para pessoas ascenderem economicamente, além do incremento aos

serviços que passaram a funcionar. Esse foi o lema panfletário difundido como estratégia inovadora de transformação.

No tocante ao processo de construção de memória, essa imagem nos evoca o pensamento de Huyssen (2000) acerca da produção de um espaço completamente heterogêneo, harmonizado pela convivência de formas antigas recuperadas com a emergência de novas formas, denotando a rugosidade pensada por Santos (1985). É interessante observar que, considerando a panorâmica estética capturada no cenário em termo de sua versatilidade e beleza, a imagem invoca um verdadeiro cartão postal que mobiliza tanto pessoas de outras regiões, como da própria cidade a visitá-la.

Ao percorrer as vias sinuosas das três imagens anteriores, constatamos na primeira uma espacialidade que foi radicalmente transformada em uma temporalidade relativa ao período de execução do projeto. O cenário atual, por mais diferente que seja, retrata com nitidez a espacialidade que persiste nas sombras dos imponentes monumentos e a temporalidade de sua existência. Essa persistência se faz presente nos restos e rastros indestrutíveis que clamam por olhares, vozes, à busca de sentido, como bem evidenciado nos escombros dos quais emergiu o Cais do Valongo, que nos obrigou a revisitar um período sombrio do nosso passado marcado pelo sofrimento de pessoas sem direito à cidade e sem direito à voz: a escravidão.

Como caminhos traçados pela memória abordamos uma memória particular que esteve sob aterramento, à margem do esquecimento, por quase dois séculos. A esse respeito, lançamos mão, em uma aproximação, por analogia, ao conceito de “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 2). Sendo assim, os restos do Cais do Valongo foram arrancados de uma região periférica e marginal, no momento em que receberam a denominação de Cemitério do Pretos Novos. Essa circunstância, nos sugere que o processo de lembrar, segundo Debary (2017), acontece a partir de indícios de vidas de pessoas que sequer conseguiram conhecer o lugar onde seus restos foram mantidos, mas que esses restos, mesmo silenciados, ecoam em gritos infinitos para que não esqueçamos das injustiças cometidas contra seres humanos considerados vidas sem possibilidade de luto, marcadas pelo extremo da vulnerabilidade peculiar, segundo Butler (2018). A seguir, convidamos o leitor a se deparar com os traçados de memória evocados pela seguinte imagem e tirar suas próprias conclusões:

Figura 16: Ossada de mulher no Cemitério dos Pretos Novos.



Fonte: Nitahara, 2017.

Faremos então um pequeno *détour* para explorar minúcias dessa imagem por si só bastante elucidativa, em termos de um capítulo da nossa história que, na acepção de Pollak (1989), pode ser considerado um grande manancial de memórias subterrâneas. Contudo, esses restos de escravos que morriam nos navios e eram lançados em covas coletivas, mesmo soterrados por mais de um século, clamavam por serem significados, o que aconteceu, na rubrica do imprevisto, quando uma moradora resolveu remodelar sua habitação e então se deparou com esses vestígios que insistem em se fazerem presentes e nos obrigam a repensar a nossa história.

Não obstante, segundo informações do Instituto Pretos Novos:

Este achado arqueológico só foi descoberto em janeiro de 1996, quando os proprietários Petrúcio e Maria de La Merced resolveram reformar a residência e, ao sondar o solo para as obras, encontraram fragmentos de ossos humanos misturados a vestígios de cerâmica, vidro e ferro, entre outros. O fato foi comunicado aos órgãos responsáveis que enviaram equipes de profissionais que confirmaram a existência de um sítio arqueológico de grande importância histórica.

A casa, cuja construção data de 1866, passou a ser a sede do IPN e no local foi também instalado o Memorial Pretos Novos, que recebe muitos pesquisadores, estudantes e professores. Foram descobertos no sítio arqueológico mais de 5 mil fragmentos, nos quais uma profunda análise permitiu a identificação de 28 corpos, em sua maioria do sexo masculino na faixa etária entre 18 e 25 anos. No memorial estão expostos, além de painéis e fotos, ossadas e arcadas dentárias, artefatos do cotidiano e fragmentos diversos. Até mesmo vestígios, que revelam o contato entre europeus e índios tupinambás, estão destacados. Através de vidros sobre o piso, é possível ver parte dos achados arqueológicos encontrados no local das escavações.

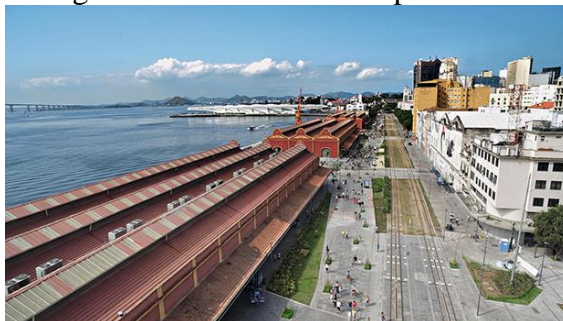
Indagamos: quem são as vidas indicadas nesses restos? Seriam vidas passíveis de luto ou completamente condenadas ao esquecimento, conforme sinaliza Butler (2015)?

Após essa pequena digressão passamos a incluir mais um actante na nossa análise, o que configura mais uma malha em nossa complexa rede que, ao incorporar mais um indício de espacialidade, evoca, obrigatoriamente, uma temporalidade. É importante salientar que essas duas características da rede (espacialidade e temporalidade) são condições *sine qua non* no tocante à disposição das controvérsias, ou seja: a espacialidade concerne à descrição do traçado geográfico que a rede esboça, referido ao modo como cada actante traduz seu

posicionamento subjetivo em termos das conexões e fluxos estabelecidos, seja em termos dos vetores que estabilizam provisoriamente a rede, seja em termos daqueles que a impulsionam ao movimento. Quando à temporalidade, essa dimensão concerne à tradução dos actantes na medida em que configura uma espécie de linha do tempo a qual indica como cada um se posicionou em relação aos demais.

Cabe salientar que durante a execução houve modificação das maquetes, pois não foi possível executar tudo que fora planejado. Esse aspecto faz eco a nossa porta de entrada considerada provisória, pois mesmo os projetos foram modificados para se adequar às circunstâncias do momento. A esse respeito vale comparar a Figura 15 com a seguinte:

Figura 17: *Boulevard Olímpico* atualmente.



Fonte: Santos, C, 2017.

À primeira vista, a alteração mais evidente é a ausência, no projeto paisagístico, das árvores que contemplavam uma cor ao cenário. Além das árvores que não foram plantadas, a grama, pela ausência de manutenção pelos agentes estatais, encontra-se em fase de definhamento. Embora houvesse no Projeto Porto Maravilha uma proposta de reconfiguração paisagística, essa promessa não saiu do papel, conforme evidencia o recorte capturado nessa imagem do ano de 2017.

A búscula de um segundo momento se caracteriza, uma vez que nos encontramos no campo como actante na complexa malha de associações (comparável a um formigueiro que tem uma funcionalidade precisa, embora depois de construído não temos como saber qual foi o ponto de partida. Conhecemos apenas as frágeis fronteiras que se organizam a cada intempérie externa), pelo processo de identificação de porta-vozes considerando a multiplicidade de actantes (humanos e não humanos) que foram testemunhas vivas dos diferentes cenários produzidos pela configuração em rede e que, uma vez associados, não só fazem eco a outros actantes como também neles interfere. Desse modo, incorporamos, na rede, todos os tipos de vozes que conseguimos depreender nos cenários fotográficos

de antes, durante e depois do processo de transformação da Zona Portuária, na sequência de imagens dispostas a seguir:

Figura 18: Praça Américo Brum.



Fonte: Blog do Celerir, 2016.

Reproduzimos essa fotografia pela importância que a praça tinha no cotidiano na vida dos atores sociais nela integrados: era um lugar de lazer para adultos e crianças, um polo de reunião da Associação de Moradores e espaço de comemoração. Conforme assinala Santos (2014, p. 30-31):

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

Nesse sentido a praça Américo Brum, localizada no Morro da Providência, estava em plena sintonia com a vida que nela pulsava. Quer dizer, eram pessoas que sentiam esse lugar e era um lugar presente na vida dessas pessoas, configurando desse modo um verdadeiro ciclo de experiências, efêmeras e duradouras, mas que conformavam uma história conjunta, da inter-relação entre ambiente físico e a dinâmica das pessoas, misturando visões, afetos, sons, cores, em uma espécie de harmonia singular de ritmos e ondulações que, a grosso modo, evoca a repetição do nascer e pôr do Sol. Em certo sentido, para essas pessoas, conforme assinala Tuan (2013, p. 224) “sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos. Um marinheiro tem um modo peculiar de andar, porque sua postura está adaptada ao movimento do navio em alto-mar”. Indagamos: qual o destino dessas pessoas integradas subjetivamente a esse cenário? Provavelmente, uma vez que o lugar foi transformado, essas pessoas ficaram à deriva, tendo que duramente produzir meios para se adaptar às novas condições de vida.

A imagem seguinte ilustra o processo de transformação:

Figura 19: Crianças contra a demolição da Praça Américo Brum.



Fonte: Henrique, 2011.

Depreende-se da imagem a exposição de apelo evocando raízes de ancestralidade cujas vidas têm uma história traçada no lugar, ou seja, os cartazes apresentados pelas crianças, com referência à vida de avós e pais nos leva a tecer duas considerações: em primeiro lugar essas crianças imploram para saber o que vai acontecer de suas vidas à medida em que a transformação marca uma ruptura com seus antepassados. Em segundo lugar alertam as pessoas quanto ao destino que terão em termos de possíveis vínculos que terão de formar. Mais uma vez, para elucidar essa complexa questão, nos valem do instrumental conceitual de Tuan (2013, p. 240), para quem “estar arraigado em um lugar é uma experiência diferente da de ter e cultivar um sentido de lugar. Uma comunidade realmente enraizada pode ter santuários e monumentos, mas é improvável que tenha museus e sociedades para preservar o passado”. Assim, depreende-se o fundamental papel da memória que “torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molda todas as atividades e sofrimentos humanos” (RUSEN, 2009, P. 164), ou seja, a memória torna-se forma de resistência.

Ressaltamos que a grande vantagem de revisitar uma obra, em um olhar em retrospectiva, é constatar a existência dos lugares de construção, e mais ainda, que os mesmos nos levam a pensar sobre a ligação entre humanos e não humanos, pois, conforme assinala Latour (2012, p. 131), “assim que atolam o pé na lama, os visitantes são facilmente surpreendidos pelo espetáculo de todos os participantes, trabalhando arduamente, no momento de sua metamorfose mais radical”. Referimo-nos a todos os



locais de reformas, que mudam de formas como casas e edifícios, praças, ruas, avenidas, vias de acesso.

É interessante refletir no sentido de que a descrição que fazemos do conteúdo da imagem nos coloca na posição de quem faz alguma tarefa além de observar, ou seja, se apresentamos efeitos, indicamos um possível resultado das transformações produzidas, à medida que nos colocamos em movimento como atores sociais, partícipes e testemunhas das transformações que tiveram lugar na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião do Projeto Porto Maravilha, como por exemplo a praça Américo Brum.

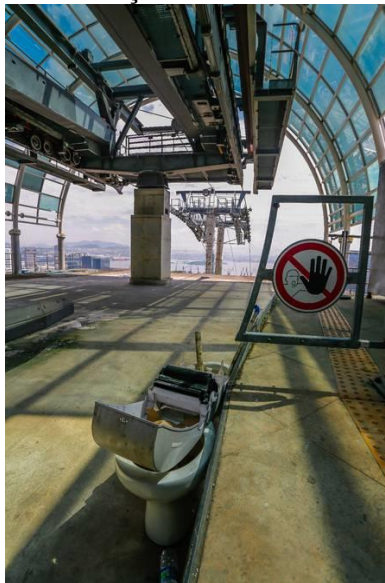
Os possíveis rituais que davam sentido à história das pessoas que viviam em função da referida praça foram destituídos e então nos perguntamos: como será transmitido o legado cultural dos feitos que produziram, se no lugar onde viviam atualmente existe um vazio caracterizado pela construção da estação teleférica, atualmente em estado de ruína? Será que os arquitetos que elaboraram o plano, preocupados com o cenário, em termos de estética, imaginavam que mui rapidamente um espaço transformado conheceria a sua degradação, tendo perdido completamente a função a que se destinara?

Um espaço urbano que deveria se caracterizar pela dinâmica decorrente do fluxo de pessoas atualmente pode ser visto pela sua estagnação que, à primeira vista, parece ser irreversível, uma vez que o teleférico está parado há mais de quatro anos, sem perspectivas de voltar a funcionar um dia, pois ao que sabemos, não existe na agenda um grande evento na cidade. Conforme podemos constatar, os aparatos estatais investiram grande capital para a reforma de uma região, a qual, acreditamos, devido ao fato de ser habitada por pessoas de baixo poder aquisitivo (moradores de uma favela), não foi objeto de preocupações posteriores.

Atualmente, encontra-se em completo abandono com sinalizações, as quais falam *per si*, em um contraste entre a ostentação do luxo e a decadência evidenciada pelo acúmulo de lixo, retratado em peças que, supostamente, se dispõem sobre os lugares de movimento dos vagões de transporte de pessoas. Sem sombra de dúvida, uma grande soma foi utilizada para a execução dessa obra, montante que poderia ter tido outros destinos, ao invés de representar um completo desperdício e inutilidade. Podemos indagar: no Plano Diretor houve preocupação quanto a esse resultado?

A que se deveu esse processo que nos surpreende pelo avesso: um lugar para pretensa mobilidade das pessoas é atualmente comparável, ironicamente, a uma região deserta, conforme nos sugere a imagem seguinte:

Figura 20: Estação Américo Brum abandonada.



Fonte: Ribeiro, 2018.

Curiosamente, o espaço que deveria servir à mobilidade das pessoas atualmente é apenas o depósito melancólico onde foi abandonado um vaso sanitário que curiosamente deve ser considerado em termos de suas funções, ou seja, lugar em que se dá um destino aos dejetos. O que ontem era um lugar onde as pessoas se reuniam para discutir seus projetos de vida e os rumos da comunidade, hoje, ironicamente, simboliza um lugar que as pessoas procuram para dar um destino àquilo que não serve mais, embora a imagem, pela sua nitidez e beleza, eclipsa todo um percurso de vida que se encontra nele sombreado, demonstrando um verdadeiro contraste que se dá na produção de uma zona sombria pelo ofuscar cintilante da luminosidade.

Nesse caminhar somos impelidos para o terceiro movimento quando nos detemos nas inscrições que foram visualmente captadas nos textos, documentos e que são constituintes da rede. Embora tenhamos a nossa disposição ramificações da rede como: plano diretor, leis, decretos, maquetes, gráficos, fotografias, planilhas, notícias de jornais, vídeos na Internet, estamos cômnicos de que seria impossível, para o escopo de uma dissertação, pormenorizar cada uma dessas ricas ramificações, razão pela qual fizemos uma escolha, no sentido de materializar as informações que convergirão para o campo de pesquisas nesse momento. Certamente temos a intenção de realizar uma viagem mais ampla e demorada em um futuro próximo.

Iniciemos por uma breve análise de alguns excertos da Lei Complementar 101/2009, pontapé inicial para a revitalização da zona portuária da cidade, pois modificou o Plano Diretor e autorizou o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada

na Região do Porto do Rio, cerca de apenas um mês e meio após a escolha do Rio de Janeiro para ser a cidade-sede dos Jogos da XXXI Olimpíada, que aconteceram em 2016, ou seja, uma tramitação bem célere para modificação do Plano Diretor de uma cidade, que tem por função ser um balizador do processo de planejamento municipal com vistas à implantação de políticas de desenvolvimento urbano, orientando não somente a ação dos agentes públicos, mas também a dos privados. Assim, o Plano Diretor possui uma expressiva importância para o desenvolvimento das cidades, pois ele “pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano (BRASIL, 2002, p. 40)”.

Em seu primeiro artigo, a referida lei já introduz seu objetivo principal, que é realizar um “conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental de parte das Regiões Administrativas I, II, III e VII”.

No artigo segundo da Lei Complementar 101/2009 que institui a Operação, é então explicitada a finalidade de sua execução:

[...] promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbano, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região.

Curiosamente, pouco mais de um mês após a escolha do Rio como cidade-sede promulga-se esta lei que, conforme exposto, se preocupa com a qualidade de vida dos moradores da região, que por séculos foi renegada e abandonada à indiferença.

A lei em momento algum cita nenhum desses megaeventos que seriam realizados na cidade, somente encontrando uma menção a eventos, ainda no segundo parágrafo, em seu inciso segundo como uma das diretrizes da Operação Urbana Consorciada:

[...] propiciar a criação de equipamentos públicos, áreas de lazer e assegurar a circulação segura de pedestres e ciclistas, bem como destinar espaço físico multidisciplinar para apoio de infraestrutura e logística para atividades de grupos culturais e atendimentos das demandas de cidadania da região, de acordo com o calendário anual de eventos da zona portuária.

Para finalizar o nosso processo de análise, porém na condição de um recomeço, tivemos como tarefas mapear as associações entre os actantes que participam dessa nossa jornada, nesse momento. Assim, cuidadosamente fomos tentando estabelecer relações entre os diversos atores que configuram a rede circunscrita para fins dessa reflexão. Desse modo, apresentamos as traduções decorrentes do processo de associação e interação entre

os atores, considerando: por um lado, os traçados das articulações em uma espécie de sinergia na rede e nos reportamos à indicação de Lazzarato (2014, p. 18), acerca da produção de subjetividade, ou seja, “a subjetividade e as subjetividades que o capitalismo produz são feitas para a máquina, não primordialmente para a máquina técnica, mas para a máquina social”.

Assim, entendemos que da mesma forma que a subjetividade não está desvinculada das interferências referidas às oscilações econômicas, tampouco, é incólume à política, e por isso, afeta profundamente a existência.

Por outro lado, interessou-nos investigar a conformação heterogênea da rede como pontos móveis, em constante deslocamento, e os pontos cristalizados, mas sem qualquer espécie de ordenamento, uma vez que o foco consiste na tentativa de traçar uma configuração, mesmo que seja transitória, da interação entre esses atores. É o que depreenderemos dos rastros fotográficos recolhidos dos arquivos midiáticos. Porém, antes mesmo de focar o conteúdo, vamos demarcar o lugar do qual procederemos nosso olhar interpretativo acerca da utilização de material imagético.

É importante salientar que com a rápida evolução tecnológica e seus desdobramentos, fotografar torna-se cada vez mais parte do cotidiano de maneira que, devido aos fenômenos das redes sociais de compartilhamento de fotos, o volume de imagens registradas vêm crescendo exponencialmente. Essas imagens podem trazer, por si só, uma gama de conteúdos e informações que, por vezes, falam mais do que longos textos descritivos. Ainda, o que a fotografia “reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (BARTHES, p. 13, 1984), sendo assim um significativo meio de perpetuação de memória.

Dessa maneira, a fotografia torna-se uma relevante fonte de dados para a utilização em pesquisas, especialmente tratando-se de modificações em espaços, cenários e paisagens caracterizados profundamente pelo aspecto estético e visual, além de cair como uma luva em uma análise baseada na metodologia cartográfica, pois, como salienta Dupret (2017, p. 15), o “desafio é o de se desvencilhar da preocupação com o produto porque não se sabe o que vai efetivamente acontecer nos encontros dos sujeitos: pesquisador e pesquisado. Em outras palavras, é lidar com a dimensão da surpresa”.

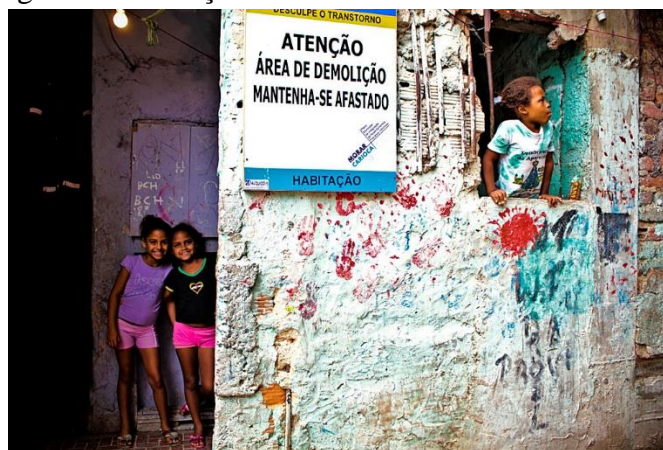
Assim, não podemos subestimar as imagens como apenas um retrato que ficou estático, ou seja, não se pode tratar as fotografias como simples objetos de rememoração do passado que ficaram parados no tempo. As fotografias, no momento em que são apresentadas para diferentes pessoas, despertam aspectos subjetivos no indivíduo que as

observa fazendo com que esse interprete as informações contidas na imagem de maneira singular, que, de acordo com Dupret (2017, p. 15), acomete-o a “lembranças, reflexões, fantasias, enfim, uma gama de vislumbres subjetivos que fazem sentido apenas para ele, porque procedeu a transformação da função do simples objeto em instrumento psicológico”. Da mesma maneira, é possível traçar um paralelo com a dimensão de uma paisagem, que se trata de nossa percepção, fazendo com que a forma como apreendemos determinados sentidos seja crucial para apreensão dessas informações. Por isso, quando percorrendo sobre a maneira distinta com a qual cada observador de uma paisagem observa diferentes detalhes, da mesma maneira que ao observar uma fotografia, torna-se tarefa imperiosa de um pesquisador disposto a traduzir as diversas informações implícitas em uma imagem ultrapassá-la para, dessa forma, chegar ao seu significado, pois segundo Santos (2014, p. 89), “a percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação, e esta, será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência”.

Ainda, é de extrema relevância apontar que, embora possa parecer uma tarefa simplória, muito pelo contrário, esse ofício exige muito mais cautela por parte do pesquisador, justamente pelas diversas pistas que devem ser encontradas por ele, em uma imagem que aparentemente não quer dizer nada, tornando esse afazer sobremaneira extenuante, porém recompensador quando efetivamente elaborado. Portanto, iniciaremos então uma tentativa de decifrar as informações e possíveis dados que as imagens podem desvelar, para assim dar a possibilidade de gerar discussões críticas e fazer com que as imagens dialoguem conosco.

Após esse breve parêntese tomaremos as fotografias seguintes que, em sua maioria, falam por si.

Figura 21: Crianças em casa no Morro da Providência.



Fonte: Jornal a nova democracia, 2018.

A ideia que perpassa nessa imagem traz uma mensagem de cunho político explicitando a intervenção do Estado na propriedade privada. A residência, com condições precárias de habitação, espelha em destaque uma placa de sua condenação, a partir de um projeto municipal denominado Morar Carioca. A mesma placa alerta para os riscos de permanência no local, sinalizando tratar-se de uma área de demolição, mas apresentando o *slogan* “desculpe o transtorno” para produzir o aceite das pessoas em ter suas vidas importunadas, seja pela poluição sonora, pela poeira, pela presença de escombros, seja pela iminente ameaça no tocante a possibilidade de serem removidas do local.

Cabe considerar as diferentes nuances que podem ser apreendidas dessa imagem. Em princípio estamos diante de uma violência explícita: a casa prestes a se tornar escombros. Além disso, observamos crianças desprotegidas em relação aos cuidados de pessoas adultas, mesmo que duas delas esbocem satisfação, pois na outra criança constata-se um ar de reflexão que ao que tudo indica revela um tom de desespero.

Em uma particularidade da imagem, observamos um contraste digno de nota: uma criança que se encontra na janela expressa um olhar de atenção com semblante de preocupação, uma vez que seu olhar se direciona para o alto como quem procura uma explicação além do plano em que se encontra. Poderíamos dizer que essa criança retrata uma preocupação acerca da possibilidade de redução de seu horizonte de vida pela remoção e ainda se pergunta: haverá amanhã? As duas crianças que se encontram na porta da casa têm gestos de satisfação pelo sorriso que esboçam, satisfação essa decorrente do fato de estarem sendo capturadas por uma câmera fotográfica, vislumbrando a possibilidade de existirem como rastros de memória em imagens que eternizarão o momento e seus corpos, mas alheias ao possível destino que as espera: a adaptação a um outro ambiente e a convivência com outras pessoas em razão do processo de reassentamento. Possivelmente essas crianças sequer imaginam que deverão abrir mão de certos laços de convivência, portanto, traços de memória, ao serem deslocadas para outras regiões nas quais terão que se ambientar com outros actantes, muitos dos quais até então desconhecidos.

Ainda, a imagem nos brinda com rastros de mãos que estiveram lá e deixaram marcas em vermelho que poderíamos interpretar ser uma tentativa desesperada de eternizar indícios de existência, simbolicamente em signos do sangue. A que custo subjetivo essas marcas foram impressas, e a quem as mesmas se destinam, como um

apelo? Provavelmente, podemos considerar essas marcas como um lamento em relação ao destino dessa habitação, mas, sobretudo, ao destino de pessoas que viveram nesse lugar. Mesmo que atualmente essa habitação tenha desaparecido, as lembranças construídas vão se perpetuar, juntamente com o arsenal de imagens decorrentes do embelezamento estético. O que nos dias atuais se encontra no lugar onde estava essa habitação não tem potencialidades para ocultar a sombra que faz eco a um infinito. Estamos diante de um processo de construção de memórias ao qual é produzido um sentido entre outros tantos possíveis. Esses restos indestrutíveis são como um verdadeiro caleidoscópio, que embora tendo múltiplas faces, só capturamos uma por vez, quer dizer, as vidas que passaram nesse lugar e os escombros, igualmente removidos, persistem como verdadeiros espectros, os quais na sua condição de mundanidade encontram-se à deriva, podendo ser evocados ou mesmo mantidos no absoluto silêncio conforme ocorreu com as ossadas e objetos encontrados no Cemitério Pretos Novos, em que vestígios humanos e restos de objetos se mantiveram sob o manto do esquecimento devido à desativação do Cais do Valongo, porta de entrada dos escravos que chegavam ao Brasil vivos e mortos.

Ironicamente as vidas que ainda pulsavam tinham um valor de mercado e uma vez alçadas à categoria de mercadorias eram negociadas por somas de diferentes valores, enquanto que, os que chegavam mortos eram nivelados e lançados em um mesmo valão. Cabe ainda acrescentar que, em um refinamento da nossa reflexão, nos aventuramos a afirmar que aqueles que chegavam mortos, em razão das circunstâncias, mantêm-se até o presente como verdadeiros signos de vida. Por outro lado, os que chegaram vivos provavelmente sequer deixaram rastros.

Retomando a evidência da imagem anterior, constatamos sua duplicação na seguinte, desta feita, em um cenário transformado, o qual conserva a mesma configuração de pessoas, porém da casa restam os escombros e uma advertência para a habitação contígua, catalogada pelo número 1702, pela Secretaria Municipal de Habitação, para ter o mesmo destino: a demarcação entre o interior e o mundo externo já foi abolida. Todavia, a imagem nos oferece um provável estado de naturalidade em que os actantes sociais revelam uma continuidade da vida.

Figura 22: Escombros e casas marcadas no Morro da Providência.



Fonte: Jornal a nova democracia, 2018.

O que há de novidade é que mais uma vez a história nos reconduz a imagens de outras épocas. Em princípio, no Brasil Imperial, havia uma determinação de marcar residências com as letras P e R, alertando o seu proprietário de sua perda. A partir de então, essa residência passava a ser propriedade do Estado que a dispunha como quisesse para os fins que julgasse. Situação provavelmente análoga aconteceu na Reforma Pereira Passos na catalogação de casas consideradas focos de contágio, razão pela qual foram condenadas para serem demolidas, justificando assim o plano de remoção. Curiosamente, essas situações são reeditadas no Projeto Porto Maravilha, no qual as autoridades municipais adotaram a estratégia de marcar as residências com a sigla das iniciais da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), seguida de um número de ordenação.

Em meio aos escombros o cenário se compõe de um adulto e duas crianças, mas, com uma particularidade, tudo indica que esse cenário parece integrado à vida dessas pessoas em seu cotidiano, pois não se dão conta de que os escombros serão removidos e, talvez, na condição de dejetos, as pessoas, as quais, independentemente de suas vontades terão que se organizar, muitas vezes por conta própria, para viver em outras regiões. Contudo, parecem completamente alheias ao inevitável processo de remoção, pois a estética pretendida, em termos de finalidades econômicas, fluxo turístico e construção de setores administrativos para sofisticados escritórios, em nada combina com pessoas dessa classe social.

A imagem seguinte traduz um cenário de ausência de vidas circulantes que, paradoxalmente, nos impõem lembrar das vidas que por esse lugar passaram, conforme podemos depreender, no plano mais próximo, uma casa em demolição com contornos



bem nítidos, que nos remete a um vazio, não só do terreno após a retirada dos escombros, mas das vidas que se harmonizavam ao lugar. Na condição de acessório que minimiza a contundência da imagem, por remeter à destruição, estendem-se, em um horizonte não muito distante, altos e sofisticados prédios, porém, esfumaçados por uma penumbra, em contraste com a pregnância que ressalta da casa.

Figura 23: Demolições e a cidade.



Fonte: Saraiva, 2018.

Não obstante, apesar do conjunto arquitetônico retratar uma multiplicidade de formas edificadas, o vazio também se presentifica. Diferentemente do vazio decorrente da demolição, há no cenário do segundo plano outro tipo de vazio, desta feita, referido ao excesso produzido pelas inúmeras torres as quais, pelo caráter de aglutinação, forçam a distância entre as pessoas. Possivelmente, o esfumaçamento do plano de fundo da imagem pode ter como finalidade minimizar o contraste em função da demolição. A essa altura da nossa reflexão, indagamos: será que o conjunto arquitetônico do segundo plano terá um dia o mesmo destino da casa em situação de escombros?

Após nos determos nessas três possíveis estações, caminhemos para concluir o nosso percurso, mas queremos salientar que analisamos uma singela nuance e, de maneira alguma, temos a pretensão de dar a tarefa por concluída. Muita coisa há ainda para ser feita, muitos véus ainda restam ser descortinados, uma vez que, como os planos se sucedem, é provável que a sombra de um plano produza um eclipsamento em outros; diferente dos eclipses naturais que são sempre provisórios, nessas circunstâncias, esses eclipsamentos são por vezes definitivos, principalmente em uma favela, como a que posicionamos o nosso olhar a seguir:

Figura 24: Teleférico no Morro da Providência.



Fonte: EBC, 2014.

Em certo sentido, abusando um pouco da licença de interpretação, podemos admitir que a imagem acima tem múltiplos sentidos. Todavia, particularmente um nos chama atenção: trata-se de um rastro transformado em retrato funéreo visto que o teleférico que seria um elo vital na aproximação de pessoas integrando a comunidade ao centro, ao ser inaugurado, deu um sorrateiro adeus saindo de cena, por isso que atualmente o vaso sanitário encontra-se bem acondicionado em uma estação do teleférico. Para finalizar, não podemos esquivar da nossa inquietação em indagar: o que os agentes do Estado pensam sobre essa situação na qual houve um grande investimento, atualmente em vias de desperdício e descaso? Questão complexa que nos exigirá um percurso de aprofundamento maior em pesquisas futuras. Eis o espírito que nos guia quando consideramos a presente reflexão no seu teor de parcialidade: muitas questões podem ser trazidas para o âmago do debate e é essa nossa intenção.

### 3. Considerações

As considerações que ora apresentamos são meramente provisórias e inacabadas, haja vista a existência de outro “espírito inquieto” que tenha intenções para se debruçar sobre o emaranhado que serviu de motivação para essa reflexão. No percurso a que chegamos, por terrenos acidentados, seguindo veredas sinuosas, somos levados a enunciar de que lugar nos apropriamos da palavra para transmitir, na medida do possível, nossas experiências na reunião de diferentes fios para a construção de uma rede, como bem o faz um grande artesão.

Obviamente, em princípio, movido pelo percurso que perdurou por um lustro, as pegadas me levaram ao caminho de um geógrafo, habitante e usuário da cidade. Nesse ínterim, em companhia de actantes, estivemos por muito tempo, durante as obras, acompanhando processos, sendo constantemente afetados pelas circunstâncias que se afiguravam nos diferentes traçados, com suas bifurcações e obstáculos.

Depois de fazermos parte de um grande emaranhado, em relação ao qual não conseguimos mais distinguir começo e fim, fomos testemunhas de um cotidiano caracterizado por uma mudança radical na pólis, em termos de grandes obras, grandes engarrafamentos, mudanças de vias de acesso, recomendações para evitar determinadas vias e, sobretudo, apreensivos ante a expectativa do que viria depois: a cidade transformada, a violência no processo de remoção e assentamento, os grandes eventos, as vozes silenciadas, os corpos impedidos de circular, as formas arquitetônicas que desapareceram definitivamente e a promessa de um legado.

Esse conjunto de ocorrências deixou marcas tanto na cidade como nos seus habitantes e, em uma extensão, as marcas da cidade são também marcas da nossa história, de modo que, aquilo que deixa de existir e aquilo que surge têm relevância do ponto de vista subjetivo com suas imediatas afetações. Com relação às perdas, não lançamos nenhum lamento, pois não esperamos qualquer possibilidade de compensação ou reparação.

Certamente, não desconhecemos os resultados benéficos como a melhoria do tráfego urbano pela abertura de novas vias de acesso, túneis, viadutos, ciclovias, ampliação da malha metroviária, corredores de ônibus expressos, o Veículo Leve sobre Trilhos, fazendo a ligação entre o terminal rodoviário Novo Rio com o aeroporto Santos Dumont, a recuperação da Cinelândia como espaço de convivência.

Cabe acrescentar, a título de curiosidade, o planejamento de um transporte moderno, o Veículo Leve Sobre Trilhos, ecologicamente correto, com destaque para o voto de confiança das autoridades estatais, em introduzir uma nova modalidade de ação social pelo fato da inexistência de catracas de acesso, sendo o controle do pagamento uma decisão ética de seu usuário.

Ao lado dessa vertente progressiva aconteceram percalços: o teleférico do Morro da Providência encontra-se inoperante, deixando de atender às pessoas da comunidade, a zona portuária já conhece sinais de degradação e abandono bem como as autoridades municipais não acompanharam devidamente o reassentamento de pessoas removidas em uma cifra de mais de cinquenta mil, precisamente sessenta e sete mil.

Se analisarmos esse processo de remoção em relação aos demais ocorridos no Rio de Janeiro seríamos levados a concluir que a remoção promovida pelo Projeto Porto Maravilha apresentaria dimensões elevadas. No entanto, realizando uma análise sobre a quantia desse contingente populacional removido e considerando a tabela seguinte, podemos depreender algumas nuances:

Tabela 2: Quadro comparativo entre demografia e pessoas removidas.

<b>Reformas</b>	<b>Habitantes</b>	<b>Remoções</b>	<b>Percentual</b>
Pereira Passos (Primeira década do século XX)	811.443	30.000	3,7%
Projeto Porto Maravilha (Segunda década do século XXI)	6.320.446	67.000	1,1%

Fonte: IBGE.

Em termos comparativos, pode-se constatar que as remoções decorrentes da realização do Projeto Porto Maravilha representam um valor proporcional três vezes menor em relação à reforma Pereira Passos, que na Operação Bota abaixo deslocou a cifra de quase quatro por cento da população carioca, sob os auspícios da política higienista e estética da cidade.

Nesse sentido, a reforma do Porto Maravilha teve em comum com a reforma do início do século XX uma nova modelação estética, justificada pela transformação de uma área considerada violenta e degradada em uma área de convivência e de negócios, removendo pouco mais de um por cento da população de bairros pobres da cidade localizados próximo à região central para regiões distantes na periferia da cidade. Além do critério de embelezamento estético, acrescenta-se também o fato de a cidade ter de se preparar para a realização de grandes eventos.

Em ambas as reformas houve forçosamente a retirada de pessoas, ou seja, a interdição de circulação de cenários humanos; na primeira reforma contou-se também com um forte aparato de repressão, além do processo de gentrificação, posterior à reforma. Esse processo evidenciou-se, com mais contundência, em decorrência da realização do projeto Porto Maravilha. Ainda vale destacar que os trabalhadores que possibilitaram a realização do Projeto, os quais tiveram participação ativa e direta no processo de transformação, certamente não frequentam mais o lugar, provavelmente pelo fato de que o audacioso cenário arquitetônico não previu espaços de convivência para essa classe social, além de que a provável utilidade dessas pessoas teve seu prazo de validade expirado com o fim das obras. Em certo sentido, o enobrecimento do lugar é um forte vetor para a expulsão de determinados actantes.

Ainda como um acréscimo, é necessário destacar a falta de diálogo entre a Secretaria Municipal de Habitação e os moradores removidos, os quais não possuíam as devidas informações sobre suas futuras moradias e o lugar de reassentamento, processo sem transparência que revela a ausência de planejamento e, principalmente, a atitude desinteressada em reassentar esses atores sociais removidos. Essa circunstância ocasionou diversas situações de violação de direitos humanos relacionados ao direito de moradia e inviolabilidade do lar, aumentando sobremaneira o custo subjetivo despendido pelo enorme contingente populacional removido em razão do Projeto.

O preâmbulo que ora apresentamos concerne ao conhecimento que acreditamos ter construído nessa longa e cativante jornada.

Em primeiro lugar, para caracterizar esse nosso percurso, no intuito de melhor identificá-lo, evocamos a exortação de Picasso, *não procuro, acho*, como uma sugestão do caminho que seguimos, pois somos partidários de que o conhecimento é uma produção social, no caso, extraída do empreendimento que acabamos de apresentar. Trata-se de um conjunto de ações que resultam da participação de atores humanos e não humanos, em ambientes altamente controversos, os quais são constantemente surpreendidos pelo inesperado e pelo inevitável, próprios de quem se aventura a procura de desvendar enigmas. Evidentemente, não procuramos mas encontramos muitas coisas, além mesmo das nossas expectativas.

Em segundo lugar, o sentido a ser apreendido dessa escrita é somente uma das possíveis camadas que se superpõem em um manancial de possibilidades da teia produzida pelos rastros, restos e vestígios de memória. Nesse sentido, essa escrita assume o caráter de ser, além de outras funções, memorável: são imagens presentes, mas, ao

mesmo tempo, fugidias, pois à medida em que tentamos capturá-las, se evadem configurando ciclos em infinitos retornos comparáveis aos fluxos das marés.

A decisão de interromper momentaneamente a nossa caminhada suscita uma temporalidade na qual um imenso vazio se afigura, mas não podemos mais retroceder pois há um momento em que pressionados por forças de diferentes naturezas, somos obrigados a lançar mão do exercício da escrita no intuito de dizer alguma coisa. Por isso, retratamos um movimento de aproximações e recuos simultâneos, os quais, na verdade, são o reflexo das nossas andanças pelos solos movediços e instáveis açambarcados no Projeto Porto Maravilha. Assim, empenhamo-nos timidamente a transmitir a teia construída nesse percurso.

Em terceiro lugar, o pesquisador, no caso o ator social que assume essa escrita é mais um porta voz que expressa, quer queira ou não, relatos, anseios, intenções de outros tantos atores, no seu trabalho de formiguinha, aventurando-se a colher argumentos, mas, sobretudo, mediá-los de um lugar: o modo pelo qual se é inevitavelmente capturado pelo campo no exato momento em que se volta para o mesmo, sendo constantemente afetado pelas incidências com as quais subitamente se confronta. Esses dois momentos, ser capturado e voltar-se para o campo, são simultâneos, sem nenhum grau de hierarquia.

Em quarto lugar, a cartografia mostrou-se para nós como um contorno de fronteiras frágeis e porosas que, em seus traçados opacos, porém importantes, possibilita a emergência de argumentos diversos, ao mesmo tempo que potencializa ações para presentificar actantes pelas suas vozes e olhares; condição *sine qua non* para formar uma rede híbrida e provisória com diferentes tipos de nós simultaneamente articulados em relação aos quais nos dispusemos como uma espécie de nômades sem fronteiras.

De certo modo, considerando os restos passíveis de se transformarem em memória, a implementação de políticas públicas para a revitalização constituiu-se em um terreno fértil para a eclosão de protestos, por um lado, e para o enriquecimento de determinadas pessoas que investiram em imóveis a baixo custo, visando a especulação, conforme efetivamente ocorreu. O cenário mudou com a dinâmica que cotidianamente passou a fazer parte da vida da Zona Portuária e seus entornos.

Sob os escombros desse novo cenário, há indícios que sinalizam a passagem de vidas potencialmente capazes de produzir uma história bem diferente em comparação àquela que é extraída dos documentos oficiais. Sem sombra de dúvida que, tanto a violência dos grupos sociais que viviam na Praça Mauá e adjacências quanto a violência dos aparatos estatais no processo de remoção de pessoas deixam bem evidentes as suas

marcas e conformam histórias diferentes como a retratada em fotografias e vídeos e a que justifica a ação de agentes de segurança e de órgãos encarregados da indenização de pessoas e demolição de imóveis ocupados pelos chamados sem-teto.

Além disso, não devemos esquecer que a crescente marginalização de determinados grupos contribui, de forma significativa, para o aparecimento de práticas violentas de afirmação, seja revelando as dificuldades de adaptação ao novo cenário econômico, seja em função das dificuldades subjetivas enfrentadas em decorrência das mudanças. A tentativa da busca de reparos para as perdas subjetivas revelou-se em ações, muitas das quais repletas de violência, mas que também devem ser consideradas como formas de resistência, cujos traços sinalizam processos em relação aos quais podemos construir memória, em termos de patrimonialização, como também dos danos subjetivos presentes nas pessoas que não conseguiram uma acomodação desejável para suas vidas.

Sendo assim, indicamos que há uma pluralidade de sentidos no processo de revitalização, dependendo efetivamente do ângulo em relação ao qual o mesmo seja enfocado, para ser possível a apropriação dos restos configurados como objetos passíveis de serem lembrados ou serem esquecidos. Com isso, estamos afirmando que há uma tensão entre aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, além do que, nesse processo, são produzidas modalidades de memórias muitas vezes falsificadas, domesticadas ou banalizadas.

Por fim, se considerarmos as vozes das pessoas removidas como indicadoras de memória da repressão, podemos pensá-las como intrinsecamente associadas às experiências individuais vividas coletivamente por grupos considerados marginais. Certamente o processo de evidenciação desses indícios que foram impedidos de se revelar é indicativo de transformações. Quer dizer, tanto a iniciativa dessas pessoas em clamarem por serem ouvidas quanto a tentativa de atendimento as suas insatisfações devem ser entendidas como o esforço desesperado na busca de recursos para se manterem vivas ante a ameaça que paira em termos do esquecimento e abandono. Daí a importância do reconhecimento das experiências de vida dessas pessoas localizadas em um passado, pois o novo cenário da Zona Portuária não deve apagar da memória aquilo que um dia foi; seja em sua arquitetura, seja na conservação e consideração dos restos de vida de pessoas que compunham um cenário bem diferente do atual apresentado aos turistas e transeuntes.

Não estamos propondo um olhar nostálgico para a região, como se quiséssemos retornar ao passado, entendido como glorioso. Apenas salientamos que é preciso reconhecer que, em determinados locais que foram demolidos, haviam pessoas que

viviam de maneira bem diferente de quem, atualmente, circula pela região. É preciso não esquecer das vidas que passaram por antigos locais, mas que, em função da nova configuração, não terão mais como se instalarem para habitar, nem mesmo condições de usufruir dos serviços e diversões disponíveis atualmente no bairro. Eis o preço da revitalização: mudanças arquitetônicas e sociais. Com relação às mudanças arquitetônicas, produz-se uma nova estética e com a remoção de grupos marginais minoritários atende-se, até certo ponto, a uma política de higienização apresentada em nome da eugenia, da segurança e do combate à violência.

Contudo, é praticamente impossível executar um plano diretor de revitalização sem que seus efeitos não incidam diretamente na gentrificação, ou seja, o enobrecimento de regiões ocasionando o encarecimento do custo de vida, bem como a disseminação da especulação imobiliária e elevação de preços praticamente expulsam antigos moradores, transeuntes e andarilhos. E esse contexto aconteceu de forma significativa na revitalização da zona portuária, atualmente uma região que, devido aos preços de seus imóveis e serviços, faz uma rigorosa seleção das pessoas que nela habitam e transitam, bem como dos proprietários de casas comerciais e de entretenimento.

Geralmente, as motivações alegadas para uma transformação de tal natureza são apresentadas em nome da recuperação da prosperidade de uma região que entrou em decadência ou tornou-se pouco recomendável para a circulação de pessoas, principalmente pela presença de contingente de pessoas nômades ou daquelas que ocupavam habitações coletivas (conhecidas como cortiços) e de outras naturezas. A revitalização, neste caso, consistiria na criação de novos postos de ocupação para pessoas geralmente qualificadas no sentido de atrair novos frequentadores e investidores para a abertura de casas comerciais, espaços de lazer e outros. Não obstante, cabe sinalizar que, para revitalizar, um determinado órgão público tem que decretar um estado de condições negativas e disseminar a existência de perigo na região, as quais justifiquem a mudança apresentada em sentido de melhoria, segurança e progresso.

Essa caminhada está apenas no seu começo pois temos intenção de prosseguir-la em tempos vindouros e em outras paragens, em projetos que brotem da nossa inquietação como usuários de uma grande cidade. Contudo, queremos sinalizar a inquietação que nos persegue: como o Estado planeja reassentar as pessoas que são removidas e acompanhar esse processo? Há no plano diretor de um projeto de revitalização, uma política para essa finalidade, ou interessa às autoridades apenas a remoção e o embelezamento da região? Caso o projeto se restrinja apenas à remoção e embelezamento, em contrapartida produz



também o eclipsamento com áreas de penumbra e áreas sombrias, relacionadas às questões de cunho subjetivo, as quais muitas vezes permanecem ofuscadas pelo excesso de luz.

Contudo, lançamos, parodiando Gonzaguinha, um grito de alerta: qual região da cidade será escolhida, pelo abandono e descaso público, para ser difundida como o cerne que concentra as diferentes mazelas da vida social e, assim, justificar outros projetos de revitalização? Questões delicadas que provocam um grande debate e exigem das almas inquietas o debruçar sobre suas nuances. Porém, acreditamos ter chegado a algum lugar no fim da nossa caminhada, que é apenas um começo.

## Referências

- ABREU, M. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 1988.
- ALVAREZ, M. C. Cidadania e justiça no Fórum Índio Pataxó: a comunicação via internet como fonte de pesquisa. **Atlas**. n. 43, p. 11-27, 1999.
- ALMEIDA, R. S. **De copa a copa: Memórias do Estádio de futebol do Maracanã**. 2014. Tese (Doutorado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALVARENGA, A. T. *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. (Eds.) **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. São Paulo: Manole, 2011.
- ALVES, C. **O navio negreiro**. São Paulo: Panda Books, 2011.
- AMORIN, C. **Comando Vermelho - a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- ARRAES, J.; SILVA, A. Porto Maravilha: permanências e mudanças. In: SHLUGER, E.; DANOWSKI, M. (Orgs.). **Cidades em transformação**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: EdUNICAMP, 2011.
- AZEVEDO, A. **O cortiço**. Jaraguá do Sul: Avenida, 2016.
- AZEVEDO, A. N. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. **Tempos Históricos**. v.19, p. 151-183, 2015a.
- \_\_\_\_\_. A reforma urbana do Prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. **Intellèctus**. Ano XIV, n.2, p.72-87, 2015b.
- AZEVEDO, L.; FAULHABER, L. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- BARATTO, R. **Unesco indica três conjuntos brasileiros para Patrimônio Mundial**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/601351/unesco-indica-tres-conjuntos-brasileiros-para-patrimonio-mundial>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- BARBOSA, V. M. O bota-abaixo de Pereira Passos: a tentativa de promover uma nova ética no Rio de Janeiro. **Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro**. n.5, p.227-242, 2011.

- BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- BECKER, H. S. **Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BENEVOLO, L. **História da cidade.** São Paulo, Perspectiva, 2009.
- BENTO FILHO, E. **A história do Rio de Janeiro do século XVI ao século XXI.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- BERTOLUCCI, R. **Extinta em 2000, Scuderie Le Cocq volta à cena panfletando para incentivar denúncias.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/extinta-em-2000-scuderie-le-cocq-volta-cena-panfletando-para-incentivar-denuncias-16282911>>. Acesso em: 19/10/2018.
- BETIM, F. **Cais do Valongo, patrimônio mundial no Rio para não esquecer o horror da escravidão.** Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/09/politica/1499625756\\_209845.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/09/politica/1499625756_209845.html)> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- BLOG DO CELERIR. **Intenso tiroteio assusta moradores no Morro da Providência.** Disponível em: <<https://blogdocelerir.wordpress.com/2016/09/09/intenso-tiroteio-assusta-moradores-no-morro-da-providencia/>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- BOECKEL, C. **Conjunto de prédios de Trump no Rio ainda não saiu do papel.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/conjunto-de-predios-de-trump-no-rio-ainda-nao-saiu-do-papel.html>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- BURSZTYN, M. Introdução: No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das produções de rua. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **No meio da rua: nomades excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000b.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Corpos em aliança e a política das ruas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- CALDAS, J. A. **LPO - LAPA.** Disponível em: <<http://www.loucosporoculos.com/2015/02/lapa.html>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- CANDIRU. **Carlos Lacerda e a operação mata-mendigos.** Disponível em: <<http://candiru.com.br/carlos-lacerda-e-a-operacao-mata-mendigos/>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- CANÔNICO, M. A. **Em seu 1ª ano, Museu do Amanhã se torna o mais visitado do país.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/01/1854076-em-seu-1-ano-museu-do-amanha-se-torna-o-mais-visitado-do-pais.shtml>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- CANTISANO, P. J. Direito, propriedade e reformas urbanas. Rio de Janeiro, 1903-1906. **Estudos Históricos.** v.29, n.58, p. 401-420, 2016.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CAVALCANTE et. al. A teoria ator-rede como referencial teórico-metodológico em pesquisas em saúde e enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem.* v. 26, n. 4, 1-9, 2017.
- CONCEIÇÃO, D. A reforma Pereira Passos e seus impactos sobre a cidade do Rio de Janeiro. **Encontros.** Ano 15, n.29, 2017.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 2000.
- CRIMENEWSRJ. **A reestruturação do Comando Vermelho no Rio de Janeiro.** Disponível em: <<https://crimesnewsrj.blogspot.com/2015/09/a-nova-restruturacao-do-comando.html>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- DAMAZIO, S. F. **Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- DEBARY, O. **Antropologia dos restos: das lixeiras aos museus.** Pelotas: Um2, 2017.
- DECOURT, A. **Arcos da Lapa, circa 1965.** Disponível em: <<http://www.rioquepassou.com.br/2006/11/30/arcos-da-lapa-circa-1965/>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs.** São Paulo: 34, 2012.
- DEN BOER, P. Loci memoriae - Lieux de mémoire. In: Erll, Astrid; Nünning, Ansgar. **A companion to cultural memory studies.** Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.

- DIAS, V. Catálogo: Barão de Mauá. **Inventário dos Monumentos do RJ**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em <<http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/index.asp?iMENU=catalogo&iCOD=83&iMONU=Bar%C3%A3o%20de%20Mau%C3%A1>>. Acesso em 21.07.2018.
- DUPRET, L. (Org.) **Primeiras palavras**. In: O desafio da pesquisa qualitativa. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- EBC. **Teleférico do Morro da Providência, no Rio, ainda opera em horário reduzido**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/09/teleferico-do-morro-da-providencia-no-rio-ainda-opera-em-horario-reduzido>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- ENDERS, A. Les lieux de mémoire, dez anos depois. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993.
- ESCHER, M. **L'oeuvre graphique**. Paris: Taschen, 1993.
- EVENSON, N. **Paris: les héritiers d'Haussemann**. Paris: Press Universitaires de Grenoble, 1993.
- FARIAS, F. R. Monotonia e diversidade. In: BARROS, R. M. M. (Org.) **Subjetividade e educação: conexões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Por que, afinal, matamos?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- FINNAZI-AGRO, E. Cultura e democracia. Violência e direito no Brasil contemporâneo. In: SELIGMANN-SILVA, M; GINZBUR, J; HARDMAN, F. F. **Escritas da violência**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- FLICKR. **A Arcos da Lapa - Rio de Janeiro - Brasil**. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/riotur/20724476662>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- FRAGO, A. V. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FRANCISCO, M. T. **Qualidade ambiental a partir das áreas livres e vegetadas: o caso da operação urbana do Porto Maravilha**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A história da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrôpoles**. v.16, n. 32, p. 341-363, 2014.
- GAFFNEY, C. Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro. **@metropolis**. v. 15, n. 4, 2013.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. Rio de Janeiro: 34, 2009.
- GIANNELLA, L. C. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**. n. 3, 1-16, 2013.
- GINZBURG, J. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: EdUSP, 2017.
- GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, 2011.
- GONDAR, J. O. Memória, poder e resistência. In: \_\_\_\_\_.; BARRENECHEA, M. A. (Org.). **Memória e Espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, V; FARIAS, R. F.;GONDAR, J. **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAN, B. **Topologia da violência**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005
- \_\_\_\_\_. O direito à cidade. **Revista Piauí**. n. 82, 2013.
- HENRIQUE, G. M. **Por uma Copa de um povo de um lugar**. Disponível em: <<http://transversaldotempo.blogspot.com/2011/07/>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IBGE. **Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.
- JACÓ-VILELA, A. M. **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2011.

- JEUDY, H-P. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- JORNAL A NOVA DEMOCRACIA. **Moradores do morro da Providência seguem resistindo à remoção**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ixQsa1EQxp4>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- JOST, M. A construção/invenção do samba: mediações e interações estratégicas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n. 62, p. 112-125, 2015.
- JORDÃO, F. **1º Rock in Rio acontecia há 32 anos e a programação da época e só saudade**. Correio Brasiliense. Disponível em: <[https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/01/13/interna\\_diversao\\_arte,565115/quem-foram-as-atracoes-do-rock-in-rio-1985.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/01/13/interna_diversao_arte,565115/quem-foram-as-atracoes-do-rock-in-rio-1985.shtml)>. Acesso em: 17/10/2018.
- KANT, I. **Crítica da razão prática**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir os cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: EdUNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A esperança de Pandora**. Bauru: EdUSC, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EdUFBA, 2012.
- LAZZARATO, M. **Puissances de l'invention**. Paris: Le Seuil, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: SESC n-1, 2014.
- LEMOS, A. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.
- LESSA, C. Os ovos da serpente. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua: nômades excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LIMA, A. C. **Dilemas e contradições da “revitalização” de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGG, Rio de Janeiro, 2013.
- LORENZ, K. **Civilização e pecado**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

- MACEDO, M. A concepção do projeto corredor cultural do Rio de Janeiro: a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 8 n. 4, 2004.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MICHAEL, M. **Actor-network theory: trials, trails and translations**. United Kingdom: Sage, 2017.
- MORIN, E. **Cultura e barbárie europeias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MOTTA, M. S. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro: EdFGV, 1992.
- NITAHARA, A. **Encontrado primeiro esqueleto completo no Cemitério dos Pretos Novos, no Rio**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-07/encontrado-primeiro-esqueleto-completo-no-cemiterio-dos-pretos-novos-no-rio>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- NOBRE, J. C. A.; PEDRO, R. M. L. R. Reflexões sobre as possibilidades metodológicas da teoria ator-rede. **Cadernos UniFOA**. n. 14, p. 47-56, 2010.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v.10, 1993.
- NOTÍCIAS, R. **Terminal rodoviário no centro do Rio é desativado e vai virar museu**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/temporada-de-cruzeiros-comeca-e-navio-alemao-atraca-no-porto-do-rio-29102018>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- NOVAES, W. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**. v. 6, n.15, p.79-93, 1992.
- OLIVEIRA, C. **Curso de Cartografia Moderna**. Rio de Janeiro: IBGE 1993.
- OLIVEIRA, C. J. **A reforma urbana no Rio de Janeiro no início do século XX e sua imagem na literatura de Paulo Barreto**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- OLIVEIRA, F. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer Desenvolvimento Local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Polis, 2002.
- ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



- PENNA DA SILVA, M. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. **Estação Científica**. v.8, n.1, p. 47-56, 2018.
- PINHEIRO, P. S. Estado e terror. In: NOVAES, A. (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2 (3) 1989.
- \_\_\_\_\_. **L'expérience concentrationnaire**. Paris: Métailié, 1990.
- PREFEITURA. Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social. **1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Site do Porto Maravilha. Disponível em: <[www.portomaravilha.com.br](http://www.portomaravilha.com.br)>. Acesso em: setembro de 2017.
- PORTO MARAVILHA. **Porto Maravilha**. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/portomaravilha/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- PROUST, M. **No caminho de Swann**. São Paulo: Globo, 2006.
- RAYNAUT, C. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. (Eds.) **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. São Paulo: Manole, 2011.
- REQUIÃO, L. O trabalho produtivo do músico nas casas de shows da Lapa: um estudo de caso. **Trabalho necessário**. Ano 7, n. 8, 2009.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RIBEIRO, G. **Teleféricos do Alemão e da Providência viram sucata**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/telefericos-do-alemao-da-providencia-viram-sucata-22553797.html>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- RICOEUEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: EdUNICAMP, 2007.
- RIO DE JANEIRO AQUI. **Avenida Central**. Disponível em: <<http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/avenida-central.html>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- ROGERS, W.; BALLANTYNE, A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. **RECIIS. R. Eletr. de Com., Inf. & Inov. Saúde**. v. 2 (sup. 1), 2008.

- ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: UNESP, 2010.
- RUSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**. n. 02, p. 163-209, 2009.
- SANCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F. L. Olimpíadas 2016: um balanço de véspera. **Advir**. n. 35, p. 95-104, 2016.
- SANTOS, C. **Boulevard Olímpico ganha atrações permanentes para tentar reviver**. Disponível em: <<https://gq.globo.com/Prazeres/Turismo/noticia/2017/07/boulevard-olimpico-ganha-atracoes-permanentes-para-tentar-reviver.html>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.
- SARAIVA. **Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades Socioespaciais**. Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/renovacao-urbana-mercantilizacao-da-cidade-e-desigualdades-socioespaciais-5940506.html>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- SARUE, B. Grandes projetos urbanos no contexto brasileiro: experiência do projeto Porto Maravilha. **II Conferência Internacional Megaeventos e as Cidades**. Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, A. C. C. L. **Porto Maravilha: arbitrariedade, mídia e produção de consenso na construção da nova região portuária do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2016.
- SMITH, N. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Londres: Routledge, 1996.
- \_\_\_\_\_. Gentrificação, A fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 21, 2007.
- SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios, desenhando caminhos. **Atlas CIAIQ**. 2016. Disponível em: <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/816>>. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

- TOPOGRAFIA de um desnudo.** Produção de Teresa Aguiar. São Paulo: Europa Filmes, 2006. DVD.
- TSING, A. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha**. v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.
- TUAN, Y-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Londrina: Eduel, 2013.
- VAZQUEZ, F. **La memoria como acción social.** Barcelona: Paidós, 2001.
- VEIGA, A. **VLT: o mais novo transporte público do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.viagensvamosnessa.com.br/2016/12/vlt-o-mais-novo-transporte-publico-do.html> Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- VILLAMÉA, L. **Carlos Lacerda e a Operação Mata-mendigos.** Disponível em: <http://candiru.com.br/carlos-lacerda-e-a-operacao-mata-mendigos/>. Acesso em 19/10/2018.
- VIRILIO, P. **O espaço crítico: e as perspectivas do tempo real.** São Paulo: 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A máquina de visão.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais.** São Paulo: Boitempo, 2014.
- ZOOVER. **Tipps Boulevard Haussmann.** Disponível em: <http://www.zoover.ch/frankreich/ile-de-france/paris/boulevard-haussmann/karte>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.